

# POLÍTICA

MAGRU FLORIANO

1



Editora  
Brisa Utopica

**MAGRU FLORIANO**



# **POLÍTICA**

*Texto referência para um diálogo aberto  
sobre a prática política*

**BRISA UTÓPICA  
ITAJAÍ / 2011**

**Arte da capa, fluxogramas e gráficos: Jorge Bittencourt****Foto da capa: Magru Floriano**

**Análise livre da foto da capa:** A foto foi produzida durante manifestação política na eleição municipal de 2008 na Praça Vidal Ramos, defronte à Igreja da Imaculada Conceição (Igrejinha Velha). Ela foi escolhida para ilustrar a capa do livro porque nos apresenta diversas referências à ação política de nossa população.

1 – mostra o busto do “maior dos catarinenses”, o itajaiense Lauro Muller, que nasceu a poucos metros daquele local, no início da rua que atualmente leva seu nome;

2 – mostra as manifestações com bandeiras de simpatizantes de duas coligações que estão em disputa eleitoral democrática;

3 – o busto de Lauro Muller foi pichado com as iniciais F.D.P, representando a manifestação de protesto contra os políticos profissionais;

4 – a imagem contém referências a manifestações políticas presentes e pretéritas, sinalizando para o fato de que a ação política é uma ação histórica que marca o presente e futuro de nosso povo;

5 – o busto de Lauro Muller está em cor neutra, enquanto as bandeiras estão nas colorações amarelada viva e vermelha. Mostra essa passagem entre passado e presente, com Lauro Muller olhando para a frente, o futuro.

**Obs:** Este livro está sendo oferecido pelo autor a amigos mais próximos interessados em debater sobre a política itajaiense. Sua tiragem é limitada. O livro não tem qualquer valor comercial e o texto pode ser reproduzido livremente, desde que não tenha objetivos comerciais.

**DEDICO este livro ao amigo IVAN MACAGNAN**

## INTRODUÇÃO

O texto que hora coloco à apreciação dos meus amigos é uma iniciativa no sentido de provocar diálogo aberto e democrático sobre a prática política no Brasil em geral, e, na cidade de Itajaí, em particular. Os obstáculos foram muitos, em especial, os desencontros teóricos consolidados na literatura disponível por aqui. São muitos os desencontros e, por isso mesmo, fica quase impossível escrever um texto sobre política sem provocar polêmica. Como agradar a todos está completamente fora de cogitação, então, resta ao autor tentar agradar o máximo possível sua própria consciência.

Nesse sentido, esse texto não é, pelo menos intencionalmente, uma propaganda favorável a qualquer ideologia em particular. Os partidos políticos e os próprios políticos estão sendo lembrados dentro de um texto que tenta explicar, o mais cientificamente possível, o fenômeno político. Como a intenção do presente texto é mostrar de forma prática e acessível o processo de fazer política no Brasil, muitas vezes trocamos a precisão conceitual pela simplicidade dos termos, visando ganhar em compreensão. O texto visa, portanto, ser compreendido pelo maior número possível de leitores. É um texto que tenta ser popular, democraticamente elaborado para todos.

Nessa primeira versão do texto estamos dando destaque maior àquelas ideologias mais praticadas no Brasil. Assim, liberalismo e social-democracia ganham mais espaço e preocupação por parte do autor, porque são ideologias mais praticadas do que o anarquismo e o tradicionalismo, por exemplo. Não se trata, desta forma, de um julgamento ou preferência, mas apenas uma constatação prática sobre o fazer política no Brasil.

Por último vale registrar que essa primeira versão do texto não será publicada em livro, sendo distribuída gratuitamente a amigos em CD e outras mídias alternativas, como já havia feito com os livros de poesias *Pia-máter & Insight, O grito universal*; de Sociologia Política *A lógica do eleitor*; Filosofia Política *O príncipe em Itajahy*, história de Itajaí *Mapas de Itajahy, Inventário bibliográfico dos autores da Amfri até 2010* entre outras obras.

## ÍNDICE

5

### **I – POLÍTICA**

- Política e poder
- Política e guerra
- Estado
- Forma de governo
- Sistema de governo
- Regime
- Sistema eleitoral
- plebiscito

### **II – IDEOLOGIA**

- Ideologias políticas no Brasil
- Ideologia de direita
- Liberalismo
- Conservadorismo
- Fascismo
- Ideologias de esquerda
- Socialismo
- Comunismo
- Socialismo democrático
- Social-Democracia
- Anarquismo

### **ANEXOS**

- 1 – A construção social do sujeito
- 2 – declaração dos direitos do homem e do cidadão
- 3 – declaração universal dos direitos do homem
- 4 – Constituição da República Federativa do Brasil
- 5 – a presença do Positivismo no Brasil ...
- 6 – o darwinismo social

**INDICAÇÕES DE LEITURA**

**INDICAÇÕES DE FILMES**

**GLOSSÁRIO**

## POLÍTICA

Muitas pessoas afirmam, até com certa naturalidade, que não entendem de política. Contudo, se essas mesmas pessoas que se dizem totalmente ignorantes no campo da política olhassem com um pouquinho mais de atenção para o que fazem no cotidiano viriam, sem dificuldades, que o tempo todo estão praticando atos políticos. Está estabelecido desde Aristóteles que o ser humano é um animal social, “*Naturalmente um ser político*”. Isto significa dizer que o ser humano não é apenas um ser de relações, que vive em grupo, mas que é UM SER CONSTRUÍDO NAS RELAÇÕES SOCIAIS, construído no contato com o outro.

Por isso mesmo que Aristóteles considerou a política a primeira das ciências práticas, por tratar do bem supremo do homem: a busca da felicidade. Mais do que isso, colocou a política como a ciência mestra, aquela a qual todas as outras estão sujeitas, são dependentes. Em síntese: não há nada que não passe pela política. Estamos condenados a viver em sociedade e por isso nos definimos como um animal político, construído a partir do contato com o outro, que nos serve de exemplo e também, porque não, impõe limites à nossa liberdade natural. [*ver teoria dos contratualistas*]

Sobre pensarmos mal da política, parece natural que isso ocorra porque há uma certa hipocrisia quando tratamos do assunto. Sempre estamos falando de políticos profissionais corruptos, mas nunca nos lembramos de ir aos fundamentos dessa corrupção e também de apontar os corruptores. Há uma relação direta entre corrupto e corruptor, mas destacamos unicamente os corrompidos, isentando totalmente os corruptores. Estes são invisíveis em nossa sociedade. Mas porque fazemos questão de enfatizar o fenômeno da corrupção pelo lado dos corrompidos, tornando o outro lado invisível aos nossos olhares mais críticos? Há uma cultura de se buscar sempre um culpado. Basta um culpado. A verdade na sua complexidade não interessa. Mesmo porque a complexidade social nos dirá sem meias-verdades que um estado corrupto é fruto de uma sociedade totalmente corrompida em seus fundamentos. Falar disso dói. Falar assim é tirar a culpa de cima dos tradicionais culpados, os políticos profissionais. Essa é a maior hipocrisia, mas têm outras.

Tem a hipocrisia dos países desenvolvidos que colocam a pecha de países subdesenvolvidos corrompidos, mas esquecem de ver que suas multinacionais estão dentro desses países corrompendo a tudo e a todos [isso quando não impõem suas forças colonizadoras através

de seus exércitos – *colonialismo - imperialismo*]. Tem a hipocrisia do cidadão que não cumpre a mais simples das leis de civilidade e leva seu cachorrinho de estimação para passear todos dias para que possa defecar livremente nas praças e que depois fica discursando sobre o péssimo estado de conservação dos espaços públicos. Tem a hipocrisia de muitos comerciantes e empresários que recebem o imposto ao vender uma mercadoria, mas não repassam o valor ao estado. Tem a hipocrisia do eleitor que se corrompe por uma carrada de barro ou um sacolão, e depois vive reclamando que os políticos são todos vendidos. Tem a hipocrisia instituída como cultura, tipo: “Farinha pouca, meu pirão primeiro”, “Todo mundo rouba, eu também vou roubar” ou a histórica filosofia do “jeitinho” do “coronelismo”, do “apadrinhamento”, do “nepotismo” entre muitas outras hipocrisias.

A política também fica com uma fama negativa porque ela é essencialmente uma ação que se desenvolve na esfera pública. Aliás, a política se define e ganha existência na esfera pública. Portanto, tudo que diz respeito a ela é público, interessa a todos e deve ser de conhecimento de todos. Diferentemente da vida privada e da iniciativa privada, na política tudo acaba nos jornais. Como bem pouco dos subterrâneos do mundo corporativo torna-se público, pensamos que o campo da política é mais sujo, mais desonesto, mais corrupto, quando na verdade ele é mais transparente, porque é naturalmente público. Vale aqui a idéia de que estamos sendo iludidos. Ou seja, estamos deixando nos levar pelas aparências. Vale o ditado popular: “O que os olhos não vêem, o coração não sente”. Como os feitos da política aparecem nos jornais, enquanto os feitos da economia privada ficam restritos à empresa e ao pequeno grupo de dirigentes, é natural pensarmos somente sobre aquilo que vemos, que temos consciência de sua existência.

Além do mais estamos em uma sociedade democrática, que promove eleições a cada dois anos, levando os políticos e seus aliados a digladiarem em busca dos votos necessários para exercer o poder. Esse processo democrático facilita, e de certa forma até exige, que um político mostre os “pecados” do outro. A política nunca deixou de ser uma grande arena romana.

Enquanto na economia privada os empresários lutam no mercado, buscando vantagens competitivas (nem todas lícitas); na vida pública, a luta ganha campo aberto, com trilhas que percorrem todos os setores da vida do político, mesmo os mais íntimos e obscuros. Assim fica fácil pensarmos sempre mal dos políticos profissionais e esquecermos de pensar naqueles que são seus parceiros na corrupção.

Por isso que na luta contra a corrupção temos de atacar os dois lados da moeda: corrupto e corruptor. E tem de ser um ataque frontal, com intensidade idêntica na repressão e nas penas.

Evitando a hipocrisia de tornar os corruptores invisíveis vamos melhorar nossa política, fazendo-a o que é: um bem social. Veja o que Aristóteles falou sobre ser a política um bem maior a que todos desejam:

***E embora sendo idêntico o bem do indivíduo e o da cidade, todavia obter e conservar o bem da cidade é coisa maior e mais perfeita. Em verdade: o bem é digno de ser amado também por um único indivíduo; porém é mais belo e mais divino quando referente a povos e cidades.***

[A ética de Nicômaco, p.16-7]

Podemos concluir com Aristóteles que a arte da política é uma ciência que nos leva a um bem maior, por todos desejado: a felicidade. Devemos, portanto, refletir sobre a necessidade do engajamento político. Afinal, na medida em que nos omitimos, outros tomam decisões por nós, decidem por nós. Com um agravante, decidem por nós em benefício exclusivo deles. Só a participação efetiva de todos levará a política ao seu espaço original, o espaço da arte, da ciência da felicidade. Na medida em que nos omitimos de nossas responsabilidades cívicas, delegamos a uma minoria todos os direitos e lhes propiciamos a possibilidade real de conferirem a si próprios todos os privilégios. É a nossa omissão cívica que nos tira direitos e dá a uma minoria tantos privilégios.

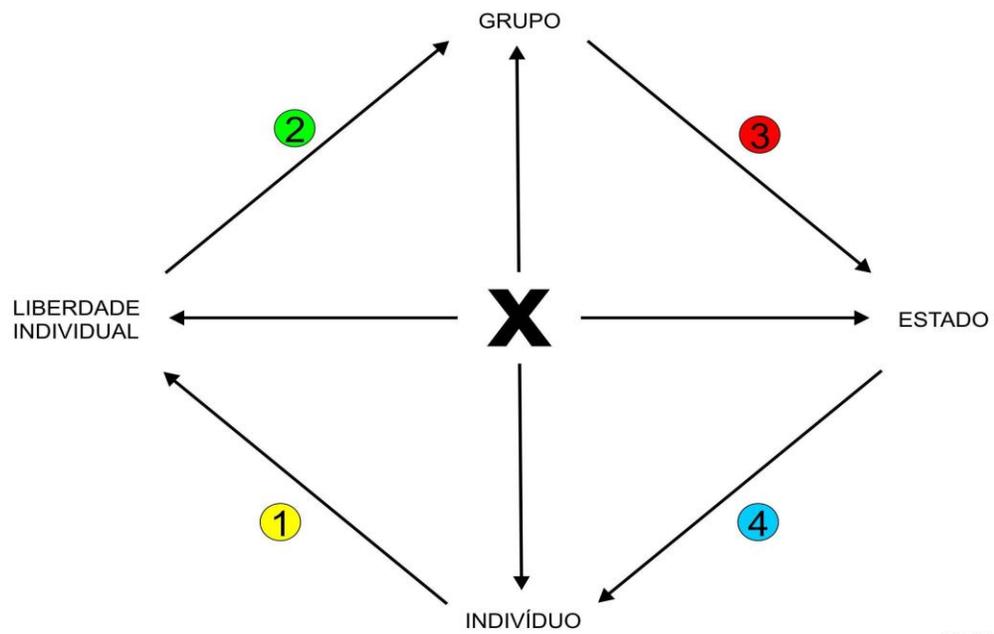
Bem, retornando à discussão inicial sobre ser o homem um “animal político” temos de considerar que o ser humano na verdade nasce potencialmente humano e na relação com o outro vai se humanizando. A este processo contínuo de humanização chamamos de EDUCAÇÃO. [veja no anexo 1 o texto *A construção social do sujeito*]. Então, podemos afirmar que não há um ser humano “sem educação”. O que podemos dizer é que determinada pessoa foi mal educada. Quer dizer, sua educação não a formatou adequadamente para agir e pensar de conformidade com os preceitos, regras, valores e ideologia estabelecidos na sociedade em que está inserida. Existe aí um desvio. Algumas sociedades são mais tolerantes, outras menos, com estes desvios apresentados por seus membros. É fácil notar a diferença que existe entre a sociedade brasileira e a sociedade iraniana, ou entre uma comunidade de naturistas e uma comunidade de colonos judeus ortodoxos, ou muçulmanos xiitas. Cada uma, a seu modo, estabelece normas e tende a estabelecer limite de aceitação de comportamentos desviantes, passando desse limite cria sanções. [ler Émile Durkheim - *As regras do método sociológico*].

Assim como estabelecemos que somos seres construídos nas relações sociais, também podemos dizer que todo ser humano é um ser político. Somos todos políticos, porque como pessoas inseridas em uma determinada sociedade atuamos nesse cenário social nos relacionando

com os demais membros, tendo como fundamentos norteadores desta relação, princípios de convivência estabelecidos a partir de certa relação de forças.

Para entendermos melhor a afirmação de que **TODO SER HUMANO É UM SER POLÍTICO** vamos tentar estabelecer alguns conceitos básicos:

## FORMAÇÃO DO ESTADO



Magru Floriano

## Política e poder

Max Weber conceitua PODER como sendo “[...] a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas”.

Apesar de inúmeros autores fazerem uma ligação simplista demais entre política e poder, fica evidente que toda relação entre duas ou mais pessoas é uma relação criadora de poder. Quer dizer que o poder não tem sua origem na pessoa individualmente [personalidade, carisma] ou nas coisas [propriedade, organização] mas na química da relação, onde esta pessoa comum se transforma em um ATOR SOCIAL, um animal político. Uma pessoa sozinha não tem poder e não faz política.

Neste sentido não podemos afirmar, como afirma John Kenneth Galbraith, que a fonte de poder está na personalidade, propriedade ou organização. Entendemos que **a fonte de poder está na relação entre as pessoas – no exercício da política**. Acontece que as pessoas, na esfera pública, percebem a pluralidade entre elas [reconhecem o outro] e sentem a necessidade de um ordenamento dessas relações, passando a produzir códigos, normas de conduta e relação. O processo de elaboração dessas normas cria o campo da política, e o **reconhecimento** destas normas materializa o poder [por exemplo, na propriedade]. Então vamos dizer que o poder só vai se materializar efetivamente quando houver o **reconhecimento** pelas partes envolvidas. Este reconhecimento poderá ser obtido através de algumas práticas: condigno [coerção – força física], ideologia [conjunto lógico de idéias, valores, identidade de grupo], compensação [necessidades satisfeitas], personalidade [carisma, estética, predicados pessoais].

Isto é possível porque o ser humano tem memória individual e coletiva [*ver consciência coletiva em Émile Durkheim*]. Como a pessoa ao nascer já é inserida automaticamente em uma comunidade onde o poder está materializado, porque ali funcionam muitas normas historicamente consolidadas, ela tem a impressão que o poder está na propriedade do “coronel”, ou no cargo de presidente que uma pessoa ocupa. Não consegue ver a realidade como ela é, porque não participou do processo histórico que materializou o poder na propriedade ou na organização. Quando chegou a coisa já estava consolidada daquele jeito. Daí alguns afirmarem com convicção: “Não adianta tentar mudar, sempre foi assim e assim sempre será”.

Vamos considerar que uma pessoa esteja completamente sozinha em uma ilha. Para efeito de ilustração vamos chamar essa pessoa de Robinson Crusóé [personagem clássico de Daniel

Defoe], e a ilha de Utopia [clássico de Thomas Morus]. Qual o poder que Robinson tem? Nenhum, porque em princípio não poderá “impor” sua vontade a ninguém. Também vamos supor que depois de dois anos chegue à ilha outro náufrago, que para efeito de ilustração vamos chamá-lo de Gilliatt [personagem de Victor Hugo no livro *Os trabalhadores do mar*]. Como a ilha é pequena, será natural que os dois se aproximem e estabeleçam uma relação. Qual a relação possível entre Robinson e Gilliatt? Pode ser uma relação de **confronto** ou **coexistência**. Se optarem pelo confronto, o poder ficará nas mãos do mais forte, porque todo confronto visa essencialmente medir forças [física, intelectual...]. Como resultado do confronto teremos obrigatoriamente uma relação também bem definida: dominado-dominante ou domínio-submissão.

Se optarem pela **coexistência** teremos duas possibilidades – **indiferença** ou **cooperação**. No caso da indiferença, estabelecem o acordo tácito de que cada um vai viver a sua vida, sem que haja a interferência do outro. Um não interferindo na vida do outro, não tentando submeter o outro, “impor” suas vontades, não significa que não está existindo neste cenário uma relação criadora de poder. Muito pelo contrário, a indiferença é um acordo, um pacto social. Portanto, o pacto de não agressão e de não convivência direta coloca os dois dentro de uma arena política, e como tal, produtora de poder - que neste caso fica neutralizado devido ao acordo mútuo que atende aos interesses de ambos, evidenciando o equilíbrio entre as forças.

Contudo, não podemos deixar de lembrar que o acordo que mantém esta relação de coexistência na indiferença foi estabelecido dentro de uma dada realidade, um contexto específico. A qualquer momento esta conjuntura pode mudar, porque as relações são dinâmicas, podendo sofrer mudanças substanciais assim que um dos dois atores decidir.

No caso de cooperação, os dois vão somar esforços para vencer os obstáculos e poderão negociar dia-a-dia essa relação de coexistência política, formando um contexto anárquico, onde o equilíbrio desfaz a necessidade material da disputa. Mas, desta relação poderá ocorrer que no médio prazo fique evidente que um é mais inteligente, outro mais forte; um mais determinado, outro mais conformado. Fará surgir entre os dois, mesmo que tacitamente, uma hierarquia e um comando. Dependendo do que seja mais importante para eles, se a determinação ou a cautela, a força ou a inteligência, um ou outro será o líder e terá o reconhecimento do outro para exercer o poder, ou seja: “impor a sua vontade sobre o comportamento” do outro. No caso do mais forte abrir mão do seu poder natural, poderá, por sua vontade, estabelecer uma relação de equilíbrio. Mas essa relação, que pode levar a uma vida comum (comunismo), é uma concessão do mais

forte, não uma lei da natureza ou uma imposição do mais fraco. Portanto, o comunismo nunca será natural, mas uma escolha política.

Mas, vamos considerar que após dois anos surja na ilha de Utopia uma mulher. Para efeito de ilustração vamos chamá-la de Miranda [personagem de Whilliam Shakespeare na peça *A tempestade*]. Temos de perceber que apesar do cenário continuar o mesmo [Utopia], agora os atores sociais foram ampliados. Isso significa que estará sendo estabelecida uma nova conjuntura, com novas variáveis pressionando a ação de Robinson e Gilliatt. Independentemente do pacto anterior, estabelecido quando os dois estavam sozinhos na ilha, com a introdução de um novo ator social naquele cenário é legítimo e necessário refazer acordos e relações, porque a conjuntura mudou. A realidade imediata é outra e a projeção para o futuro também. O mesmo fenômeno poderia ocorrer também, por exemplo, caso houvesse escassez de um alimento básico para a sobrevivência dos atores, como entressafra de côco.

Qual seja, a vida social é sempre dinâmica e pode sofrer sérias mudanças a qualquer momento, estabelecendo nova relação de forças. Daí **uma característica da esfera política: ser dinâmica**. Essa dinâmica é que leva muitas pessoas à incompreensão das ações políticas em sua sociedade. Eleitores ficam inconformados com a facilidade como adversários viram aliados e aliados históricos se transformam em adversários radicais. Cada eleição, contudo, apresenta sua conjuntura própria. Sempre surgem novos atores sociais, enquanto outros saem de cena. Getúlio Vargas conseguiu manter o regime ditatorial (fechado) em um cenário internacional que era favorável a este modelo, mas com a vitória das Forças Aliadas na Segunda Grande Guerra seu regime ruiu naturalmente. Caso o Eixo (Alemanha/Itália/Japão) tivesse ganho a guerra, naturalmente Getúlio Vargas manteria o regime, podendo até mesmo fechá-lo ainda mais, transformando-o em um ditadura fascista de fato. O que determinou o rumo da história brasileira foi a conjuntura mundial.

A política trata especificamente da relação entre atores individuais [cidadão] ou coletivos [instituição, grupo, estado...], visando equacionar os interesses específicos na tomada de decisões.



A capa da Revista Veja espelha essa possibilidade do poder cegar momentaneamente aquele que ocupa um determinado cargo na estrutura de governo. O poder cega?

## Política e guerra

Pensadores como Raymond Aron e François Bourricaud, por exemplo, consideram que é próprio falar de política somente a partir de um certo grau de complexidade de organização social, onde existe “*uma pluralidade de grupos submetidos a uma ordem comum*” (BOURRICAUD apud CALVEZ, 1997, p.8). Antes temos o exercício bruto do poder, onde a violência impera na sua forma mais natural e instintiva, e por isso mesmo cruel e irracional. Neste estágio inicial a diferença não é permitida e a GUERRA é a instância única para se obter legitimidade [reconhecimento] no exercício do poder. Daí denominarmos esse primeiro estágio da história da humanidade de barbárie.

O desenvolvimento do grupo vai possibilitando o surgimento de uma ESFERA POLÍTICA, que vai se configurar como uma alternativa concreta à guerra. O uso da força física, natural, vai perdendo espaço para outras alternativas de relações, que possibilitam o exercício do poder sem o uso da força natural e o confronto físico, direto. Em síntese, podemos afirmar que a POLÍTICA é a alternativa para a GUERRA. “A política nasce onde os homens vão contra essa estranheza e violência, sobretudo contra a guerra [...]” (CALVEZ, 1997, p.19).

Na verdade a política é a primeira instituição plenamente simbólica da civilização, porque ela não passa de uma simulação da guerra, chegando até mesmo a se constituir como um SIMULACRO da guerra. Quer dizer, a política é posta no lugar da guerra, evitando seus maiores males, principalmente pela substituição do confronto armado pelo confronto eleitoral. Onde temos eleições, poderíamos ter ali uma disputa tradicional pelo poder, via guerra.

Algumas pessoas pensam que é possível viver em sociedade sendo apolítica (não política). Na verdade isto é completamente impossível. A coisa funciona mais ou menos assim:

- 1 - Em sociedade nós somos obrigados a nos relacionar
- 2 - Esta relação produz e libera poder
- 3 - O poder passa a existir independentemente da nossa vontade
- 4 - Temos de optar sobre como gerenciar o poder – é uma imposição social:

a) podemos optar por fazer de conta que o poder não existe, deixando aos outros o monopólio do exercício direto do poder – submissão total através de um processo de alienação política;

b) podemos optar por participar do exercício do poder, contribuindo com o processo de decisão política (ONG, partido político, movimento social, sindicato, movimento estudantil...)

5 - Quem opta por participar do exercício do poder tem consciência de que o MAIS FORTE tem a condição objetiva para o exercício do poder (força hegemônica).

6 - Temos duas maneiras de estabelecer quem é o MAIS FORTE e, por isso, está credenciado a exercer o poder:

a) **através da guerra** – processo que estabelece que o mais forte é aquele que derrota e submete fisicamente toda força oponente.

b) **Através da política** – processo que estabelece que o mais forte é aquele que convence o maior número de cidadãos;

Na política o exército dá lugar ao partido político, a arma de fogo dá lugar ao “santinho”, o militar dá lugar ao militante e, o inimigo, cede lugar ao adversário. No final do embate, o poder será exercido por quem tiver a capacidade de persuadir o maior número de cidadãos ou, estabelecido os melhores acordos entre grupos. Toda eleição é um simulacro da guerra, porque é posta no lugar dela, evitando muitas tragédias.

Diante da impossibilidade da política a alternativa que resta é a guerra. Então antes de dizermos que odiamos a política, devemos fazer uma reflexão séria sobre sua função na sociedade moderna e o avanço que representa para a humanidade. Devemos evitar reproduzir o senso comum que sempre pensa a política como algo completamente negativo e nefasto para a sociedade. No lugar de acabar com a política temos de lutar para melhorar a política e para fortalecê-la. A política é a nossa garantia de um mundo menos violento e belicoso, mais civilizado e menos animalesco.

No Brasil o processo político respeita as normas da DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, que se desenvolveu no cenário internacional a partir das idéias liberais, burguesas, surgidas no processo da Revolução Industrial. Este liberalismo político seguiu orientações do Iluminismo, que seguiu os passos do Renascimento, que seguiu os passos da República Grega. Daí porque, vira e mexe, estarmos sempre estudando a filosofia antiga - berço de nossa civilização ocidental. Este modelo político não é único. Um exemplo bem nítido dessa realidade está estampado na capa da revista Veja, datada de oito de fevereiro de 2006, que traz na capa a manchete: “Guerra de civilizações - a radicalização religiosa está cavando um abismo

crescente entre o mundo islâmico e o ocidental”.

Aqueles países cujas forças não conseguem resolver suas diferenças no campo da política são envolvidos, obrigatoriamente, por **guerra civil** [onde forças internas de um mesmo país lutam para ver quem tem a hegemonia, o controle]. Na Colômbia, por exemplo, o exército do governo oficial [capitalista, orientação ideológica de direita, vinculado aos Estados Unidos] luta contra as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - [comunistas, orientação ideológica de esquerda, vinculadas ao narcotráfico e Cuba]. No meio dessas duas forças ainda atua uma terceira, intitulada de “paramilitar” [capitalista, orientação ideológica de ultra-direita, vinculada aos grandes proprietários de terra que atuam à margem do estado, tentando fazer “justiça com as próprias mãos”]. Apesar da Colômbia contar com um governo oficial [isto é, reconhecido pela ONU e OEA], a sociedade está decidindo a questão do poder através de uma guerra que já dura mais de vinte anos e parece que está longe de acabar.

Em contrapartida, no Brasil, também temos essas forças políticas atuando em nosso território. Contudo, no lugar dos conservadores [PP], liberais [DEM/PMDB], socialistas democráticos [PT/PDT/PSB], comunistas ou socialistas revolucionários [PC do B/PCB/PSOL/PSTU], social-democratas [PSDB], anarquistas, fascistas..., montarem seus respectivos exércitos, cada um montou seu partido político e a cada eleição disputam a preferência do eleitor brasileiro, reconhecendo imediatamente os resultados das urnas, estabelecendo a soberania do voto popular. O reconhecimento da vitória do adversário é que dá à política sua legitimidade como instância superior de disputa pelo poder. A esfera política se consolida exclusivamente pelo efetivo reconhecimento de que o adversário é mais forte, porque conseguiu mais votos, ou seja, conseguiu convencer mais eleitores.

### **Estado**

Deste reconhecimento [que não deixa de ser um consentimento], que o outro grupo é o mais forte, é que surge a possibilidade da existência do Estado. Como diz Duguit, o Estado nada mais é do que um “*grupo humano fixado em determinado território, onde os mais fortes impõem aos mais fracos suas vontades*”. Ou como diz Von Jehrings: “*simplesmente a organização social do poder de coerção*” ou “*sociedade como titular de um poder coercitivo regulado e disciplinado*”. Max Weber considera estado como “*aquela comunidade humana que, dentro de um determinado território, reivindica para si, de maneira bem sucedida, o monopólio da violência física legítima*”. Sundfeld sentencia: o estado “*é o detentor do poder político*”.

## **Forma de governo**

O estado ganha diversas formatações nos tempos modernos. A primeira discussão presente na matriz moderna é a disputa pela FORMA DE GOVERNO: monarquia ou república. O estado moderno se estabelece como uma república ou monarquia, fundamentadas em uma constituição. Quer dizer, todos (até o monarca), indistintamente, aceitam se submeter a um texto legal. A ideia de constituição visa extinguir regimes absolutos, já que o texto legal para ser aceito internacionalmente como uma “constituição” tem de se comprometer a respeitar as garantias elementares da cidadania, conhecidas como Direitos Humanos. [ver anexo].

Acoplado o termo constitucional ao termo monarquia tira-se dessa forma de governo o que ela tem de essencial, ou seja a idéia de “mon-arquia” - estrutura única de poder. O poder como sendo algo que diz respeito a uma estrutura única [família ou pessoa]. É imposto ao monarca o exercício compartilhado do poder. Esse compartilhamento dá-se através de uma constituição confeccionada pelo parlamento [representante dos cidadãos], e que todos estarão submetidos, inclusive o rei. Muitos países europeus mantiveram, após o período revolucionário do século XVIII, a forma de governo monárquica. É o caso da Inglaterra e Espanha.

Contudo, a maioria dos países optou pela forma de governo republicana. A república tem um conceito diferente de poder. Nela o poder tem origem no povo e em nome dele é exercido. O conceito de “res-pública” sinaliza para a idéia de que o poder é uma coisa [rés] que diz respeito ao interesse de todos os cidadãos [pública]. Desta forma, o poder será exercido através do sistema de eleição, onde todos os cidadãos podem votar e ser votado.[ver mais adiante eleição, voto...]. A idéia de república desmancha velhos conceitos da monarquia, que vê o poder como absoluto, vitalício, hereditário e de escolha divina.

## **Sistema de governo**

Combinando com a Forma de Governo (República ou Monarquia) temos o Sistema de Governo (Presidencialismo ou Parlamentarismo). Os Estados Unidos são o modelo principal para as Repúblicas Presidencialistas; França, Alemanha, Itália servem de modelos para Repúblicas Parlamentaristas; Inglaterra, Espanha servem de modelos de Monarquias Parlamentaristas; Arábia Saudita serve de modelo para monarquia.

Na República Presidencialista temos o presidente e os ministros, sendo que somente o presidente é escolhido por eleição. Eleito, o presidente ganha o consentimento do povo para

nomear seus assessores, incluindo todos os ministros, presidentes de autarquias e empresas estatais/mistas, etc. O presidente exerce duas funções de estado. Ele é chefe de estado (representação) e chefe de governo (administração).

Na República Parlamentarista temos o presidente e o primeiro ministro. O presidente exerce a função de representar o estado; o primeiro ministro exerce a função de administrar o estado. O presidente é eleito, enquanto o primeiro ministro geralmente é indicado pela maioria no Congresso (Parlamento) ou, indicado pelo presidente e aceito pela maioria dos parlamentares.

A ideia central do presidencialismo é que o presidente ganha mandato fixo (quatro anos) para representar e administrar o estado. Já no parlamentarismo, o presidente ganha mandato fixo para representar o estado, enquanto o primeiro ministro depende do voto de confiança da maioria no parlamento. Se um determinado número de parlamentares fica descontente com a administração desse primeiro ministro ele cai com a retirada do voto de confiança da maioria. O primeiro ministro não tem mandato (tempo definido). Pode ficar dez anos ou um dia. Fica enquanto tiver o apoio da maioria parlamentar.

Geralmente a equipe do primeiro ministro é denominada de “Gabinete”. Esse termo já foi utilizado na política brasileira durante a monarquia. Atualmente nós utilizamos o termo “governo” para designar o grupo escolhido para administrar o estado. Assim, temos o Governo Rouseff, o Governo Lula, o Governo Collor, o Governo FHC.

## Regime

**Regime** é a maneira como os governantes exercem o poder. A prática política estabelecida na relação entre governo (representação e administração do estado) e Sociedade Civil Organizada (organização dos cidadãos contígua ao estado, como: sindicato, igrejas, clubes, associações, partidos políticos, movimento estudantil...). Basicamente temos dois tipos de matrizes de poder, que nos remetem a quatro tipos básicos de regimes políticos.

19

MATRIZ DE PODER	TIPO DE REGIME	RELAÇÕES DE PODER	
		Estado	Sociedade Civil
DE EXCEÇÃO [DITADURA]	Totalitário	Forte – Controle total sobre a Sociedade Civil	Inexistente ou fraca – a serviço do Estado
	Autoritário	Forte - Controle relativo sobre a Sociedade civil	Fraca – vigilância/censura do Estado
DE DIREITO [DEMOCRACIA]	Democrático	Fraco - conduzido pela relação: mercado x pressão popular	Forte – controle Relativo sobre o Estado
	Libertário	Inexistente ou fraco - a serviço da Sociedade Civil	Forte - Controla e orienta o Estado

Adaptação de Magru Floriano a partir do original de Robert Henry Srouer

**1 - DE EXCEÇÃO** – a matriz de poder de exceção é subdividida em regime **autoritário** e regime **totalitário**. Popularmente estes regimes são chamados de **DITADURAS**. Assim, no Brasil tivemos a ditadura de 64 quando se instalou o regime autoritário com a queda do Governo Jango. A sociedade que tem regime de exceção é conhecida como **SOCIEDADE FECHADA**. Quer dizer, o governo, em maior ou menor grau de intensidade, subordina as ações de seus

cidadãos e das instituições por eles organizadas (sindicatos, associações de moradores...) às vontades e diretrizes do estado. Quem manda na sociedade é o estado. Prevalece sempre “as razões de estado” ou “os interesses de Segurança Nacional”.

Para manter o controle sobre a Sociedade Civil o estado cria estruturas especiais de informação e repressão. Foi assim no Brasil de 64 com o DÓI-CODI e SNI. O estado é que dá a direção, que diz qual é o projeto nacional, para onde o país vai caminhar. Quem for contra este “projeto nacional” vai ser perseguido como inimigo do estado e do povo. Daí a campanha no tempo da ditadura no Brasil que afirmava: “**Brasil: ame-o ou deixe-o**”, onde quem “amava” o Brasil respeitava as ordens do governo, e quem não aceitava a ditadura simplesmente era acusado de não amar o Brasil e por isso mesmo deveria ir embora do país.

Todos da oposição eram considerados inimigos do Brasil. Ser contra o governo era ser contra o país. Pensar diferente do governo era um crime contra os interesses do povo. Não havia espaço para a diferença, a divergência. Baseada na força a ditadura estabelecia uma relação de guerra interna permanente com os grupos de oposição. [leia mais sobre Doutrina de Segurança Nacional].

A) **REGIME AUTORITÁRIO** – é aquele regime que estabelece um Estado forte intimidando a Sociedade Civil e tendo controle sobre ela. O regime dá uma autonomia relativa à Sociedade Civil, deixando-a se organizar e tendo vida própria, sem mando e controle direto do estado. Contudo o estado tem a seu favor diversos mecanismos de controle que cerceiam a liberdade e limitam as possibilidades dos atores sociais na hora de atuarem na reivindicação de seus direitos.

Assim, no regime ditatorial de 60/80 o Estado permitiu a existência dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista, deixando que os mesmos escolhessem o Lula como seu presidente. Mas, quando eles foram fazer greve pedindo aumento salarial, entraram em cena os mecanismos de controle do Estado: a justiça – aplicando a lei que proibia greves; a polícia e exército – reprimindo as manifestações de rua e os piquetes na porta das fábricas; a imprensa – que através da censura prévia só podia transmitir ao povo a versão oficial dos acontecimentos, grupos paramilitares de repressão e tortura, etc.

No regime autoritário é instituída uma ditadura mais branda, onde se tem a liberdade vigiada. Uma liberdade condicionada aos interesses de “segurança nacional”, política que se confundia com os interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Se a Sociedade Civil se comportasse, respeitasse os limites estabelecidos pelo Estado, a recompensa

era o direito à “liberdade” de se auto-governar. Mas, se atentasse contra os interesses do regime, haveria intervenção, censura direta, prisão de líderes, etc. [Leia sobre a história da UNE - União Nacional dos Estudantes ...].

No regime autoritário a Sociedade Civil é fraca na sua estrutura e tem sua capacidade de ação restrita na relação com o Estado. Como o Estado deixa a Sociedade Civil se estruturar e tomar algumas decisões por conta própria, desde que não mexa em interesse de “segurança nacional”, dizemos que o regime é SEMIFECHADO, onde o Estado apenas tutela, vigia, a Sociedade Civil.

**B) REGIME TOTALITÁRIO** – temos no regime totalitário uma SOCIEDADE FECHADA, uma ditadura total, completa, onde o Estado controla por completo a vida social, não deixando espaços para a atuação e existência da Sociedade Civil Organizada, que só pode existir de forma CLANDESTINA, sem autorização do Estado e por isso sem ser LEGAL. Assim, todos que se opuserem aos interesses do Estado podem ser presos como marginais e inimigos do povo. A oposição não é permitida e até a economia passa a ser controlada diretamente pelo Estado.

Fica estabelecida a dominação total do Estado sobre o cidadão. O poder é centralizado pelo Estado, que tem o MONOPÓLIO DO EXERCÍCIO DO PODER. Algumas poucas instituições não-estatais existentes só funcionam porque na verdade estão a serviço do Estado de forma sub-reptícia. Não há discussão aberta, pluralidade de pensamento. Geralmente há partido único, liderança única, pensamento único, dentro da filosofia totalitária: “Tudo para o Estado. Tudo no Estado.”

**2 – DE DIREITO** – a matriz de poder de direito é aquela que propõe a existência livre da Sociedade Civil e dá ao cidadão o direito de escolhas, ao LIVRE-ARBÍTRIO. Por este motivo dizemos que com esta matriz temos uma SOCIEDADE ABERTA. São dois os regimes produzidos pela matriz de direito:

**A) REGIME DEMOCRÁTICO** – é aquele que estabelece uma relação de poder entre Estado e Sociedade Civil através de mecanismos consensuais. O Governo é estabelecido através da escolha periódica de representantes da própria população (sistema eleitoral). O Estado conta com uma administração LEGÍTIMA – que tem o apoio consensual da maioria da população.

A Sociedade Civil participa do processo político e é representada no Congresso Nacional [nível federal], Assembleias Legislativas [nível estadual] e Câmaras de Vereadores [nível municipal], podendo realizar atividades de *lobby* – exercendo legitimamente pressão sobre os representantes e o Estado.



São muitos elementos que devem ser analisados para termos uma exata compreensão do que ocorreu em uma eleição. Muitas pessoas preferem dizer que o dinheiro decidiu tudo, ou a “máquina” venceu. Na verdade há uma combinação de fatores que produz determinado resultado. Não fosse assim, a oposição nunca venceria uma eleição.

B) **REGIME LIBERTÁRIO** – este regime é completamente aberto à participação popular, favorecendo organizações que lutam pelo direito da cidadania - como é o caso dos MOVIMENTOS SOCIAIS. Ampliando o direito à participação popular, o regime libertário elimina o estatuto da HIERARQUIA social e de mando.

No regime libertário a Sociedade Civil tem uma estrutura FORTE e a capacidade de ação é AMPLA. Por ela ser mais forte do que o próprio Estado, quem dá a direção da sociedade é a Sociedade Civil, o governo apenas executa as ações estabelecidas pelas bases sociais. Também o centro do comando do Estado sai do Poder Executivo e migra para o Poder Legislativo e para as próprias organizações sociais - montadas na base da sociedade, nas comunidades, onde a Sociedade está representada legitimamente em toda sua pluralidade ideológica e econômica.

O poder é descentralizado na medida em que todos os cidadãos, sem exceções, possuem total liberdade de organização para pressionar o Estado a agir em determinada direção. Na medida em que a sociedade vai se estruturando, propiciando o fortalecimento da Sociedade Civil, é legítimo prever a própria extinção do Estado, porque ele vai perdendo suas funções, tais como: o exercício do monopólio da violência e a defesa da propriedade privada.

### Sistema eleitoral

O Brasil é uma república presidencialista, democrática, representativa, em pleno Estado de Direito.

O primeiro passo que estabelecemos em uma democracia representativa é realizar eleição, um **processo onde forças opostas se organizam e se habilitam, no limite imposto por normas previamente elaboradas e aceitas pela sociedade, para o enfrentamento periódico em busca da permissão conferida pela maioria para o exercício do poder.**

O instrumento fundamental da eleição é o voto. No Brasil o voto tem as seguintes características:

**Unitário** – fica estabelecido o princípio da igualdade entre os cidadãos na base de “um cidadão, um voto”. Assim, o voto do maior empresário brasileiro tem o mesmo valor que o voto do seu jardineiro. O presidente tem um voto e o aposentado tem um voto com o mesmo valor. Muitas instituições no Brasil, como é o caso das universidades, utilizam o voto paritário, onde cada categoria tem um terço do valor dos votos independente do número de membros que tem. Na eleição direta para reitor da Univali, por exemplo, ocorreu de apenas 800 funcionários terem

direito a 1/3 dos votos, com os 1.500 professores tendo o direito a 1/3 dos votos. Mais de vinte mil alunos representavam apenas 1/3 dos votos do colégio eleitoral.

**Direto** – o cidadão-eleitor vota naquele candidato que pretende ver ocupando determinado cargo. Assim, se alguém votar no Lula é porque espera que o Lula seja efetivamente o presidente. Em países como os EUA o voto é indireto, onde o eleitor vota em delegados que vão compor um Colégio Eleitoral responsável pela escolha do presidente. Durante a ditadura de 64 o Brasil teve inúmeros presidentes eleitos indiretamente, sendo o último deles Tancredo Neves.

**Universal** – o voto é um direito de todos os cidadãos, independentemente de religião, sexo, raça, classe social, escolaridade, profissão, etc. No Brasil já tivemos o voto censitário, onde cada cidadão tinha de comprovar renda para votar e ser votado; e o voto era exclusivo para os homens, adultos, proprietários. Havia uma escala, uma proporção. Quanto mais alto era o cargo pleiteado pelo candidato, mais renda ele tinha de comprovar. Esse modelo determinou a política Café com Leite, já que somente os grandes empresários de São Paulo e Minas Gerais, em determinada época de nossa história, podiam comprovar renda suficiente para ser candidato a presidente.

**Secreto** – visando garantir a liberdade de escolha, o voto é secreto. Assim, o eleitor tem o direito de não revelar seu voto evitando desta maneira sofrer qualquer tipo de pressão ou coerção. Já houve tempo em que o voto no Brasil era cantado. O eleitor comparecia diante de uma comissão eleitoral e declarava em voz alta o seu voto.

**Obrigatório** – o exercício do voto é obrigatório no Brasil. Em muitos países desenvolvidos como os EUA e a França, o voto é opcional, o voto é apenas um direito. No Brasil o voto é ao mesmo tempo um direito e um dever. Tem a obrigação de votar pessoas alfabetizadas incluídas na faixa etária entre 18 e 69 anos. Os jovens maiores de 16 anos e menores de 18 anos podem se cadastrar junto à Justiça Eleitoral. Se optarem pelo cadastramento opcional, passam a ter a obrigação do voto. A partir dos 70 anos o voto deixa de ser obrigatório para ser opcional.

Quem não exercer o seu dever de votar pode sofrer punições, tais como: impedimento de tirar passaporte e tomar posse em emprego público

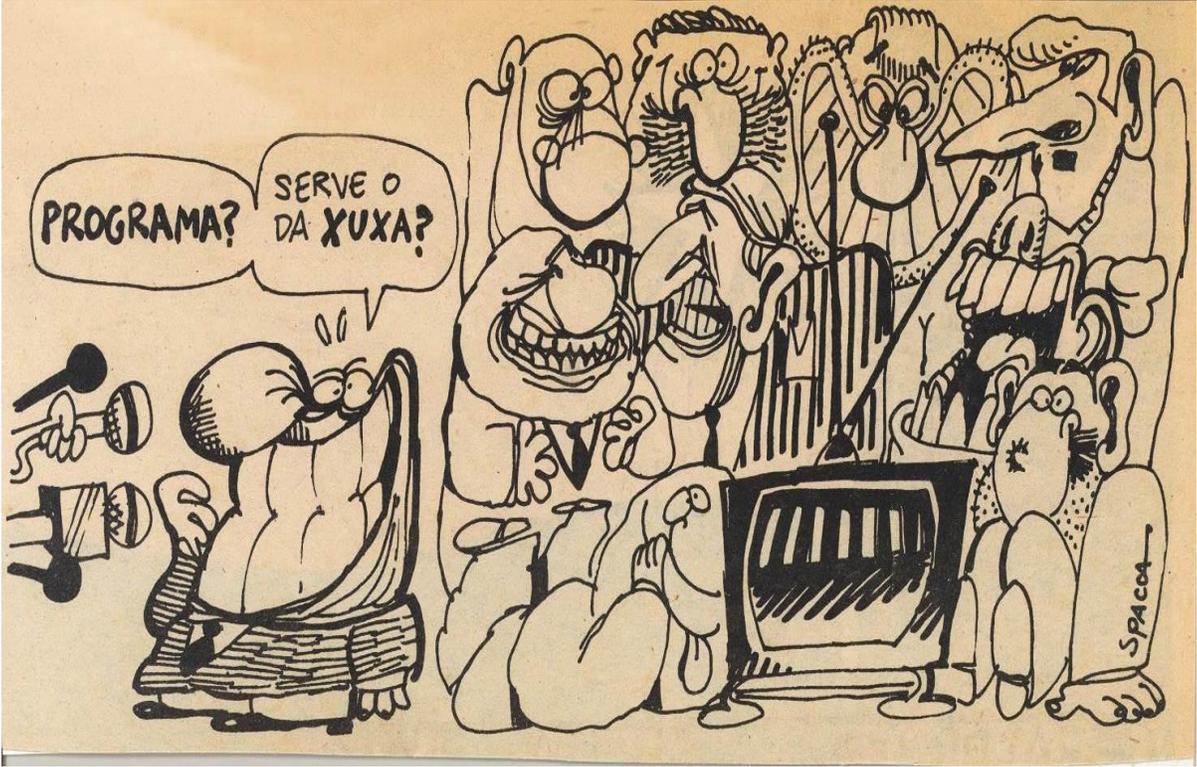
O sistema eleitoral brasileiro prevê a realização de duas modalidades de eleições, com características bastante diferenciadas, mas que estão funcionando simultaneamente:

a) **MAJORITÁRIO** – é aquele sistema onde o candidato que obtém o maior número de votos é automaticamente considerado eleito. São escolhidos através de eleições majoritárias: presidente, governadores, prefeitos e senadores. Assim, se um candidato a governador conseguir

dois milhões de votos, e seu adversário conseguir dois milhões e um votos, está eleito automaticamente o segundo candidato que conseguiu um voto a mais do que o primeiro.

Interessante observar que a maioria absoluta dos eleitores pensa que todas as eleições no Brasil funcionam desta maneira. Para essas pessoas a fórmula é única e simples: fez mais votos, foi eleito. Porém, não é bem assim, porque algumas eleições são formatadas dentro de um outro modelo - o sistema proporcional.

b) **PROPORCIONAL** – é aquele sistema onde o candidato para se eleger o seu partido tem de atender a uma certa proporcionalidade de voto. Esta proporcionalidade é chamada de Quociente Eleitoral. São escolhidos através de eleições proporcionais: deputados federais, deputados estaduais e vereadores.



## **QUOCIENTE ELEITORAL: COMO ELE É OBTIDO? COMO SÃO PREENCHIDAS AS VAGAS NA CÂMARA DE VEREADORES?**

(Texto original de autoria do advogado Ivan Luiz Macagnan publicado no Jornal dos Bairros em 18/ago/2000, pág. 05 – alterações: Magru Floriano)

26

“Matéria sempre discutida entre os candidatos e nem sempre bem compreendida, razão pela qual, na forma de um exemplo hipotético para o caso de Itajaí, procuraremos explicar de forma didática, como é obtido o quociente eleitoral e como são distribuídas as vagas de vereador em face da votação de cada partido.

O quociente eleitoral para a eleição de vereador é obtido pela divisão do número de votos válidos (nominais e de legenda), de todos os partidos, pelo número de vagas em disputa, portanto para o cálculo do quociente eleitoral não são incluídos os votos nulos, nem os votos brancos e muito menos voto de eleitor que não compareceu para votar. No caso de Itajaí, temos um total aproximado de 95 mil eleitores. Desses, é provável que não compareçam às urnas cerca de 9 %, ou seja, deverão comparecer para votar cerca de 86.500 eleitores. Dos que comparecerão, cerca de 2% deverão votar em branco ou anular o voto. Nesta hipótese, os votos válidos, para efeito do quociente eleitoral deverão ficar em torno de 84.700 votos. Desta forma, o quociente eleitoral em Itajaí, cujo Legislativo é composto de 21 membros, deverá ficar em torno de 4033 votos.

84700 votos válidos dividido por 21 vagas igual a 4033 votos (quociente eleitoral). Assim, o partido que não fizer 4033 votos não elegerá vereador em Itajaí.

Para saber quantos vereadores cada partido irá eleger, devemos dividir o número total de votos dados a cada partido (voto de legenda mais os votos dados a todos seus candidatos) pelo quociente eleitoral.

Vamos imaginar a seguinte situação hipotética em Itajaí, em números redondos:

<b>Partido/Coligação</b>	<b>Número de votos</b>	<b>Quociente eleitoral</b>	<b>Quociente partidário</b>
PFL/PTB	21.500	4033	5
PPB	18.000	4033	4
PMDB	15.500	4033	3
PT/PC do B	8500	4033	2
PSDB	7500	4033	1
PSL/PL/PAN	4200	4033	1
PDT	5300	4033	1
<b>TOTAL</b>	<b>80.200</b>		<b>17 vagas ocupadas</b>

O PV, PPS e PSC que não estão coligados com outros partidos, dividiriam os votos válidos restantes, entretanto nenhum deles atingiria o quociente eleitoral e não elegeriam nenhum vereador.

As quatro vagas restantes são calculadas dividindo o número de votos de cada partido ou coligação da proporcional, pelo número de vagas asseguradas conforme o cálculo acima, mais um. O partido que obtiver a maior média nessa segunda operação, elegeria o décimo oitavo vereador e assim sucessivamente, até completar as 21 vagas.

No exemplo hipotético de Itajaí teríamos as seguintes médias de cada partido para ver qual ocuparia a décima oitava vaga depois sucessivamente até a vigésima primeira vaga.

<b>Partidos/coligações</b>	<b>Votos Total da legenda</b>	<b>Quociente partidiário + 1</b>	<b>média</b>	<b>Vaga a ocupar</b>
PFL/PTB	21.500	6	3.583	21 vaga
PPB	18.000	5	3.600	20 vaga
PMDB	15.500	4	3875	18 vaga
PT/PC do B	8.500	2	2.833	
PSDB	7.500	2	3.750	19 vaga
PSL/PL/PAN	4.200	2	2.100	
PDT	5.300	2	2.500	

A Câmara Municipal de Vereadores de Itajaí ficaria assim:

PFL – 6 vereadores

PPB – 5 vereadores

PMDB – 4 vereadores

PT/PC do B – 2 vereadores

PSDB – 2 vereadores

PSL/PL/PAN – 1 vereador

PDT – 1 vereador.

Se nenhum partido ou coligação atingir o quociente eleitoral, as vagas serão preenchidas pelos 21 candidatos mais votados. (...)”

**Voto válido:** são considerados votos válidos para efeito do cálculo do Quociente Eleitoral os votos nominais + votos de legendas.

**Voto nominal:** são considerados votos nominais os votos dados a um candidato em particular. O voto no candidato a presidente Lula ou FHC.

**Voto de legenda:** são considerados votos de legenda aqueles votos onde o eleitor escolhe uma sigla partidária e não o nome de um candidato. O eleitor vota no número do partido. No caso de eleições proporcionais (vereador, deputado ...) o voto de legenda não pertence a nenhum candidato em particular. O voto de legenda vai ser somado aos votos obtidos por todos os candidatos daquele partido para obter o Quociente Partidário. O eleitor que vota na legenda está ajudando o partido como um todo e não um candidato em particular.

**Colégio eleitoral:** é a totalidade dos eleitores legalmente inscritos para votar em determinada unidade administrativa. Colégio Eleitoral do Brasil. Colégio Eleitoral de Santa Catarina. Colégio Eleitoral do Município de Itajaí.

**Votos inválidos:** vamos considerar como inválidos todos aqueles votos que, incluídos em determinado Colégio Eleitoral, não podem ser utilizados no cálculo do Quociente Eleitoral e Quociente Partidário.

**Para votar em branco** o eleitor tecla BRANCO e CONFIRMA.

**Para votar nulo** o eleitor digita um número que não pertence a nenhum candidato ou partido (exemplo 00), recebe a mensagem “número errado” CONFIRMA.

**Para votar na legenda** o eleitor digita apenas o número do partido CONFIRMA.

**Para justificar o voto** o eleitor tem de comparecer a um local de votação qualquer (seção eleitoral) no dia da eleição, portando título de eleitor ou documento com foto. O mesário vai fornecer, de graça, o formulário de justificativa. Após preencher o formulário, o eleitor devolve ao mesário e o presidente da seção vai assinar o formulário e entregar um comprovante de justificativa. Quem não puder comparecer no dia da eleição em uma seção eleitoral para justificar o voto tem o prazo de 60 dias para apresentar à Justiça Eleitoral os motivos de sua ausência (sempre com documentos).

Na eleição que ocorrer escolha de dois senadores o eleitor pode se comportar como se estivesse participando de duas eleições simultâneas. Sendo assim, vai votar duas vezes para senador de forma independente. Isto significa dizer, por exemplo, que o eleitor pode votar em um senador e depois anular o seu outro voto. Não existe voto de legenda para senador. A eleição de senador é pelo sistema majoritário e ocorre a cada quatro anos com renovação em forma de rodízio de 1/3 e 2/3 da bancada. Em uma eleição elegemos apenas um senador e na eleição seguinte vamos eleger dois senadores e assim sucessivamente.

**Quociente Eleitoral:** Estabelecemos como Quociente Eleitoral a divisão entre o número de votos válidos obtidos em um determinado Colégio Eleitoral, dividido pelo número de vagas em disputa neste mesmo colégio. No exemplo dado pelo advogado Ivan Macagnan, considerou-se que o Colégio Eleitoral de Itajaí contava com 95 mil eleitores. Depois, ele retirou desse montante 9% de eleitores que não compareceram para votar (abstenção ou voto justificado) e 2% que resolveram votar em branco ou anular (compareceram para cumprir o dever cívico, mas não escolheram candidato ou partido). Sobraram 84.700 votos válidos que devem ser divididos por 21, que é o número de vagas em disputa para a Câmara. No exemplo, o Quociente Eleitoral fica em 4033 votos.

**Quociente partidário:** estabelecemos como Quociente Partidário o número de vezes que um partido político consegue cumprir o Quociente Eleitoral. Somamos todos os votos dos candidatos do partido com os votos dados para a legenda (votos nominais nos candidatos do partido ou coligação + votos na legenda do partido ou na coligação) e dividimos pelo Quociente Eleitoral.

**Coligação:** o sistema eleitoral brasileiro permite que os partidos políticos se unam para enfrentar determinada eleição. Essa coligação pode ser feita com número indeterminado de partidos, para eleição proporcional ou majoritária. Para a Justiça Eleitoral, quando dois partidos se coligam, eles formam uma terceira entidade eleitoral. Por este motivo as coligações recebem nomes próprios, tipo “Pelo Bem de Itajaí” ou “Todos por Itajaí”. Na eleição para vereador, por exemplo, as nominatas dos partidos coligados se unem em apenas uma nominata. A coligação vai responder legalmente como se fosse um novo partido político, cumprindo todas as exigências de partido político.

Na eleição para prefeito (majoritária) os partidos podem se coligar livremente sem qualquer outra exigência ou restrição.

Na eleição para vereador (proporcional) os partidos podem se coligar livremente, desde que não estejam participando de coligação na eleição para prefeito. Se estiver coligado com outros partidos na eleição para prefeito, o partido só pode se coligar na eleição para vereador com partido que esteja coligado com ele na eleição para prefeito, ou com partido que não esteja coligado com nenhum outro partido e não apresente candidato a prefeito próprio.

Se uma coligação na eleição majoritária contar com dez partidos, por exemplo, esses partidos podem promover uma única coligação para a eleição proporcional ou seccionar o grupo em diversas coligações. Assim, se estiverem coligados na eleição majoritária PT + PCdoB + PCB + PMN + PMDB + PDT, podemos tirar daí diversas coligações. Pode ocorrer coligação única, contando com todos os partidos; alguns partidos resolverem não fazer coligação na proporcional, disputando a eleição só com sua nominata; outros partidos fazerem coligações pequenas de dois ou três partidos, etc.

**Partidos políticos:** consideramos Partido Político uma instituição legalmente constituída por cidadãos/eleitores que se dispõem a atuar no processo eleitoral visando obter consentimento do eleitor, reunido em determinado colégio eleitoral, para o exercício do poder.

O sistema eleitoral brasileiro é exclusivamente partidário. Ou seja, no Brasil não é possível oficializar candidaturas avulsas ou independentes. O partido político tem o monopólio sobre o registro das candidaturas. É o partido que registra o candidato junto à Justiça Eleitoral.

SIGLA legenda	número	NOME POR EXTENSO
PRB	10	Partido Republicano Brasileiro
PP	11	Partido Progressista
PDT	12	Partido Democrático Trabalhista
PT	13	Partido dos Trabalhadores
PTB	14	Partido Trabalhista Brasileiro
PMDB	15	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSTU	16	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PSL	17	Partido Social Liberal
PTN	19	Partido Trabalhista Nacional
PSC	20	Partido Social Cristão
PCB	21	Partido Comunista Brasileiro
PR	22	Partido da República
PPS	23	Partido Popular Socialista
DEM	25	Democratas
PSDC	27	Partido Social Democrático Cristão
PRTB	28	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PCO	29	Partido da Causa Operária
PHS	31	Partido Socialista da Solidariedade
PMN	33	Partido da Mobilização Nacional
PTC	36	Partido Trabalhista Cristão
PSB	40	Partido Socialista Brasileiro
PV	43	Partido Verde
PRP	44	Partido Republicano Progressista
PSDB	45	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	50	Partido Socialismo e Liberdade
PPL	54	Partido da Pátria Livre
PSD	55	Partido Social Democrático
PCdoB	65	Partido Comunista do Brasil
PTdoB	70	Partido Trabalhista do Brasil
Dados coletados até outubro de 2011		

Os partidos brasileiros possuem, obrigatoriamente, organização nacional. Não é permitido partido regional. Os partidos políticos possuem estrutura administrativa composta por diretório e executiva, em níveis federal, estadual e municipal. A partir dessa estrutura mínima, os partidos optam livremente por montar instituições de apoio, como é o caso dos movimentos jovens, da mulher, do empreendedor...

Toda a estrutura eleitoral brasileira é comandada pela Justiça Eleitoral. A corte máxima da Justiça Eleitoral é o TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Cada estado possui seu TRE –Tribunal Regional Eleitoral. As Comarcas abrigam Juízes Eleitorais.

**Zona eleitoral** – Consideramos como zona eleitoral espaço previamente demarcado pela Justiça Eleitoral onde deve atuar o Juiz Eleitoral. O Município de Itajaí é servido por duas zonas eleitorais.

A 16ª Zona Eleitoral de Itajaí reúne eleitores de Cabeçadas, Carvalho, Centro, Dom Bosco, Fazenda, Fazendinha, Imaruí, Praia Brava, São João, São Judas, Vila Operária.

A 97ª Zona Eleitoral de Itajaí reúne eleitores domiciliados nas localidades de Arraial dos Cunhas, Bambuzal, Brilhante I e II, Campeche, Cordeiros, Espinheiros, Itaipava, Limoeiro, Murta, Paciência, Promorar I, Salseiros, São Roque, São Vicente, Volta de Cima.

**Secção eleitoral** – As Zonas Eleitorais são subdivididas em Secções Eleitorais. As secções eleitorais são unidades de coleta de votos. O instrumento de coleta de votos é a urna. Itajaí conta com 328 seções.

**Cartório eleitoral** – é a menor unidade administrativa da Justiça Eleitoral. É no Cartório Eleitoral que promovemos o registro das filiações partidárias, das candidaturas, das coligações, bem como legalizamos todo o processo burocrático do partido político, como registro de atas, eleições internas, etc.

**Domicílio eleitoral** – Consideramos como domicílio eleitoral o endereço indicado pelo cidadão como referência na sua relação com a justiça eleitoral. O cidadão pode possuir diversas residências, mas apenas um domicílio eleitoral.

**Legislação eleitoral** – o Brasil conta com um grande número de leis, resoluções, acórdãos e instruções que tratam exclusivamente do processo eleitoral. Os principais documentos legais para consulta são:

- 1 – Código eleitoral – Lei nº 4737 de 15 de junho de 1965
- 2 - Lei das eleições - lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997
- 3 - Lei 9.840 de 28 de setembro de 1991.
- 4 – Lei Orgânica dos Partidos Políticos – Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 1995

Todo ano eleitoral conta com legislação específica através de resoluções do TSE (Normas complementares). Para consultar a legislação eleitoral podemos utilizar os seguintes endereços na internet: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) e [www.tre-sc.gov.br](http://www.tre-sc.gov.br).

## Plebiscito

Em sete de setembro de 1993 foi realizado um plebiscito onde o eleitor brasileiro pôde escolher a **FORMA DE GOVERNO** (República ou Monarquia Constitucional) e **SISTEMA DE GOVERNO** (Parlamentarismo ou Presidencialismo). Por esta razão o Brasil é uma República Presidencialista, de REGIME ABERTO (Estado Democrático de Direito). O nome oficial do Brasil é: **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**.

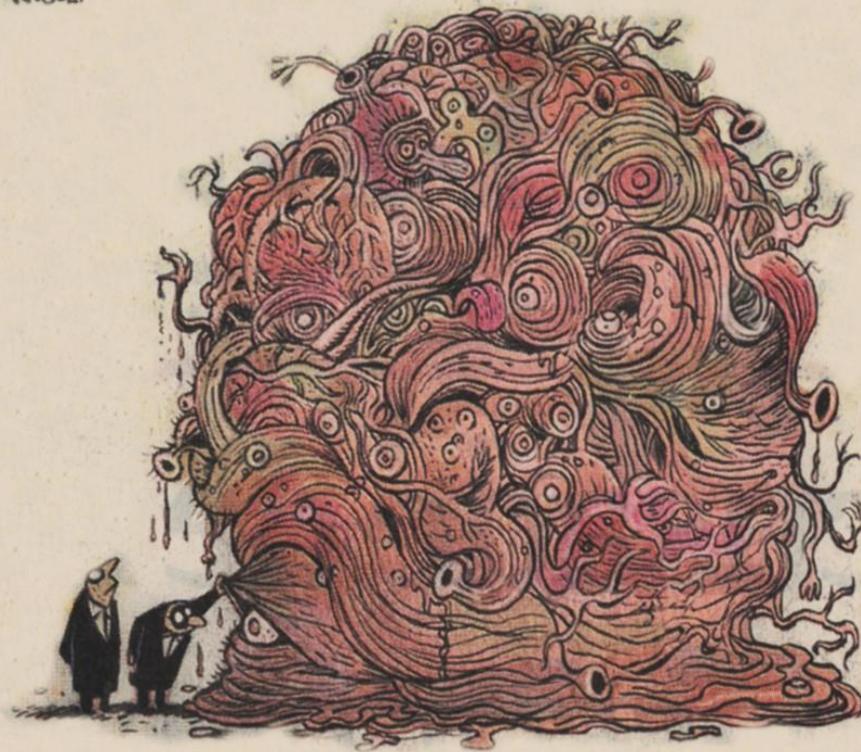
O termo Federativo diz respeito à ideia de que a administração do país deve ser mais descentralizada. O país é dividido em unidades administrativas chamadas de estado (Estado de Santa Catarina) e, estes, subdivididos em unidades administrativas chamadas de município (Município de Itajaí). Os estados devem ter o máximo de autonomia possível, inclusive no gerenciamento econômico e no setor de legislação. O papel da União [governo federal] é garantir a INTEGRIDADE e UNIDADE do território nacional, cuidar da DEFESA EXTERNA desse território, e garantir a SOBERANIA nacional.

Logo em seguida à proclamação da República (1889) tivemos a guerra civil que denominamos de Revolução Federalista (1891-1893) onde foi decidido na força o modelo de república a ser posto em prática no Brasil. Apesar de mantermos o nome FEDERATIVA, o Brasil acabou ficando com um modelo misto, entre o Estado Federativo e o Estado Unitário (sem divisão por estados, como é o caso da França). Ou seja, mantivemos o território nacional dividido em unidades administrativas (estados), mas essas unidades ficaram com muito pouco autonomia, dependendo em excesso da União (governo federal).

Movimentos como O SUL É O MEU PAIS, com muitos adeptos no Rio Grande do Sul, são herdeiros dos pensamentos derrotados na Revolução Federalista. A base de todos esses movimentos é dar maior autonomia aos estados para tomar decisões importantes e até terem leis diferenciadas entre os estados da União em termos de segurança, economia, trânsito...

# FOLHA DE S. PAULO

ANGELI



*- E agora? Vai saber o que é esquerda, o que é direita!*

## II - IDEOLOGIA

Um dos temas mais controvertidos em Sociologia e Filosofia Políticas é ideologia. A palavra ideologia tem várias interpretações e serve aos mais variados argumentos e interesses. Neste trabalho, onde pretendemos levar o cidadão a um debate inicial sobre política e poder, vamos considerar ideologia como: **conjunto de idéias, organicamente relacionadas, que orienta a prática das forças sociais (atores sociais) no cotidiano da vida política.**

Em uma sociedade aberta, como é o caso da sociedade brasileira, é natural que a pluralidade de ideologias políticas frutifique e se consolide. Contudo, devido às peculiaridades do povo brasileiro, algumas ideologias têm obtido maior apoio, enquanto que outras encontram naturais resistências junto ao eleitorado e forças políticas. Por exemplo: o brasileiro não costuma dar guarida - e esta tendência está expressa nos resultados das eleições - às ideologias radicais, quer de direita ou esquerda. O Integralismo de Plínio Salgado (direita radical) encontrou tantas dificuldades para se manter ativo no cenário político brasileiro quanto o Comunismo de Luis Carlos Prestes (esquerda radical).

Nunca tivemos no Brasil um regime totalitário. Foi justamente esta ojeriza aos totalitarismos que nos tornou um povo “assustado” e que aceita, por breves períodos, a implantação de regimes autoritários. Eles são apresentados para a população como antídotos a um “imminente” totalitarismo. Foi o que aconteceu em 1964. Diante do medo coletivo de João Goulart [Jango] levar o Brasil a um regime fechado (totalitarismo comunista) uma substancial parcela da população apoiou o Golpe [contra-revolução]. O movimento de 64 apresentou-se diante do povo como uma ação preventiva, de curto prazo de duração [os generais-presidentes completariam o mandato de Jânio/Jango], visando tão-somente preservar o sistema democrático-liberal.

Daí o golpe usar a ideologia de se justificar como uma ação política necessária para preservar a democracia. Por mais contraditório que possa parecer, a ditadura é usada para salvar a democracia. Neste caso, a palavra-chave do discurso é “temporário”. Qual seja: para perpetuar os valores democráticos, é necessária a implantação de uma ditadura temporária, que tem força para eliminar os inimigos da democracia - principalmente os comunistas. Contudo, na medida que o autoritarismo foi aumentando e montando mecanismos para se preservar no poder, foi, proporcionalmente, perdendo apoio da Sociedade Civil Organizada até sua total derrocada em 1985.

Uma questão importante quanto às ideologias praticadas no cenário político brasileiro, diz respeito ao fato dessas ideologias serem todas importadas dos países mais desenvolvidos economicamente [principalmente EUA e Europa] e, portanto, sofrerem mudanças estruturais na mesma proporção de sua dificuldade de implantação e acomodação junto à cultura local. Isso significa dizer que temos de tomar muito cuidado ao falar de social-democracia, socialismo democrático ou liberalismo no Brasil, porque aqui essas ideologias defrontaram-se com outra conjuntura, muito diversa daquela dos seus países de origem. Esse processo de adaptação à conjuntura política faz com que as ideologias dos partidos políticos no Brasil tenham suas especificidades, nos remetendo à necessidade de ter redobrado cuidado ao ler autores estrangeiros sobre o tema.

Outro ponto que temos de atentar ao estudar a aplicação das ideologias ao cenário político brasileiro diz respeito ao fato de que as forças políticas, [notadamente os partidos e movimentos sociais mais radicais] confessarem uma ideologia que nem sempre é realmente aplicada no seu todo ou em parte, ou de forma fiel aos dogmas históricos nelas consolidados. Tem ainda o agravante de muitas dessas ideologias se misturarem para formar um modelo híbrido. É o caso do Movimento dos Sem Terras que junta várias orientações ideológicas, indo de Mao Tse-Tung a Che Guevara, passando pela Teologia da Libertação e outros movimentos sociais procriados no próprio território latino-americano.

Isto posto, podemos afirmar com convicção que está na hora de termos uma noção mais clara do fazer política no Brasil a partir do que os nossos próprios pensadores estão refletindo sobre a realidade imediata em que estão mergulhados, não deixando a tarefa de pensar o Brasil para brasilianistas ou intelectuais europeus que ainda pensam que Buenos Aires é a nossa capital. Celso Furtado, Cristovan Buarque, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freire, ... são alguns desses intelectuais que nos ajudam a pensar a realidade brasileira.

# FOLHA DE S. PAULO



## Ideologias políticas no Brasil

Considerando todo o processo histórico vamos indicar o **socialismo** como matriz principal das ideologias de esquerda, e o **liberalismo** como matriz principal das ideologias de direita. Contudo, a imprecisão acadêmica acerca da classificação esquerda-direita acaba levando muitos autores a um debate extremado e confuso. Por exemplo: a social-democracia é uma ideologia de esquerda? O PSDB - Partido da Social-Democracia Brasileira é um partido de esquerda? A resposta dada a esta pergunta, obviamente, vai depender da ideologia de cada um e o conceito que tem sobre o que vem a ser exatamente direita e esquerda. Partidos mais radicais da esquerda, como é o caso do PSOL, sempre negaram ao PSDB a qualificação de agremiação partidária de esquerda. Mas, os tucanos sempre se posicionaram como de centro-esquerda. Na sociedade brasileira essa discussão vai longe ...

Aqui, vale acentuar que os conceitos de direita e esquerda acabam tendo uma variedade de significados muito grande, porque os autores estruturam seus conceitos a partir de pontos de vistas diferentes, dando prioridade a questões também muito diferentes. Assim, se digo que esquerda é uma força política que quer a extinção do capitalismo, então estou afirmando que o PSDB não é uma força de esquerda, porque a social-democracia não quer a extinção do capitalismo, mas tão-somente sua humanização. Por outro lado, se usar o critério de que são forças de esquerda todas aquelas que possuem em seu ideário uma forte preocupação social, priorizando as políticas públicas que implementam a distribuição de renda, combatendo o excesso acumulativo do capitalismo, então, o PSDB pode ser relacionado como um legítimo partido de esquerda, porque a social-democracia tem uma nítida proposta distributiva.

Para promovermos uma primeira reflexão sobre as ideologias políticas vamos definir **DIREITA como força política que defende/aceita o Modo de Produção Capitalista, tendo como princípio doutrinário sua manutenção.** Podemos considerar partidos que confessam doutrina de direita: PP / DEM [PFL] / PL / PTB / PMDB / PSDC / PSC / PSD .....

Vamos definir **ESQUERDA como força política que faz oposição sistemática ao Sistema Capitalista, tendo como princípio doutrinário a sua extinção.** Podemos considerar como partidos que confessam a doutrina de esquerda: PSOL / PSTU / PCdoB / PCB ...

Um conceito sempre envolvido com direita e esquerda é CENTRO. Essa técnica de discriminar as ideologias entre esquerda, direita e centro foi herdada das assembleias populares durante o processo de consolidação da nova ordem instituída com a Revolução Francesa. Nessas assembleias o pessoal que defendia reformas mais radicais (estruturais) na sociedade francesa costumavam reunir-se mais à esquerda; o pessoal que pregava reformas mais moderadas na sociedade francesa se reuniam mais à direita. No Centro ficava a turma do deixa-disso, que votava conforme seus interesses mais imediatos. Portanto, se diziam neutros, votando com um grupo ou com outro dependendo de cada tema em debate.

Podemos definir **CENTRO como força política que tende à moderação, diálogo e negociação das questões políticas.** Percebemos que o termo CENTRO guarda uma boa diferenciação entre esquerda e direita, já que os dois outros termos estão diretamente vinculados à sua postura diante da sociedade Capitalista, enquanto Centro é um termo mais vinculado à ação política – agir com moderação.

Sendo assim, podemos estabelecer que uma ideologia vai perdendo sua radicalidade na medida em que caminha para o centro ideológico. Ao qualificarmos a social-democracia, por

exemplo, como centro-esquerda, automaticamente estamos definindo essa ideologia como sendo mais moderada que o socialismo ou comunismo.

Quando um partido político chega ao poder no Brasil ele tem sérias dificuldades para manter sua coerência política e ao mesmo tempo obter sustentação política para sua administração, a tal da “governabilidade”. **Governabilidade** é o termo utilizado em administração pública para expressar a necessidade do governo (administração da União, estados e municípios) em contar com o apoio político da maioria no Poder Legislativo e junto à opinião pública.

Essa fragilidade dos nossos governos dá-se por culpa exclusiva do nosso sistema de governo (presidencialismo), combinado com o sistema eleitoral proporcional para escolher membros do Poder Legislativo (deputados federais, deputados estaduais, vereadores) e sistema eleitoral majoritário para escolher os dirigentes do Poder Executivo (presidente, governadores e prefeitos), não vinculando essas duas escolhas do eleitor.

Ou seja, o eleitor pode votar no prefeito de um partido e no vereador de um partido contrário a ele. Isso faz com que, na maioria das vezes, o prefeito não possa contar com maioria na Câmara e não tenha qualquer vínculo político com a Câmara. Diferentemente do sistema de governo parlamentarista, onde o governante surge da indicação ou aquiescência da maioria parlamentar.

Essa possibilidade de um prefeito assumir a administração do Município sem contar com maioria na Câmara empurra-o a “negociar” com os vereadores o apoio visando à governabilidade. Por outro lado, a administração fica comprometida em seus princípios ideológicos, porque os vereadores e seus partidos impõem suas lógicas políticas e práticas administrativas empurrando os governos para o centro, perdendo intensidade ideológica e radicalidade. Em busca da governabilidade todo governo democrático, que não conta com maioria conquistada nas urnas, tende ao centro ideológico para compor sua base de apoio político. Quanto mais composição o prefeito tem de promover na Câmara, menos pureza ideológica terá o seu governo. O Centro ideológico é, muitas vezes, o único caminho para escapar de uma CPE ou “impeachment”.

Vamos estudar algumas ideologias presentes no cenário político brasileiro. À direita escolhemos estudar mais profundamente o Liberalismo, por ser a matriz principal do sistema capitalista. Na esquerda, vamos estudar com maior profundidade o Socialismo Científico. A

maioria absoluta dos partidos políticos no Brasil tende ao centro, deixando de lado seus preceitos ideológicos em troca de cargos ou vantagens (diretas e indiretas) na administração pública, o tal do fisiologismo.

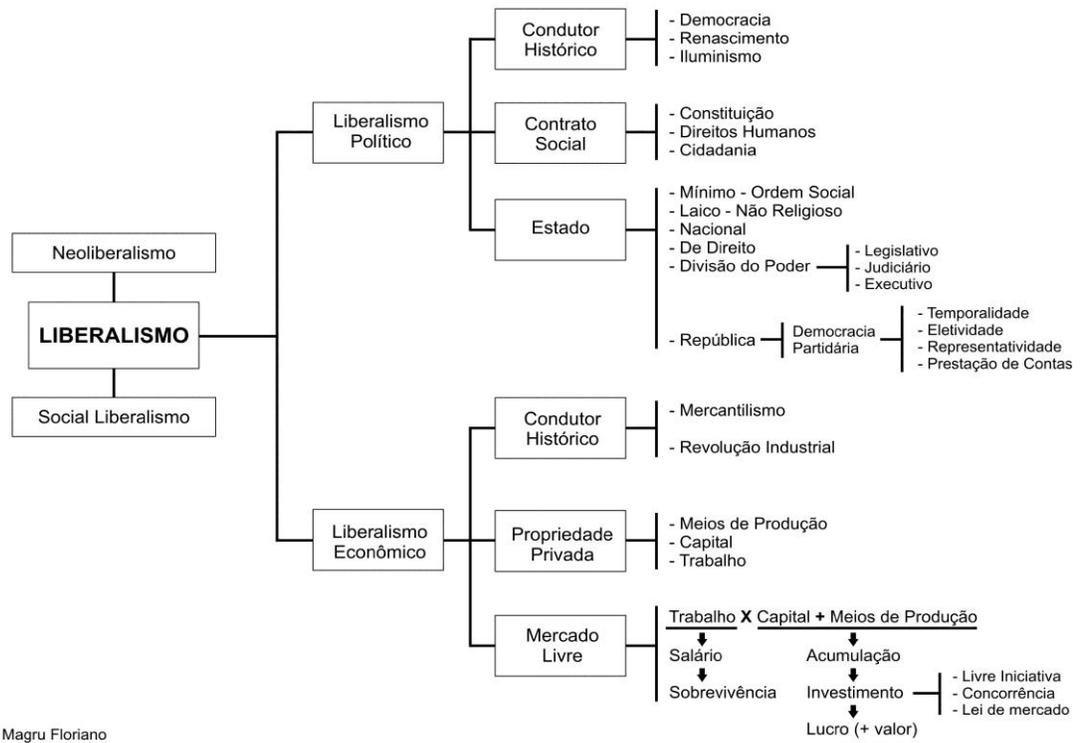
Podemos definir FISILOGISMO como a tendência de uma pessoa ou grupo político de trocar suas convicções políticas por influência na administração pública, com ganhos diretos ou indiretos. O termo faz referência a FÍSICO – CORPO – necessidade física, manutenção, sobrevivência. A maioria dos partidos políticos é fisiológica. Daí a necessidade de uma reforma político-eleitoral-partidária no Brasil em caráter de urgência urgentíssima.



## IDEOLOGIAS DE DIREITA

Podemos definir **direita** como força política que defende/aceita o Modo de Produção Capitalista, tendo como princípio doutrinário sua manutenção. São ideologias puras de direita o Liberalismo e o Conservadorismo (Positivismo). São incluídas como ideologias não-puras de direita o Fascismo (e suas variáveis, como integralismo, nazismo ...) e o tradicionalismo (monarquistas, etc.).

### LIBERALISMO



Magru Floriano

### LIBERALISMO

Liberalismo é o conjunto das idéias que expressam os interesses da classe burguesa (composta principalmente por proprietários dos meios de produção) emergente social e economicamente com o advento da Revolução Industrial no século XVIII, processo que se consolida como Capitalismo. [Sistema Capitalista / Modo de Produção Capitalista / Sociedade Industrial-Capitalista...]. Portanto é uma ideologia de direita, moderada. No Brasil temos inúmeros partidos que confessam o ideário liberal, sendo seu mais fiel representante no cenário político-partidário o DEM –Democratas [antigo PFL - Partido da Frente Liberal].

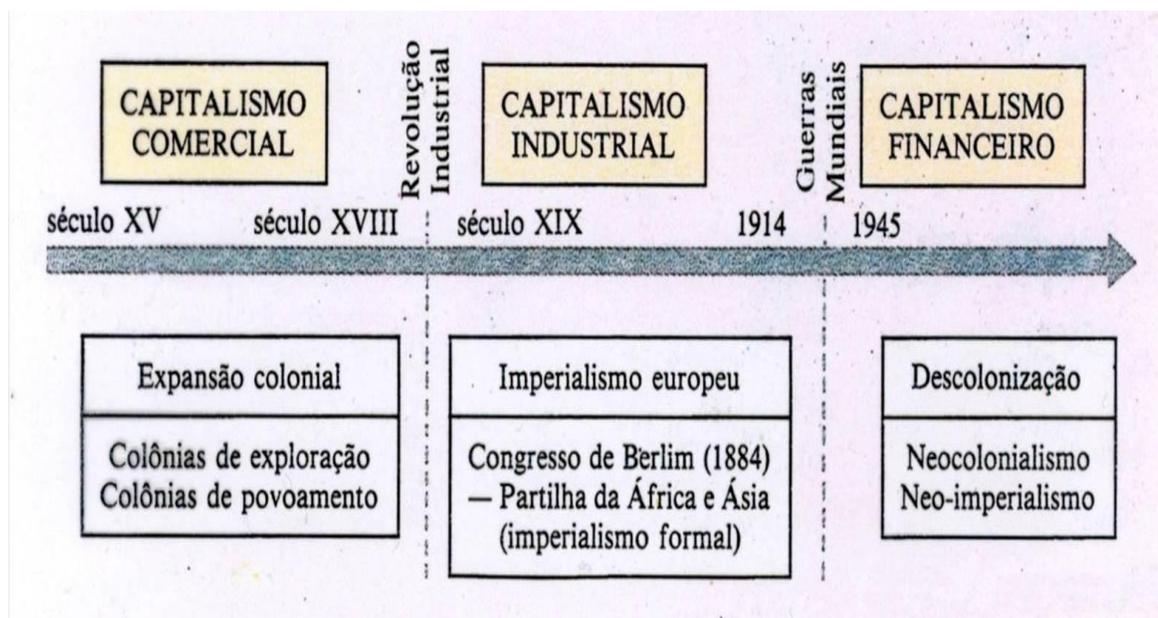
O número de pensadores liberais é bastante amplo, sendo difícil de se chegar a um consenso sobre a real influência que cada obra, autor ou movimento tem sobre a ideologia liberal. A Doutrina Cristã, por exemplo, é citada por alguns estudiosos como precursora do Liberalismo, por contribuir para estabelecer o conceito de LIBERDADE INDIVIDUAL [livre-arbítrio], fundamental na estruturação de todo o sistema liberal-capitalista.

Os autores mais citados como liberais são: **John Locke** [1632-1704] e **Adam Smith** [1723-1790]. Mas, todos os iluministas, em graus distintos, acabam sendo citados como precursores do pensamento liberal, pelo menos por algum aspecto específico de suas obras. Desta forma, será natural que, ao ler sobre o Liberalismo, encontremos outros nomes como: Emmanuel Kant [1724-1804], Voltaire, Jean-Jacques Rousseau, Thomas Hobbes, David Ricardo [1772-1823], John Stuart Mill [1806-1873], Benjamin Constant [1767-1830], Aléxis de Tocqueville, Thomas Paine, Edmund Burke, John Rawls [1921- ], Thomas Malthus [1766-1834], Montesquieu. Incluir um autor, ou não, na lista dos liberais vai depender do enfoque que se quer dar à análise. A discussão pode ser elaborada a partir do seguinte questionamento: **o quanto de liberalismo há na obra de Jean-Jacques Rousseau?**

Bem, assim como a confecção de uma listagem dos autores liberais suscita muita polêmica, também quando tratamos das idéias liberais temos algumas dificuldades para demarcar com exatidão quais os conceitos essenciais e puros. Esta dificuldade é visível uma vez que não existe um pensamento liberal uniforme. Ao longo do processo de consolidação do que hoje chamamos de sociedade capitalista, diversos pensadores foram elaborando teorias e descobrindo novos caminhos, fazendo do Liberalismo um arco-íris, com cores e tonalidades as mais diversas.

Podemos dizer que o Liberalismo é um conjunto de idéias que se relacionam de forma direta, uma dando suporte à outra, de maneira a conferir alto grau de racionalidade ao sistema. Mas, quais são as idéias fundantes, essenciais para este conjunto lógico que compõe a ideologia liberal? Os liberais são fruto direto de todo o processo que culminou nas Revoluções Industriais ocorridas entre os séculos XVIII e XIX. Lutam, portanto, contra o *antigo regime*, feudal, monárquico, cuja economia estava baseada no uso da terra e a troca direta, escambo (mercadoria por mercadoria). Os liberais se firmam como opositores do ideário do Feudalismo, como o absolutismo monárquico e o monopólio mercantilista. Para entendê-las, portanto, é necessário, antes de mais nada, entender como se processam as relações políticas e econômicas no Modo de

Produção Feudal. [Indicação de leitura: *História da riqueza do homem*. Leo Huberman. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.]



### Liberdade individual

Ao contrário da economia feudal, baseada no uso da terra, que precisa espalhar as pessoas no campo para ter maior ganho de produtividade, as atividades burguesas (comércio, indústria e banco) precisam concentrar as pessoas em torno das fábricas, transformando-as em massa assalariada, ao mesmo tempo produtora de bens de consumo e consumidora de parte substantiva destes bens, criando um ambiente econômico de mercado. Assim, o tradicional conceito feudal de que o servo está vinculado à terra onde nasceu impossibilita a migração para o centro industrial, levando à escassez de mão-de-obra. Logo, a liberdade individual torna-se economicamente necessária. O servo dá lugar ao cidadão, com direito ao livre-arbítrio, à liberdade de sair do campo e migrar para as periferias no entorno das manufaturas, colocando sua força de trabalho à disposição do empresariado – no mesmo tempo que consome parte dos bens produzidos utilizando o seu salário.

A liberdade individual serve como conceito básico para as idéias políticas e econômicas do sistema liberal. Na área econômica, esta liberdade individual vai desaguar na liberdade de comércio e no sistema do *laissez-faire*, com o monopólio dando lugar à **Sociedade de Mercado**, onde o cidadão possui o direito de atuar como Agente Econômico, podendo montar seu próprio negócio.

A livre iniciativa possibilitou a concorrência, que tem como objetivo principal a obtenção do Lucro empresarial. Ficando estabelecida, portanto, a Sociedade de Mercado. Na área política o princípio da Liberdade Individual vai desaguar na República, onde o cidadão-proprietário passa a ter o direito de decidir sobre questões de Estado.

O principal paradoxo estabelecido na ideologia liberal é justamente conciliar o desejo de cada indivíduo de ser livre, com sua necessidade natural de viver em sociedade. O Estado, através de contrato [constituição] vai ser responsável pela mediação desta questão. Para tanto, terá o monopólio da violência em suas mãos e cobrará de cada cidadão que dispense uma cota, a mínima possível, de sua liberdade individual para que o sistema seja viabilizado.

### **Diferença social – sociedade de classes**

Conferindo liberdade a todos de um modo geral, e, a cada um em particular, o sistema liberal tenta não interceder nos processos sociais que diferenciam as pessoas. Os liberais entendem que a diferenciação entre os cidadãos é natural e até mesmo salutar, porque quem tem muito vai lutar para preservar suas posses, enquanto que aquele cidadão que nada tem vai dar o melhor de si para conquistar alguma coisa, ser alguém na vida. A idéia é contar sempre com o melhor das pessoas, porque todos estão, o tempo todo, jogando suas vidas na lógica econômica como se fosse uma roleta-russa.

O sistema não dá estabilidade para ninguém, é uma batalha diária pela sobrevivência. Como todos estão dando, o tempo todo, o melhor de si para poder sobreviver e vencer, o individualismo acaba sendo salutar e benéfico para o conjunto da sociedade, que pode contar, sempre, com o maior esforço possível de cada um de seus membros. Daí o capitalismo ser o sistema mais produtivo da história da humanidade.

Por outro lado, para recompensar adequadamente aqueles que lutaram e venceram, ou até para punir aqueles que fracassaram ou não deram o melhor de si, o sistema liberal troca o conceito de *estamento* (semi-fechado) pelo de *classe social* (aberto). Dizer que o sistema de classe social é um sistema aberto, significa dizer que nesse modelo pode ocorrer **Mobilidade Social**, isto é, uma pessoa que é muito rica pode ficar pobre, enquanto uma pessoa pobre pode ficar muito rica. Junto com a riqueza o cidadão também ganha *status* e outras recompensas sociais. Para o sistema capitalista não interessa se a pessoa nasceu rica ou pobre, interessa tão-somente que a pessoa esteja dando o melhor de si.

Assim, surge a figura ideológica do *self-made-man* (homem que se faz por si). Uma

pessoa pobre começa a batalhar e acaba rica, como é o caso aqui na região do Nino da Femepe e o Cídio Sandri. Cídio chegou a ser o maior supermercadista de Santa Catarina com sua Rede de Supermercados Vitória; enquanto Nino (Orlando Ferreira) chegou a ser considerado o maior empresário do setor pesqueiro do Brasil com a sua Alcyon-Femepe.

Para o Liberalismo, portanto, classe é um conceito diretamente vinculado à quantidade de riqueza acumulada em forma de propriedade privada. Daí derivam as várias catalogações de classe existentes nos livros e até no senso comum. Quem já não ouviu falar em *classe alta*, *classe média* e *classe baixa*; *classe A,B,C,D,E*; classe rica e classe pobre, e assim por diante. **Classe**, independente da nomenclatura utilizada, é um conceito que evidencia a diferença sócio-econômica dos cidadãos em um sistema aberto.

### **Propriedade particular**

O conceito liberal de propriedade é o da propriedade privada. O liberalismo considera a propriedade privada um direito natural e por isso o coloca como “direito inalienável do ser humano”. Apesar de considerar que o trabalho é a fonte da produção do valor, entende que o que dá direito à propriedade é a preservação do valor – coisa que o burguês, e, não o trabalhador, faz muito bem. Portanto, ao acumular e preservar valor, produzido pelo trabalhador, para logo em seguida investir na produção de mais valor, o burguês ganha o direito à propriedade privada. Aqui está o centro da discussão entre os liberais e os socialistas, ou seja, o que importa realmente: produzir ou preservar o valor? Os socialistas dão ênfase ao processo de produção da mercadoria, colocando o trabalhador como ator social mais importante na sociedade industrial; os liberais dão ênfase no acúmulo e preservação do valor, colocando o empresário [que acumula e investe] como ator social mais importante nesse mesmo sistema.

Tendo como visão central de sociedade a propriedade privada, o liberal formou a idéia de cidadania também atrelada a este conceito. Assim, o Liberalismo é uma ideologia que prega que o governo deve representar os interesses das diversas elites proprietárias. Pensa que o proprietário tem o direito natural de conduzir o Estado porque, em última análise, é o proprietário que tem tudo a perder caso o Estado não seja bem administrado. Visando ao seu interesse pessoal, portanto, o burguês está mais apto a administrar o interesse comum. Daí resulta, por exemplo, a idéia de voto censitário, onde a elite econômica, que tem como comprovar renda, reserva para si o direito de administrar o Estado. Na medida em que este estado liberal, elitista, vai sofrendo pressão das camadas populares e intermediárias é obrigado a abrir espaço para a participação de

novos atores sociais, gradativamente se transformando em um Estado Democrático-Liberal, do jeito que conhecemos hoje.

### **Estado**

Os liberais entendem que o Estado deve ser forte, mas ao mesmo tempo deve permitir o máximo de liberdade possível ao indivíduo, quer em termos econômicos, quer em termos de direitos e garantias individuais. Os liberais mais conservadores chegam a pregar a idéia de *Estado-mínimo*, onde o Estado só tem a função de cuidar da segurança (interna e externa), garantir a propriedade privada (bens, vida e liberdade) e manter a estrutura administrativa do próprio Estado (governo). Nesse sentido é que se diz “*quanto menos Estado, melhor*”.

Quanto mais moderado for o liberal mais ele aceita que o Estado atue em outros setores fundamentais, como: saúde, educação e infra-estrutura. Ao contrário do Liberalismo Clássico (mais conservador) que pensa somente no indivíduo, a tendência liberal considerada Democrática, tem uma acentuada preocupação social, chegando ao **Social-Liberalismo**. Estas forças liberais mais ao centro, que enfatizam a preocupação social - defendida mais enfaticamente pelas ideologias de esquerda - estabelecem dentro do liberalismo [direita] uma discussão análoga àquela que promove a Social-Democracia dentro do socialismo [esquerda] ao enfatizar a possibilidade da convivência pacífica das classes sociais em uma sociedade de mercado.

Outro ponto interessante do pensamento liberal diz respeito à idéia de *Estado Nacional*. Na verdade foram os liberais que inventaram o Estado Nacional do tipo Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, etc, porque viram nesta instituição uma possibilidade de preservar e/ou ampliar interesses econômicos e políticos. Ao unificar politicamente um território em torno de uma família real ou governo republicano, os empresários conseguiram se livrar de um monte de obstáculos ao livre comércio impostos pelo sistema feudal, como era o caso da existência de leis diferenciadas para cada feudo, moeda própria em cada cidade ou feudo, pedágio etc. O Estado Nacional unificou procedimentos, leis, moedas, e unificou fisicamente grande área territorial facilitando as trocas comerciais.

Mas, assim como os burgueses em um primeiro momento estimularam o fortalecimento da monarquia absolutista, e depois urdiram a queda desta mesma monarquia para a criação do Estado Nacional, visando exclusivamente seus interesses econômicos e políticos, assim, também, no mundo contemporâneo as grandes corporações vêem interesse em desmanchar essa criação

moderna e criar uma nova estrutura de comércio mais ampla, constituída por blocos regionais (Alca, Mercosul, Mercado Comum Europeu...). As novas tecnologias impulsionaram um novo processo econômico que costumamos chamar de *globalização*, onde o Estado Nacional perde cada vez mais força em relação às grandes corporações multinacionais.

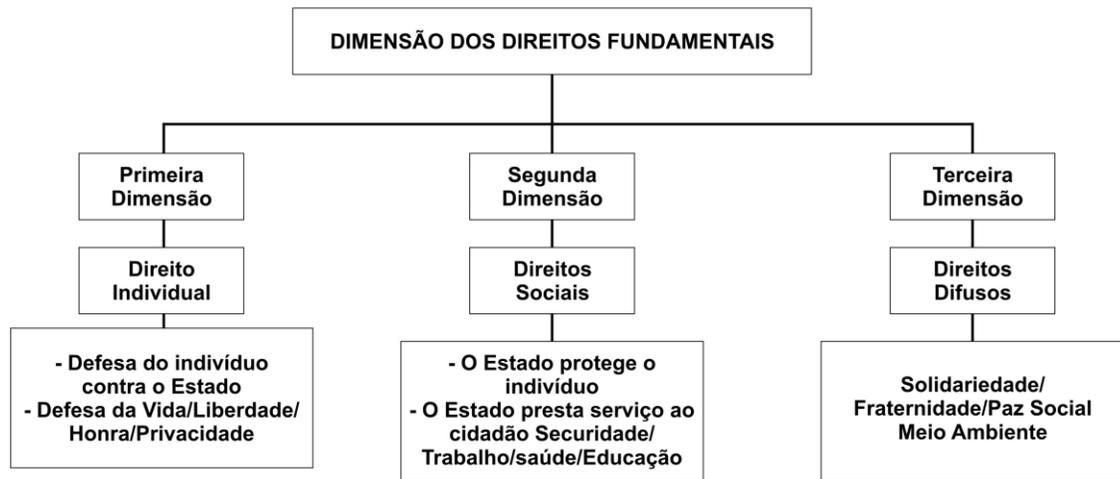
Um último ponto sobre o conceito de Estado no Liberalismo diz respeito à idéia de *Estado Laico*, ou seja, Estado Não-Religioso, Estado Secular. Muito diferente do Feudalismo, onde a monarquia governava por inspiração divina e dividia o poder com a igreja, misturando os interesses do Estado com os interesses da igreja, no sistema capitalista os liberais vão separar esses interesses. Assim, o Brasil, por exemplo, não possui mais uma religião oficial, dando total liberdade de culto aos seus cidadãos. Já os países islâmicos, por exemplo, são Estados Teocráticos, onde a religião possui ascendência sobre o poder político. Daí a dificuldade de um Iraque ou Afeganistão incorporar os valores da democracia burguesa-liberal imposta ao mundo pelos Estados Unidos.

## DIREITOS HUMANOS



Magru Floriano

# DIREITOS HUMANOS



## Contrato social

A idéia principal do Liberalismo é propor determinados mecanismos sociais de forma que o Estado se estruture com força suficiente para preservar os interesses de todos os proprietários, mas não chegue a ter força suficiente para inibir a liberdade individual de seus cidadãos. Desta forma, surgiu um grande impasse intelectual, porque ao dar força para o Estado o governante se voltava contra os direitos individuais, como ocorreu na Monarquia Absolutista. A partir da Revolução Gloriosa (ocorrida na Inglaterra entre 1688 e 1689) os burgueses começaram a impor aos governantes a assinatura de uma *Declaração de Direitos* contendo restrições ao exercício do poder. Já não era mais possível governar de forma pessoal e absoluta, o parlamento passava a constituir-se como uma força política de peso no cenário nacional.

Os liberais se baseiam nas idéias dos contratualistas (Hobbes, Rousseau, Kant, Locke ...) para estabelecer o conceito de *Constituição*. Qual seja, estabelecem regras prévias determinando qual a relação entre governantes e governados, firmando desta maneira um *Contrato Social* e estruturando o *Estado de Direito*. Agora, o cidadão sabe exatamente o que pode e o que não pode fazer, pois tem direitos e deveres, estabelecidos em uma carta, um documento consensual. A idéia básica dos liberais é defender o cidadão da prepotência do Estado e dos tiranos de plantão. O desenvolvimento deste processo desaguou no que hoje chamamos genericamente de DIREITOS HUMANOS. A ONU só reconhece um governo que tenha sido guindado ao poder respeitando os

preceitos estabelecidos previamente em uma constituição. E esta constituição só é reconhecida se conter os princípios básicos válidos para todo ser humano - os ditos Direitos Humanos.

### **República**

Lutando contra o poder concentrado na mão dos monarcas absolutistas, os liberais resgataram da civilização clássica o conceito de *República*. Enquanto na monarquia o poder era vitalício, hereditário e abençoado por Deus, na república a idéia é estabelecer o poder a partir de um consenso social das diversas elites. Um sistema de contrapesos, onde todos os grupos, tendências e interesses estão representados conforme sua influência política [força]. E mais, o exercício do poder é transitório, respeitando um regime de mandato, onde no seu final os cidadãos têm o direito de escolher novamente seus governantes.

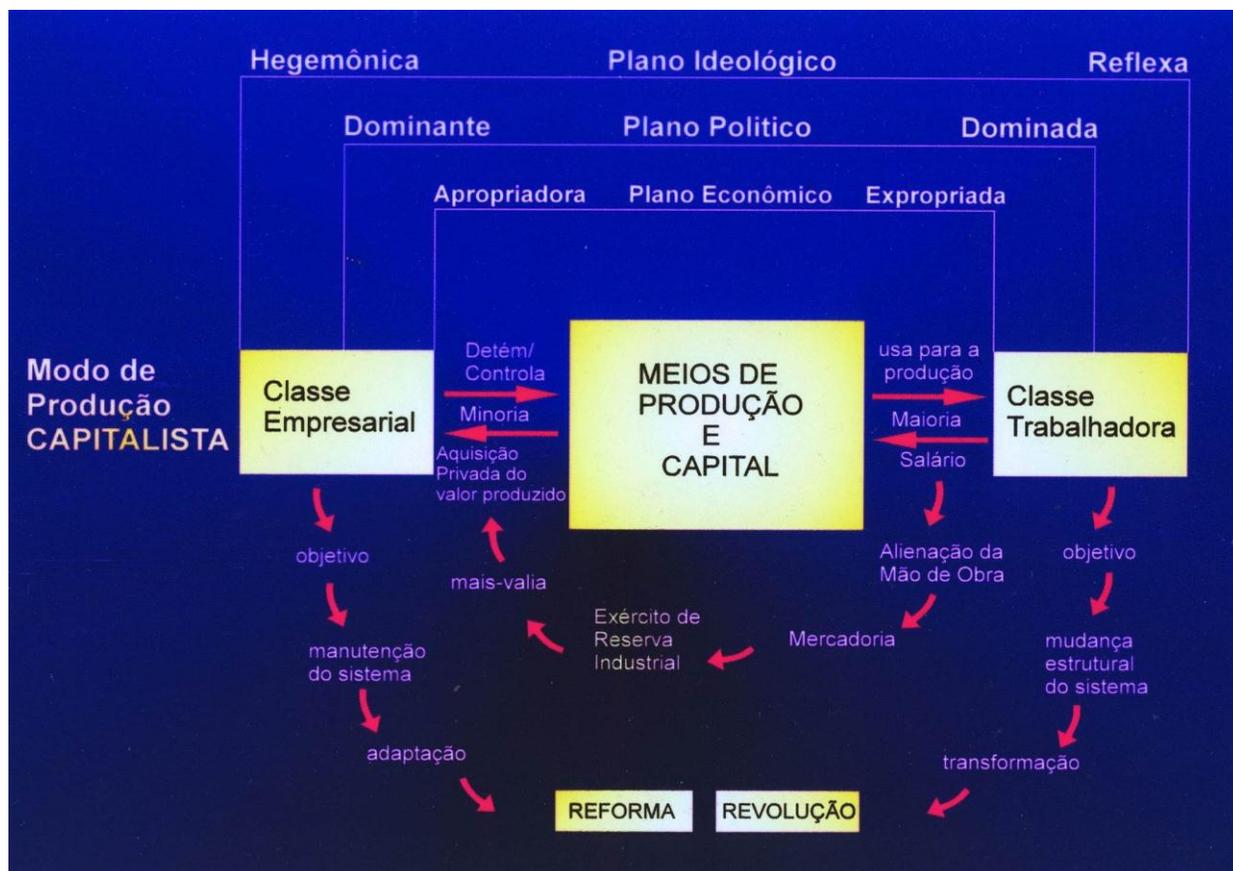
A república estabelece um novo conceito de poder. O poder agora já não é mais de uma pessoa escolhida por Deus, mas um homem, como qualquer outro, que se submete à avaliação e fiscalização dos demais pares. Assim, fica estabelecido o princípio constitucional: “*Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente nos termos desta Constituição*”. (Constituição da República Federativa do Brasil – 1988).

O termo república quer expressar exatamente a idéia de que o poder é uma coisa [RES] que diz respeito a todos os cidadãos [PÚBLICA].

### **Divisão do poder**

Outro mecanismo posto em prática pelos liberais para defender o cidadão das práticas abusivas do poder do Estado é a *divisão do poder*. Com o estabelecimento da república o poder passa a ser constituído por três partes iguais, que se complementam, atuam de forma harmônica e sincronizada, mas possuem autonomia. Assim, no lugar de um soberano todo-poderoso passamos a contar com **três poderes**: *Legislativo, Executivo e Judiciário*. Com estes mecanismos os liberais esperam defender o cidadão da tirania do Estado, porque o poder já não está mais concentrado nas mãos de apenas uma pessoa ou instituição.

Contudo, o modelo presidencialista adotado pelo Brasil desvirtua um pouco os conceitos republicanos de isonomia e igualdade de força entre os três poderes, dando muito mais poder ao chefe do executivo, que pode legislar e até indicar nomes de afilhados políticos para cargos nos altos escalões do sistema judiciário. Portanto, a luta para termos um legislativo forte é uma luta republicana das mais relevantes no Brasil. O partido que elege um vereador, por exemplo, tem o compromisso republicano de preservar o ideário democrático não vinculando seu mandato completamente ao Poder Executivo fazendo todas as vontades do prefeito.



### Sociedade de mercado

Como já foi citado anteriormente o liberalismo acredita na Sociedade de Mercado, que estabelece o princípio do *Livre Mercado*. Ou seja, o Estado não precisa intervir nas relações econômicas porque o próprio mercado tem condições naturais de se estruturar e regular. Esta crença na auto-regulamentação e organização do sistema econômico se dá devido à existência da *Lei de Mercado*, popularmente conhecida como “lei da oferta e da procura”.

Os liberais acreditam que sempre que ocorrer uma procura, demanda, haverá naturalmente uma oferta. O preço a ser pago por uma determinada mercadoria deverá ser ditado por esta relação, no mercado, entre a sua oferta e a procura correspondente. Dependendo da combinação momentânea uma mercadoria tem seu preço fixado, podendo variar para cima ou para baixo indistintamente. O mercado estabelece o preço, a margem de lucro, quantidade a ser produzida e quem fica com o bem. Estabelece, portanto, todos os fundamentos da produção e distribuição, de forma sistêmica e espontânea, natural.

O mecanismo da *Livre Iniciativa* - que dá o direito de todo cidadão à liberdade de agir por conta própria e risco, constituindo-se em um agente econômico (empresário) - leva ao sistema de *Concorrência*. A concorrência pressiona os preços da mercadoria sempre para baixo (fato que beneficia o consumidor) uma vez que o produto sendo ofertado por mais de um comerciante estará com sua oferta muito próxima do nível de procura no mercado, porque, não havendo escassez, a tendência do preço é diminuir ou se estabilizar. Por outro lado o sistema vai sempre incentivar o desenvolvimento de novos produtos e a produção de maior quantidade de bens, uma vez ser natural no homem o hedonismo [Sociedade de Consumo], que por sua vez viabiliza a **economia de escala**.

### Neoliberalismo

A conjuntura sócio-econômica-política que engendrou as idéias liberais e, em seguida, possibilitou o florescimento de novas doutrinas – como o Positivismo na Segunda Revolução Industrial – acabou por conduzir a civilização ocidental a um alto grau de desenvolvimento tecnológico-econômico. No que tange à resolução definitiva da histórica **questão social** [lembre-se que o liberalismo sempre foi acusado de alijar do processo uma parcela significativa da população] parece que o sistema nunca conseguiu obter consenso sobre o problema. Mesmo em momentos dramáticos, onde a própria sobrevivência do sistema estava em jogo, os interesses individuais exacerbados [egoísmo] forneceram argumentos suficientes para convencer muita gente a endurecer no lugar de flexibilizar conceitos.

Durante a Crise de 29 (grande depressão de 1929), por exemplo, enquanto o governo Roosevelt protagonizou um novo acordo [New Deal] entre trabalhadores e patrões, implantando extensos programas de reformas que possibilitaram ao Estado intervir no processo econômico, outros, menos sensíveis, preferiram recrudescer e apoiar formas mais radicais para tentar sair da crise, como foi o caso do Fascismo implantado em diversos países europeus no mesmo período.

Em 1938, em plena crise do capitalismo mundial e às portas da Segunda Guerra Mundial, intelectuais envolvidos com o ideário liberal se reuniram no Colóquio Walter Lippmann, visando adaptar o liberalismo ao século XX. Começa a ser formatado o Neoliberalismo, doutrina liberal radical que vai conhecer seu auge na década de 1970 com os governos Margareth Thatcher [na Inglaterra] e Ronald Reagan [nos Estados Unidos]. O Neoliberalismo, portanto, não significa “novas” idéias, mas um conjunto de idéias que visam promover uma blindagem para proteger o liberalismo clássico [capitalismo selvagem]. Neste sentido, muitos intelectuais enquadraram os

neoliberais como “fundamentalistas”.

O neoliberalismo serviu como doutrina de defesa do capitalismo selvagem, que reagia à uma melhor distribuição da riqueza entre todos os membros da sociedade [questão social], proposta pelas ideologias de esquerda. Desta forma, podemos avaliar que o neoliberalismo foi um movimento reacionário, que tentou impedir a humanização do capitalismo e sua transformação em um sistema com melhor distribuição da riqueza. Podemos considerar como suas idéias básicas: criação de blocos econômicos multinacionais; desmonte total das políticas públicas de cunho assistencialista aos menos providos do sistema produtivo. A idéia é diminuir custo na máquina do estado para diminuir a pressão dos impostos sobre os preços dos produtos e a conseqüente margem de lucro; opção por privatizar e terceirizar o máximo de atividades até então tocadas pelo estado; conter despesas (inclusive com o salário do trabalhador) para que o capital privado possa acumular mais visando possibilitar novos investimentos; desmonte gradual de toda legislação trabalhista e retirada dos direitos históricos do trabalhador; enfraquecimento dos sindicatos classistas e demais movimentos sociais organizados na base da sociedade civil organizada.

Os neoliberais acreditam que os direitos excessivos dos trabalhadores e sua livre organização (sindicatos) têm causado uma “insuportável” pressão sobre o estado e a iniciativa privada, fazendo com que o custo da produção aumente de forma considerável, tirando da indústria nacional a capacidade de competitividade internacional; defendem a redução de impostos, que custeiam a assistência do estado junto aos menos favorecidos.

### **Principais pensadores neoliberais**

**LUDWIG VON MISES [1881-1973]** – Escreveu **A economia comunal** onde formula diversas teses contrárias ao socialismo. Fugiu do nazismo e emigrou para os Estados Unidos em 1940.

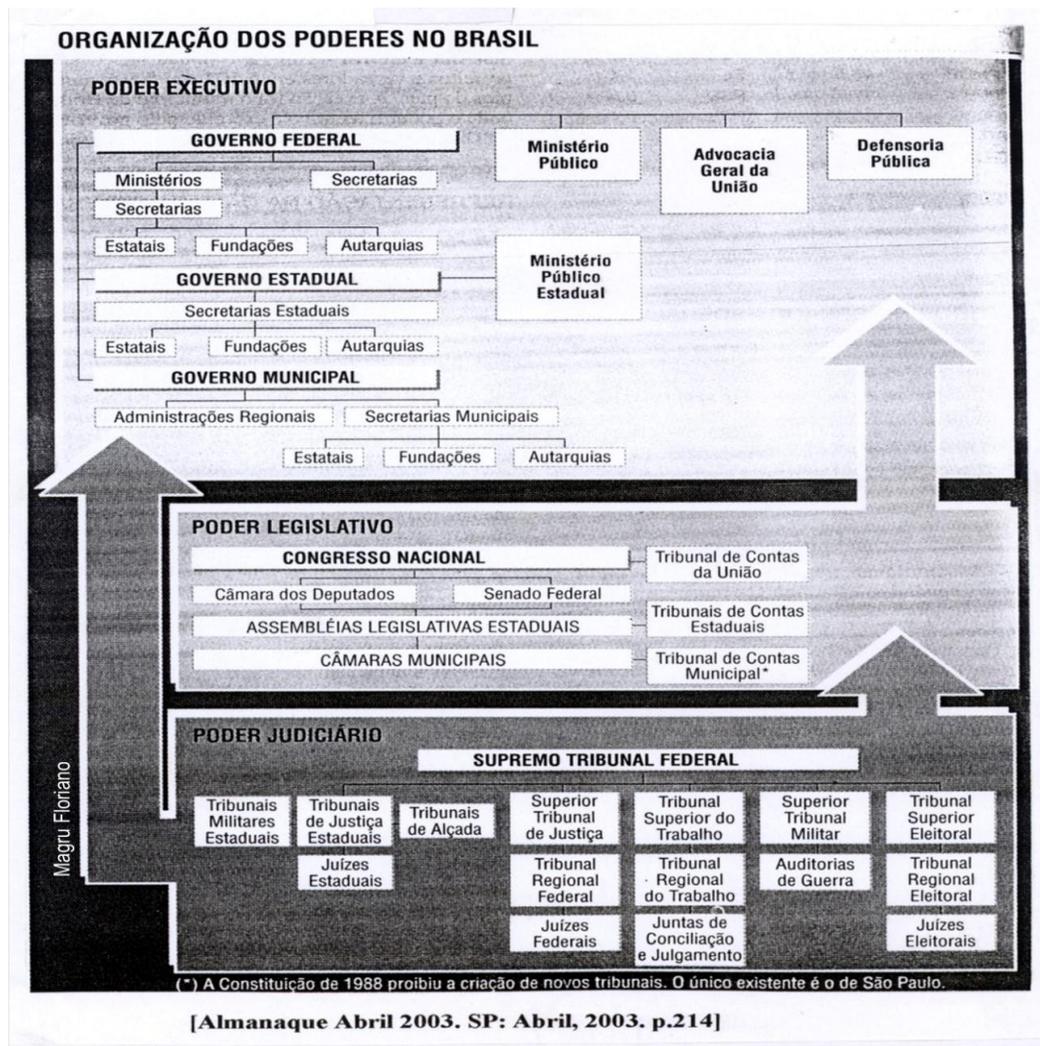
**FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK [1899-1992]** – Também nascido na Áustria, foi discípulo de Mises e recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1973. Escreveu em 1944 **O caminho da servidão** onde critica a intervenção do Estado na economia.

**MILTON FRIEDMAN [1912-200-]** – Nasceu nos Estados Unidos e lecionou nas universidades de Chicago e Colúmbia. Recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1976. Adepto da escola monetarista.

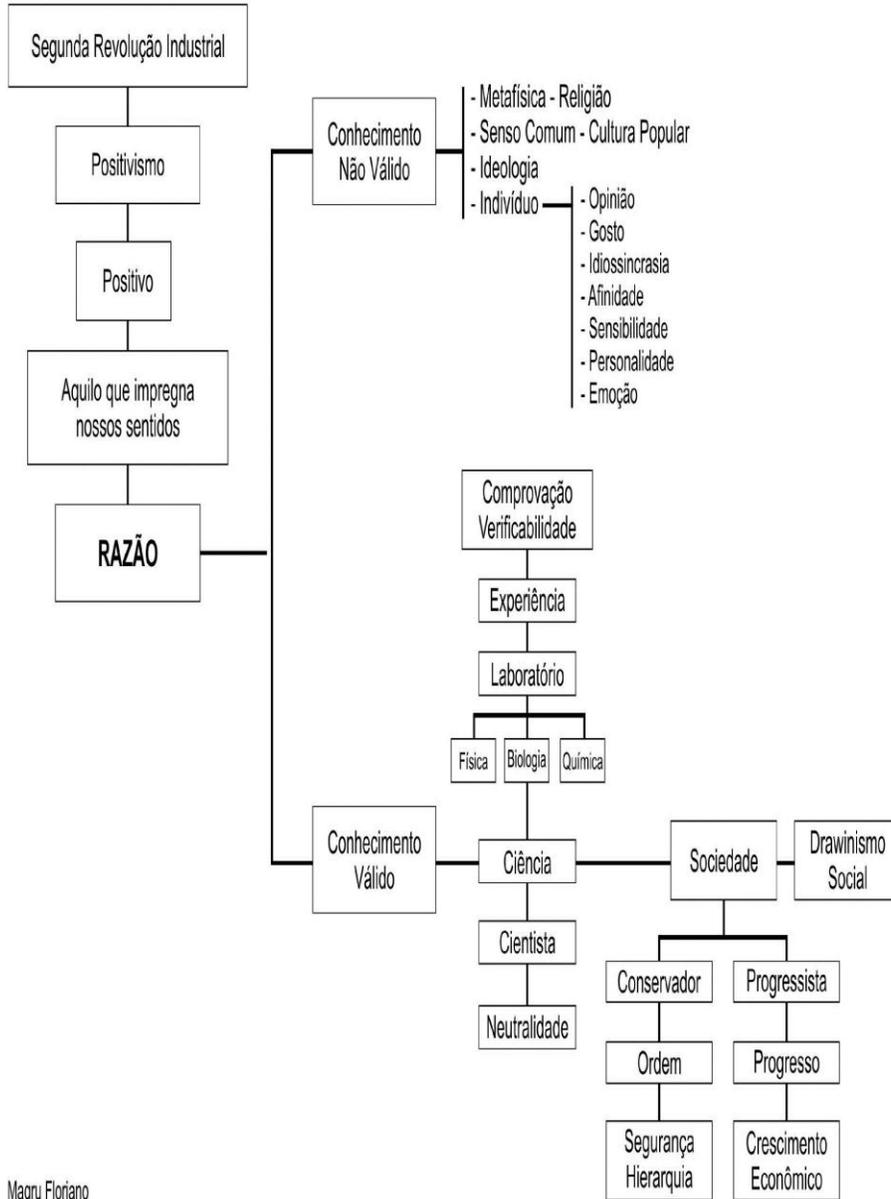
**ROBERT NOZICK [1938-200--]** – Nasceu nos Estados Unidos e é adepto da corrente

anarco-capitalista. Professor da universidade de Harvard desde 1965, escreveu o livro: **Anarquia, Estado e Utopia** em 1974.

**KARL POPPER [1902-1994]** – Austríaco, publicou no ano de 1943 o livro: **A sociedade aberta e seus inimigos**.



# POSITIVISMO



Magru Floriano

## CONSERVADORISMO

A ideologia conservadora tem como alicerce teórico o conjunto de idéias denominado de **Positivismo**. O positivismo foi estruturado durante a Segunda Revolução Industrial [século XIX] tendo como base o avanço científico obtido pela humanidade desde o Renascimento. A aplicação das idéias positivistas no campo político resultou na ideologia política que denominamos de conservadorismo. Devemos qualificar os conservadores como pertencentes ao espectro da direita, uma vez que aprovam e consolidam o sistema capitalista. No Brasil o partido que mais se identifica com o ideário conservador é o PP - Partido Progressista [ex-PPB - Partido Progressista Brasileiro].

À primeira vista parece conflitante chamarmos os integrantes do Partido Progressista de conservadores. Mas não é. Na verdade é apenas uma escolha de nomenclatura, uma vez que o Positivismo tem como base de sua filosofia o lema: “**O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim.**” Como o Positivismo trabalha com dois termos aparentemente contraditórios [ordem e progresso] podemos chamar seus simpatizantes de conservadores - porque enfatizam a necessidade da manutenção da ordem social, que os leva a relativizar todas as ações que implicam em mudança; por outro lado, podemos chamá-los de progressistas - porque enfatizam a necessidade do progresso científico, do crescimento econômico.

De modo geral devemos utilizar a nomenclatura “conservador” para definir as forças políticas que seguem o ideário Positivista uma vez que se opõem aos liberais na questão da democracia-representativa e na ênfase aos direitos do cidadão. Preferem uma república autoritária, comandada por uma elite selecionada, dando ênfase no cumprimento do dever e na obediência - ordem.

Tem autor que prefere justificar o uso do binômio **ordem e progresso** da seguinte maneira: os Positivistas são conservadores no campo político – porque são radicais na questão da hierarquia e ordem; e são progressistas no campo da economia – porque lutam pelo crescimento econômico e tecnológico.

Obs: Celso Furtado e outros pensadores latino-americanos promovem uma grande diferença entre os termos **crescimento e desenvolvimento** econômicos. Crescimento diz respeito a todo avanço da economia de mercado. Desenvolvimento diz respeito ao avanço da economia com significativo ganho social. Isso significa dizer que nem sempre que tivermos crescimento

econômico, teremos melhor qualidade de vida do povo. Já o conceito de desenvolvimento econômico prevê que o crescimento econômico auxilie no avanço social. O crescimento pode beneficiar uma meia-dúzia; o desenvolvimento econômico afeta toda a sociedade.

### Ciência

O Positivismo nasceu de uma conjuntura onde o racionalismo praticamente havia encerrado de forma vitoriosa a disputa histórica que mantinha com a metafísica [desde o Renascimento] pelo *status* de conhecimento oficial. Com o Positivismo temos a ciência estabelecida como dogma, não dando margem a segundas interpretações: “É verdade, foi testado em laboratório”. A ciência produz conhecimento verdadeiro, testado, onde todas as hipóteses são verificadas em laboratório. Portanto, é um conhecimento mais confiável.

Estabelecido o império do conhecimento científico sobre os conhecimentos religiosos [metafísica] e vulgar [senso-comum] o passo seguinte dos positivistas foi aplicar as leis naturais [encontradas na física, química e biologia] para interpretar a sociedade humana. Se, por um lado, este grande interesse dos positivistas pela ciência os levou a tutelar um mundo baseado no avanço tecnológico, trazendo um grande crescimento econômico e tecnológico [por isso chamá-los de progressistas]; por outro, ao aplicar máximas das ciências naturais, amarrou todo o seu ideário a conceitos conservadores, como a necessidade física de adaptação à estrutura social vigente e a conseqüente ojeriza à mudança social [por isso chamá-los de conservadores].

### Mudança social

Como na natureza um princípio básico é o da **adaptação**, então os conservadores vão considerar que o objetivo do homem também é a adaptação [que permite a sobrevivência pessoal e coletiva]. Diante da dinâmica social acredita que deve-se render apenas e tão-somente às mudanças inevitáveis, e de preferência que aconteça de forma lenta e gradual, para que toda a estrutura social tenha tempo de se adaptar, sem traumas, conservando o máximo de sua estrutura original. Quer evitar desta forma que ocorra ruptura na ordem social desnecessariamente, o que pode levar a sociedade a um estado de **anomia** [caos total onde as normas não cumprem suas finalidades e as instituições deixam de ser eficazes]. O conservador é inimigo da ruptura. Se algo tem de mudar, que seja por adaptação, lenta e gradual. Tenta apelar para o bom senso visando estabelecer a lógica da estabilidade institucional. Quer conservar a estrutura vigente ou, o máximo que for possível dela.

O lema estampado em nossa bandeira [Ordem e Progresso] demonstra a influência da ideologia política conservadora no movimento republicano brasileiro. A ordem a ser mantida, obviamente, é a ordem liberal, o sistema capitalista. Entendem que a ordem é a condição sem a qual não há progresso. Como o progresso é o objetivo de todos, é fácil aceitar a idéia de que para se ter os benefícios do progresso o preço a pagar é manter-se a ordem. Isto é, aceitar a autoridade legalmente constituída e o sistema capitalista. O conceito de autoridade passa a ser importante para os conservadores porque está diretamente vinculado ao conceito de ordem. Daí o grande respeito que nutrem com relação à autoridade constituída.

Os conservadores consideram que é lícito intervir, até militarmente, no caso que a conjuntura política está evidenciando um quadro de “bagunça” generalizada, de patologia social. Portanto, para manter a dita ordem, indispensável ao crescimento econômico, consideram possível, inclusive, a realização de “golpe de Estado” com a intervenção das estruturas de segurança-repressão [principalmente forças armadas] na vida política nacional. Sempre em casos pontuais e por tempo determinado. O golpe é apenas uma forma de fechar temporariamente o sistema para salvá-lo de uma crise institucional ou que caia nas mãos de inimigos históricos - como os comunistas. Nesse caso estabelecem um governo autoritário, nunca totalitário, que visa tão-somente devolver a saúde e vitalidade ao organismo social, eliminando os obstáculos ao pleno progresso.

Portanto, o golpe funciona como uma válvula de segurança do próprio sistema liberal-conservador. Segundo a leitura promovida por alguns historiadores, o primeiro grande embate no Brasil entre republicanos liberais e conservadores ocorreu nos primeiros anos da república entre simpatizantes de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que antecedeu a Revolução Federalista.

Como os conservadores, para preservar as estruturas do sistema industrial-capitalista, aceitam intervir até com armas [golpe], não podemos considerá-los como adeptos de uma ideologia moderada, como Robert Henry Srouer e outros autores pretendem. Os conservadores são **radicais**, porque aceitam utilizar a força para manter o sistema que estabelecem como ideal. Também temos de nos render às evidências postas na vida política latino-americana, onde sempre que estão na oposição aos radicais de esquerda acabam sub-repticiamente, e muitas vezes abertamente, apoiando movimentos contra-revolucionários armados.

Quanto à questão da mudança social, portanto, o conservador é aquele que vai utilizar todas as estratégias para se adaptar às condições objetivas apresentadas em sua realidade social, lutando para que tudo seja mantido dentro da ordem institucional, tendo como objetivo o

progresso. Luta para manter, conservar o sistema industrial-capitalista dentro de um projeto nacional de crescimento econômico. É, portanto, um progressista no setor econômico e, um conservador, no setor político.

### **Diferença social**

Sempre olhando para a natureza, os conservadores vão promover uma leitura toda especial das idéias de Darwin para interpretar a sociedade. É o que qualificamos como **Darwinismo social**. Pela lógica de Darwin, na natureza, há uma seleção espontânea onde se sai melhor aquele que consegue se adaptar plenamente ao meio em que vive. Bem adaptado um indivíduo da espécie vai manter sua hegemonia sobre os demais, tendo direito natural, por exemplo, de procriar e impor sua descendência à própria espécie - uma vez ser o mais forte e demonstrar ser o mais capaz geneticamente. No que faz muito bem à espécie, que sempre contará com o melhor, o mais bem adaptado passando suas características às futuras gerações.

Segundo os conservadores, na sociedade humana não poderia ser diferente. As pessoas são naturalmente diferentes e o melhor adaptado tem o direito de liderar e ter vantagens sobre os demais. A diferença entre os indivíduos de um mesmo grupo é natural e, para os conservadores, é justo que o melhor adaptado [portanto o mais forte, saudável, inteligente, esperto...] domine. Assim, a **hierarquia** é necessária e natural, e a autoridade, exercida por quem passou na seleção, só traz benefícios ao grupo.

O conservador exige submissão, respeito ao líder. Todo aquele elemento que questiona o líder está questionando a ordem natural das coisas e colocando em risco o grupo. Portanto, deve ser eliminado ou deixado de lado. O líder é o mais qualificado, melhor preparado pela natureza para tomar decisões, porque passou por uma seleção. A lógica do conservador sobre a questão de obedecer é simples: “vou obedecer agora, porque quando chegar a minha vez, quando passar por todas as etapas da seleção, também quero ser respeitado”. Tem mais, para o conservador, obedecer faz parte do processo de aprender e se preparar para um dia mandar. Obedecer faz parte do aprendizado, da caminhada em direção à liderança.

Pela lógica do Darwinismo Social é natural que algumas pessoas fiquem muito ricas, se dêem muito bem, enquanto outras se dêem muito mal, não passem pela seleção e tenham dificuldades de sobrevivência. Se na natureza os mais fracos ficam pelo caminho [e isso preserva a espécie de ter descendência fraca, colocando todo o grupo em risco], assim também pode ser na sociedade humana.

Portanto, é natural existir ricos e pobres. A diferença social é desejada, fruto da seleção natural e espontânea. Daí a resistência dos conservadores em montar um Estado que trabalhe prioritariamente pelos mais pobres, como dizem querer, por exemplo, os social-democratas com seu modelo de Estado Previdenciário ou os socialistas com a distribuição social de todos os bens produzidos.

Contudo, no momento em que a política brasileira passou por uma grande transformação, substituindo, por exemplo, o voto censitário pelo voto universal e, o eleitorado brasileiro começou a ficar majoritariamente urbano, os conservadores foram gradativamente amenizando a aplicação prática desse seu Darwinismo Social, até mesmo por questão de sobrevivência política. Um partido que não propõe medidas de assistência social pública, dificilmente consegue o voto na periferia dos grandes e médios centros urbanos, habitada em sua esmagadora maioria por famílias carentes, necessitadas da ação do Estado.

Hoje, portanto, a aplicação direta do Darwinismo Social levaria um partido conservador a definhar eleitoralmente. Como em política tudo é dinâmico, os conservadores praticamente deixaram em segundo plano o discurso baseado na seleção natural, assim como também mudaram suas relações com a igreja católica, passando de adversários históricos a aliados definitivos.

### **Estado**

Como a diferença é natural, o conservador acredita que cada um é responsável pelo seu próprio sucesso ou desgraça. O Estado não deve intervir neste processo seletivo e justo. Os conservadores, por definição, são contra qualquer medida estatal que vise proteger o mais fraco, porque estaria prejudicando o grupo, que pela lógica da própria natureza, necessita selecionar e depurar. Esta hierarquia natural leva o indivíduo a apenas tomar consciência de qual é o seu lugar no mundo. Vale a máxima: “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. Tem ainda aquela frase utilizada por instituições com feições militares: “Obedecer é tão nobre quanto mandar”.

Acreditando na seleção natural e, por conseqüência, na sociedade de classes, o conservador tem pouca afinidade com a democracia direta e popular, que muitas vezes qualifica como demagógica. Desta forma acaba, no Brasil, preservando estruturas políticas tradicionais, tais como: coronelismo, apadrinhamento, caciquismo e, principalmente, a oligarquia. Também aceita o Estado um pouco mais próximo da religião, e por isso muitos partidos conservadores no

lugar de utilizar o termo progressista preferem ter em suas nomenclaturas termos relacionados à religião, como: Partido Democrático Cristão, Partido Social Cristão, Partido da Social Democracia Cristã, Partido da Democracia Cristã ...

Os liberais criaram o Estado Laico, não-religioso. Os conservadores vão manter o Estado Laico, porque é constitucional, mas no processo político brasileiro, ao longo dos tempos, viabilizam a reaproximação dessas duas instituições de forma extra-oficial. Um conservador, no Brasil, geralmente é um líder político muito apegado à estrutura religiosa.

Como os conservadores consideram natural a diferença social, mesmo que extremada, o Estado conservador terá preocupação especial com o setor de segurança pública. Para dar conta de proteger a propriedade, o Estado vai ser necessariamente melhor aparelhado em suas estruturas repressivas, uma vez que a grande diferença social é causadora também de muitos dos problemas de segurança pública.

Outro ponto importante do projeto político conservador é que o Estado vai ser peça fundamental para criar a cultura da educação para todos. Como os positivistas crêem no conhecimento científico como aquele que vai dar respostas para todos os problemas que a humanidade enfrenta, faz-se necessário o Estado investir em Educação. Não há progresso científico sem escolas bem estruturadas.

### **Economia**

O conservadorismo aceita todos os princípios da sociedade liberal-capitalista: propriedade privada, Estado-mínimo, iniciativa privada, mercado livre, concorrência, lucro, classe social, ... Prega a liberdade econômica e política, tirando do Estado a iniciativa de regular os processos produtivos. Acredita haver uma hierarquia natural onde a economia se sobrepõe à política. Isto significa dizer que a economia não poderá se sacrificar pelo político, e o Estado não deve promover ações que prejudiquem o desempenho econômico, mesmo que traga algum benefício social.

Todo conservador é um progressista. Acredita no progresso como solução de todos os males da sociedade. Com o progresso todos os problemas serão resolvidos. Falar em progresso é falar em resolver automaticamente todos os problemas. Por isso a sociedade tem a obrigação, necessidade, de progredir. Sempre que a sociedade experimentar o processo de crescimento interrompido ou estagnado, está correndo sérios riscos de sobrevivência. O progresso econômico não é uma escolha, e sim uma necessidade natural e imutável. Tendo progresso, o resto se resolve

naturalmente. Todo investimento econômico é bem-vindo, mesmo que tenha um alto custo ecológico. Todas as forças políticas [como os ecologistas] que de alguma maneira colocam obstáculos à um empreendimento são radicais, idealistas, inimigos do progresso. O progresso é o fim último e justifica-se por si próprio. Assim, o progresso é sempre desejável, porque beneficia a todos indistintamente, pelo menos a longo prazo.

### Religião

Temos de explicar uma certa contradição no ideário positivista com relação à religião. O Positivismo surge defendendo o **conhecimento científico** contra o **senso comum** e o **conhecimento religioso (metafísico)** que dominavam por completo a mentalidade social e impediam o estudo rigoroso da realidade (ciência). Movimentos conhecidos como Renascimento e Iluminismo, foram precursores do pensamento Positivista, porque iniciaram a luta para tirar de alguns setores da vida social a imposição de conhecimentos não-científicos.

Até bem pouco tempo atrás aqui em Itajaí tínhamos os dentistas e farmacêuticos práticos, as parteiras, as benzedoras ... Essas pessoas eram formadas na profissão como aprendizes de outros “práticos”. Aprendiam fundamentados no método do acerto e erro. Na medida que a sociedade brasileira foi promovendo o conhecimento científico através de suas universidades, essas atividades caseiras foram deixadas para um segundo plano e, depois, impedidas legalmente de serem exercidas por práticos. Itajaí ainda contava com dentistas práticos e parteiras até a década de 1960. As benzedoras continuam ativas em nossa sociedade, mas atuam em casos que não envolvem o setor médico de forma direta.

Apesar da luta gigantesca que o Positivismo travou contra as igrejas para ver triunfar o conhecimento científico em áreas fundamentais da sociedade, como é o caso da medicina, na política esse confronto foi dissipado ao longo dos tempos. O pensamento político conservador teve acolhida por parte substantiva das igrejas implantadas no Brasil. Conceitos como ordem, hierarquia, obediência ... eram compartilhados entre os políticos conservadores e as religiões. Contudo, caiu aquela mentalidade antiga de que “Deus quis” ou “Deus é quem sabe”. Isto é: uma criança estava com desnutrição, a doença não era detectada através de testes laboratoriais, recebia orações e benzeduras. Se ficasse curado “foi Deus quem quis”, se viesse a óbito “foi Deus quem quis”. Ficou estabelecido o espaço social da ciência e o espaço social da religião. Hoje ninguém mais questiona sobre a obrigatoriedade de um pai levar o filho ao médico, fazer exames

laboratoriais, tomar medicamentos. Contudo, a reza é livre e até incentivada, desde que não se torne impedimento ao atendimento científico (médico).

No cenário político nacional, Positivistas e religiões acabaram formando alianças táticas e tácitas para lutar contra inimigos comuns, como é o caso dos comunistas (ateus). Podemos até garantir que no perfil do político conservador está sua extrema devoção religiosa. Isso é possível porque, apesar das ideologias conterem um ideário puro, na prática, as forças políticas adaptam esse ideário à realidade, mesclando com outras ideias e interesses que não aqueles dos pensadores oficiais. Os livros dão referências, mas a realidade é que comanda tudo. Haverá sempre uma tendência natural da ideologia ser corrompida na prática. Ou seja, nunca será aplicada exatamente como está nos livros de seus idealizadores.

Também tem a possibilidade das diversas releituras de uma mesma idéia. Assim como acontece, por exemplo, com as mensagens deixada por Jesus Cristo. Quantas igrejas e movimentos surgiram a partir de sua obra? Um homem e seu pensamento, muitas interpretações e aplicações. O mesmo vai acontecer com Karl Marx (comunismo), Adam Smith (liberalismo econômico) ...

## **FASCISMO**

A ideologia fascista ganha em complexidade porque possui muitas variantes. Além do que, não pode ser considerada uma ideologia pura, já que foi elaborada a partir da contribuição de muitas outras ideologias, como é o caso do Liberalismo e do Positivismo (no espectro ideológico da direita); do Socialismo e Comunismo (no espectro ideológico da esquerda); além de reelaborar ideias de movimentos racistas históricos e estudos científicos sobre genética.

Comparar o fascismo italiano com o nazismo alemão é quase impossível. Os pontos em comum são em menor número que os pontos diferenciados. No Brasil, o Integralismo de Plínio Salgado parece ter sido o movimento de massa que mais se aproximou do ideário fascista. Recentemente o PRONA foi apontado por especialistas como um partido com intenções fascistas ou pelo menos fascistóide [quase uma caricatura de]. Facções neonazistas, sempre compostas por pequeno número de jovens, vêm se formando nas periferias dos grandes centros com maior intensidade a partir da década de noventa. Carecas White Power, Carecas do Subúrbio, Carecas do ABC - são alguns exemplos que encontramos na mídia.

O fascismo é considerado uma ideologia de direita porque não nega os princípios

fundamentais do Capitalismo. Mussolini e Hitler apoiaram a indústria nacional e dela tiveram apoio para desenvolver seus projetos ultranacionalistas, que previam a construção de uma sociedade industrial, apoiada em uma estrutura estatal militarizada e burocratizada, com o ingrediente de massa que podemos qualificar como Estado Espetáculo. Também foram apoiados por setores expressivos do capital internacional amedrontado com o avanço dos partidos comunistas por toda a Europa, impulsionados pela força da vitoriosa Revolução Russa.

Além de direita, o fascismo é radical porque considera legítimo o uso da força física para estabelecer seus princípios à sociedade. São ideias cultivadas pelos fascistas em geral:

### **Império**

O ideário fascista tem o seu conceito de Estado vinculado a duas idéias básicas: regeneração nacional [volta do grande império] e território [espaço vital]. Mussolini pregava ao povo italiano a possibilidade do renascimento do glorioso Império Romano. Do mesmo modo, a Alemanha de Hitler visava um Terceiro Reich - império, tendo como base histórica os dois anteriores [o I Reich durou quase mil anos e foi criado por Frederico Barbarossa - senhor do Sacro Império-Germânico; o II Reich - de Otto Von Bismark, unificou o território em 1871 e consolidou a identidade germânica vencendo a guerra Franco-Prussiana].

O Estado fascista tem como fundamento a lógica de império. Qual seja, diante da superioridade de seu Estado em relação aos demais, considera legítimo incorporar territórios, dentro da política de Espaço Vital. Esses territórios anexados e/ou colonizados, seriam vitais, estratégicos, no fornecimento de matéria prima necessária para todo o processo de desenvolvimento industrial. Hitler trabalhou com três erros: Reich - império, Raun - espaço, Rasse - raça. Na lógica do espaço vital foram utilizadas idéias antigas de dominação, como o conceito de “missão civilizatória” - utilizado generalizadamente pelos países europeus durante o período de colonização [séculos XVI e XVII] e neocolonização [século XIX]; “destino manifesto” - utilizado pelos Estados Unidos desde o século XIX para justificar sua política de dominação imperial nas Américas; “supremacia racial”, “eugenia positiva”, “eugenia negativa” “higiene racial” - utilizadas genericamente por europeus e movimentos racistas estadunidenses...

O Estado fascista, para consolidar a posse e usufruto do espaço vital, teve de se tornar belicoso, armado. O fascismo, portanto, monta obrigatoriamente um Estado militarizado, preparado para ir à guerra na conquista de mais espaço - o espaço vital para a nação. Ao mesmo tempo, como ideologia totalitária, volta essa força estatal contra todos os movimentos,

instituições e cidadãos, que internamente lhe oferecem resistência ou não apóiam seu plano de homogeneidade nacional. O Estado vai montar estruturas repressivas internas visando destruir a diferença, buscando a homogeneidade, a adesão de massa - daí a montagem de um Estado Espetáculo. O inimigo interno é considerado tão perigoso quanto o inimigo externo. O Estado fascista trava, portanto, duas lutas ao mesmo tempo, contra o inimigo externo e contra todos aqueles que internamente também não aderem ao sistema único. Estabelece um sistema de terror do Estado.

Na montagem do Estado Espetáculo o fascismo utilizou muitas técnicas de propaganda de massa, em todos os campos: fotografia, cinema, arquitetura, literatura, cartilhas, livros, revistas, jornais, rádio, eventos cívicos e esportivos .... Como resultado temos um estado totalitário, militarizado, ultranacionalista, baseado na propaganda.

### **Modernidade**

Apesar de utilizar como recurso a história para convencer a todos de que é possível reerguer o grande império, a ideologia fascista está consolidada em bases positivistas de crença total no poder da ciência e na necessidade do desenvolvimento industrial. Nesse sentido os fascistas, notadamente na Alemanha, montaram uma estrutura estatal moderna, com as seguintes características: racional, planejada, científica, altamente especializada, burocrática, eficiente, excludente, imperial. Todo o conhecimento científico foi utilizado para dar ao Estado e à indústria nacional as condições objetivas para consolidar o projeto de nação dominante no cenário mundial.

### **Raça**

A segregação racial não é uma invenção nazista, tampouco o ódio aos judeus e o senso-comum de que são um povo que conspira contra os demais. Têm-se notícias da circulação de uma versão do livro *Os protocolos dos sábios de Sião* (livro apócrifo que estabelece a idéia de que os judeus tramam para dominar o planeta) já no ano de 1903, sendo que só em 1933 os nazistas vão adotar esse livro nas escolas alemãs. Na verdade, este “ódio ancestral” tem raízes que remontam até mesmo à Idade Média. Não obstante, nenhum povo, nenhum Estado, nenhum grupo político, reagiu de forma tão radical a essa questão histórica.

Apesar de não inventar nada, os nazistas utilizaram idéias que estavam assombrando a humanidade há muito tempo para justificar o mais bárbaro dos crimes - o holocausto. Para tanto

utilizaram o conceito de seleção natural de Charles Darwin (na adaptação que conhecemos como Darwinismo Social), a genética de Gregor Mendel, a “eugenia positiva” de Francis Galton [só deixar procriar os desejáveis], a ‘Sociedade para Higiene Racial’ de Alfred Plautz, a “eugenia negativa” de Charles Davenport [eliminar os incapazes], assim como o pensamento de muitos outros, tais como: Eugen Fischer, Erwin Bauer, Fritz Lenz; artistas como Richard Wagner e filósofos como Nietzsche; inclusive as idéias do socialista Lassalle (mesclava o conceito de Socialismo com o conceito de nacionalismo - o que levou a pregar a unificação do Estado alemão - idéia fundamental para o nazismo).

No início do século XX vinte e nove estados estadunidenses tinham leis para esterilizar os considerados geneticamente incapazes: epiléticos, drogados, pobres da Virgínia, a maioria negros, judeus, hispânicos. Estima-se em 60 mil as vítimas desse processo de “higiene social”. Segundo ainda afirma a revista Superinteressante, países como a Suécia e a Finlândia, possuíam programas parecidos. Em 1934 o nazismo esterilizou deficientes físicos e mentais. Em 1939 começou a praticar uma “eutanasia forçada” com os “indignos de viver”. Foram cerca de setenta mil ciganos, deficientes, homossexuais.... Portanto, estamos diante de uma ideologia intolerante. [ver Revista Superinteressante de julho de 2005 - pag. 36 a 45]

### **Nacionalismo**

Um dos pontos fundamentais do fascismo é o forte espírito de nacionalismo entre seus adeptos. No ideário fascista o nacionalismo é uma das pilastras que dá sustentação às ações do movimento. Na Alemanha, por exemplo, os movimentos de ultradireita conseguiram avançar eleitoralmente através de partidos como Partido Nacional Democrata Alemão e União do Povo Alemão basicamente defendendo idéias nacionalistas como: a Alemanha para os alemães, deportação automática de imigrantes ilegais e que cometeram qualquer espécie de delito. Atualmente a ojeriza aos imigrantes dá-se, em especial, devido às altas taxas de desemprego que vêm sendo mantidas na Alemanha desde a década de noventa. A invasão de turcos, por exemplo, é vista como uma ameaça aos trabalhadores alemães legítimos.

Então, temos dois movimentos aparentemente destoantes. O primeiro deles leva a Nação a invadir outros Estados em busca de mais espaço e suprimentos; o segundo, a defender a exclusividade do seu território original aos “filhos da pátria”. Assim, é legítimo a Alemanha invadir a Polônia para apropriar as minas de carvão necessárias para as siderúrgicas, mas é condenável os poloneses imigramem para dentro do território alemão e ocuparem postos de

trabalho do alemão legítimo.

Mas, existem muitas outras contradições nessa montagem ideológica. É o caso no Brasil do separatismo sulista. Em um primeiro momento o Brasil branco, desenvolvido industrialmente (Sul/Sudeste) deve ser separado do Brasil “de cor”, pouco desenvolvido industrialmente (Norte/Nordeste). Depois, diante da supremacia do Brasil do Sul, começa a iniciativa de reunificação da Nação, com total hegemonia sulista. Na verdade, o movimento separatista O Sul é o Meu País propõe tão-somente uma nova geopolítica nacional onde o Sul tem o domínio total sobre as demais regiões e impõe a elas seu poder dominante. Os movimentos separatistas no Brasil, portanto, podem ser enquadrados como movimentos de ultradireita com inspiração ideológica fascista.

### Neonazismo

Nos últimos anos, principalmente países europeus mais desenvolvidos têm assistido ao crescimento avassalador de grupos neofascistas. Em alguns desses países, como é o caso da Áustria e França, os neofascistas ou candidatos apoiados por eles, conseguiram excelentes resultados nas eleições, inclusive para presidente e para o parlamento. Como resultado direto da volta do fascismo ao cenário político europeu, algumas tribos urbanas, com estética e ideário nazifascista, também surgem no Brasil, especialmente a partir da década de noventa.

A Revista Veja publicou um estudo mostrando as características de dois grupos neonazistas que atuavam no Estado de São Paulo, considerando que havia a seguinte identidade entre eles: estética hitlerista, cabeça raspada, adeptos do etilo musical “oi music”, culto do corpo, não-consumo de drogas, nacionalismo, voto nulo, aversão a homossexuais, idade entre vinte e trinta anos. As características próprias de cada grupo são as seguintes:

#### **Carecas White Power**

- adotam a estética e a ideologia hitlerista
- não admitem negros ou nordestinos em seus grupos
- querem separar a região sudeste do resto do Brasil
- em São Paulo cultuam os bandeirantes e os ideais separatistas da Revolução de 1932
- nos demais estados das regiões sul e sudeste idolatram a figura do imperador romano César
- mantêm contato com os *Skinheads* de todo mundo, sobretudo Itália, Alemanha e França
- editam *fanzines* com transcrições de livros anti-semitas

- reúnem-se nas principais praças de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, para comemorar datas históricas, como em 15 de agosto o nascimento do general Himmler.

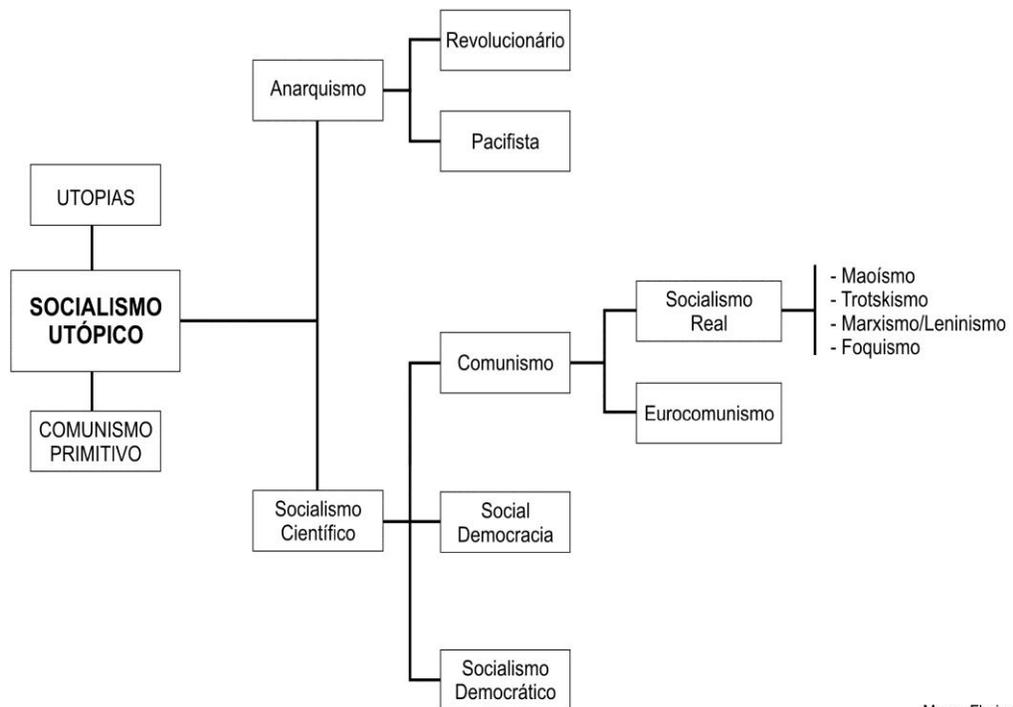
### **Carecas do Subúrbio**

- usam emblemas hitleristas
- não aderem integralmente à ideologia nazi, porque admitem minorias em suas fileiras, como negros e nordestinos
- vivem na região do ABCD e nos extremos sul e leste de São Paulo
- escutam música pesada, batizada pela gangue de “oi music”
- não tomam drogas
- fazem cultura física
- votam nulo
- fazem reuniões clássicas, todos os anos, na Praça da Sé em comemoração ao Dia do Trabalho
- odeiam roqueiros cabeludos
- odeiam as multinacionais.

## IDEOLOGIAS DE ESQUERDA

Podemos definir **esquerda** como força política que faz oposição sistemática ao Modo de Produção Capitalista, tendo como princípio doutrinário a sua extinção.

## SOCIALISMO



Magru Floriano

## SOCIALISMO

Falar em Socialismo é basicamente falar de uma ideologia cujas tendências possuem em comum uma forte preocupação social. Neste sentido, a doutrina tende a pensar mais em termos de cooperação e vida coletiva, deixando em segundo plano os interesses puramente individuais. Ao longo do processo histórico o Socialismo se desmembrou em diversas doutrinas - algumas moderadas, outras radicais. Só para se ter uma noção da complexidade que envolve o ideário socialista, Adolf Hitler intitulou o Partido Nazista de Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores da Alemanha e até recentemente o ditador iraquiano Saddam Hussein mantinha o Partido Baath declaradamente como um partido socialista. No Brasil temos diversos partidos pretensamente seguidores do ideário socialista, como é o caso do PSB – Partido Socialista Brasileiro, PT – Partido dos Trabalhadores, PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, PCB – Partido Comunista Brasileiro, PCdoB – Partido Comunista do Brasil, PDT – Partido Democrático Trabalhista, entre outros.

Para dificultar ainda mais o entendimento acerca do Socialismo, o termo acaba tendo várias combinações, tipo: socialismo utópico, socialismo científico, socialismo real, socialismo democrático, socialismo revolucionário - e tudo isso misturado aos conceitos de comunismo e trabalhismo, com tendências do tipo: maoísmo, titoísmo, foquismo, trotkysmo...

Para se falar de Socialismo legítimo é obrigatório se falar de Utopia. Qual seja, o Socialismo tem seu ideário diretamente vinculado à idéia de uma sociedade mais justa e fraterna. Desta forma, alguns historiadores consideram que as bases do movimento socialista estão assentadas nos utopistas do Renascimento, como é o caso de Thomas Morus, Francis Bacon e até, em certa dose, Tomaso Campanella. Outros remontam à República de Platão, na antiga Grécia, e alguns ao Cristianismo Primitivo e até aos Essênios. Os mais radicais fazem referência também ao primeiro Modo de Produção indicado por Marx – o comunismo primitivo – ainda no alvorecer da humanidade.

O Renascimento e o Iluminismo participam de todo o processo histórico que forjou a modernidade em que hoje vivemos, respondendo aos estímulos da florescente sociedade industrial-capitalista. Nestas épocas era comum pensadores se reportarem à questão da “liberdade

natural do homem”, contrapondo-se às idéias religiosas que colocavam o homem como refém de uma “ordem divina imutável”, nada mais tendo a fazer senão obedecer aos desígnios de Deus, através dos seus representantes legítimos na terra. Resgatavam da cultura clássica [Grécia e Roma] o culto à razão e a busca sistemática do conhecimento.

O que separa os **utopistas do Renascimento** dos **socialistas utópicos** é que os renascentistas pensavam a utopia em um mundo distante, como uma ilha inacessível, enquanto os socialistas pensavam a utopia como algo a se realizar na sua própria comunidade, aqui e agora. Foram, portanto, revolucionários na prática. Gente que lutou e morreu tendo um único objetivo: construir uma sociedade mais justa com “Liberdade, igualdade e fraternidade”. O Socialismo utópico está diretamente vinculado a visionários como Robert Owen [1771-1858], William Godwin [1756-1836], Charles Fourier [1772-1837] e Henri de Saint-Simon [1760-1825]. Nos primórdios do capitalismo as forças políticas vinculadas aos interesses dos trabalhadores sofreram a repressão direta e sistemática dos governos, amargando inclusive a proibição de constituir sindicatos ou fazer greve. Mas, na luta, o movimento foi crescendo e ganhando espaço político acompanhando o próprio desenvolvimento do setor econômico, que adentra ao século XX experimentando uma nova onda de prosperidade técnico-científica, popularmente conhecida como Segunda Revolução Industrial [1830].

O movimento operário europeu vinha se estruturando e radicalizando durante todo o processo de consolidação das “revoluções industriais” [1760 e 1830], não obstante os reveses que amargou em praticamente todas as revoltas que patrocinou. No ano de 1848, em pleno fervor do movimento revolucionário europeu, Karl Marx e Friedrich Engels lançam o **Manifesto comunista**, conclamando os trabalhadores do mundo inteiro a unirem forças. Em 1864 os radicais fundam na cidade de Londres a AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores, tentando dar ao movimento uma certa coordenação, juntando várias forças políticas de esquerda, como os sindicalistas ingleses, os anarquistas (Proudhonistas e Bakunin), os socialistas. A Primeira AIT conseguiu funcionar até 1876, mas havia sido golpeada de morte já em 1871 quando organizou a *Comuna de Paris*. O movimento foi esmagado de forma violenta e em seguida toda a organização foi perseguida implacavelmente pela Europa, a ponto do seu conselho geral ser transferido para Nova York, onde foi extinto em 1876. A I Internacional consolidou a defecção entre **anarquistas** e **socialistas**.

A reflexão dos acontecimentos de 1871 na França [entre exilados, presos, mortos em combate e fuzilados, estima-se que cerca de 50 mil revolucionários foram vitimados] e os

avanços na qualidade de vida proporcionados pela sociedade capitalista, inclusive com conquistas significativas no campo trabalhista e democrático, levaram as forças revolucionárias a caminhos diversos. Enquanto um grupo de marxistas radicais mantinha a idéia original de que só se chegaria ao socialismo via revolução; outro grupo, revendo e adaptando os conceitos marxistas para a nova realidade européia, defendia a idéia de que se poderia avançar para o socialismo pela via parlamentar, aproveitando os benefícios do processo liberal que estava se ampliando por toda a Europa e dando espaço político às forças comprometidas com os interesses dos trabalhadores. Esta tendência ficou conhecida como “revisionista” [por promover uma revisão das idéias marxistas e outras idéias já consolidadas na história do movimento de esquerda] e serviu de base para a doutrina conhecida como **Socialismo Democrático**, influenciando também a doutrina conhecida como **Social-Democracia**.

Quando os movimentos operários conseguiram novamente reordenar suas forças, formaram no ano de 1891 em Bruxelas a II Associação Internacional de Trabalhadores. A II Internacional ficou marcada pela existência de três grandes tendências: os revisionistas - liderados por Eduard Bernstein [não marxistas - socialistas democráticos]; os marxistas revolucionários – liderados por Vladimir Ilich Ulianov [Lênin], do Partido Bolchevique, depois Partido Comunista da Rússia; e os marxistas moderados [os social-democratas] tendo a frente Karl Kautsky. A Primeira Guerra Mundial decretou o fim da II Internacional. A II internacional consolidou a defecção entre **comunistas**, **social-democratas** e **socialistas democráticos**.

Em 1919 Lênin criou em Moscou a III Internacional ou Internacional Comunista [Comintern] que aceitava somente inscrições de partidos puros, vinculados à tendência do marxismo revolucionário [Comunismo], partidos que apoiavam diretamente a Revolução Russa e a *Ditadura do Proletariado*. Após a morte de Lênin ocorre uma disputa interna pelo seu espólio político entre Yussuf Vissarionovich Djughashvili [Joseph Stálin] e Lev Davidovith Bronstein [Leon Trotsky]. A disputa termina com a vitória de Stálin, o que leva os seguidores de Trotsky [trotkystas] a montarem a IV Internacional.

Também para fazer frente à arbitrariedade comunista, os moderados criam em Hamburgo no ano de 1923 a Internacional Trabalhista e Socialista, que conseguiu funcionar somente até 1940. Em 1951 Socialistas Democráticos e Social-Democratas fundam em Londres a Internacional Socialista, que existe até os dias de hoje. O PT e o PDT, partidos de ideário socialista democrático, representam o Brasil junto à organização. Inclusive Leonel Brizola chegou a ocupar durante longo período o cargo de vice-presidente.

Contudo, o partido que representa o ideário social-democrata no Brasil, o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira - não foi aceito como membro em 2003 quando ocorreu uma reunião de cúpula aqui mesmo no Brasil. Porque a Social Democracia defendida pelo PSDB não tem origem nas disputas entre revolucionários, mas nos governos norte-europeus que veremos à frente.

A partir deste histórico podemos iniciar um processo de estudo sobre todas essas doutrinas ou tendências dentro do que genericamente podemos chamar de SOCIALISMO.



## COMUNISMO

Também conhecida como “Socialismo Real” a doutrina comunista tem para seus seguidores um status de ciência e filosofia - que usualmente chamamos de “Marxismo-leninismo” ou “materialismo histórico e dialético”. Os principais pensadores são: Karl Marx e Friedrich Engels [base da literatura considerada como marxismo ortodoxo] e Lênin [base da literatura considerada como marxismo-leninismo].

Originário dos movimentos operários realizados durante o processo de consolidação da sociedade industrial-capitalista, o comunismo encontra sua referência inicial nas obras e militância de Karl Marx. Portanto, é legítimo fundir os conceitos comunismo-marxismo. No início havia a ingênua intenção de unir todos os militantes socialistas em uma única engrenagem, mas a prática do movimento operário foi mostrando que as divergências eram por demais significativas para que tal idéia fosse consolidada. Esta idéia, contudo, está presente na consciência coletiva da esquerda, de tal sorte que muitas das suas instituições acabam recebendo nomenclaturas com palavras do tipo: “unidos”, “única”, “unificado”, “geral”. É o caso da CUT – Central Única dos Trabalhadores, CGT – Central Geral dos Trabalhadores, PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. O **Manifesto Comunista** já incorreu neste erro de avaliação em 1848 ao afirmar: “*Proletários de todos os países, uni-vos!*”. Uma leitura mais crítica das nomenclaturas de esquerda acentua o fato de que esta tendência à unificação dá-se pelo fato de que o marxismo-leninismo prega um regime totalitário, que não consegue conviver na diferença, exigindo a unificação de todos os grupos em torno de uma engrenagem única - sendo a principal delas o partido político.

Não obstante o desejo de unificação, já na I Internacional a defecção entre socialistas e anarquistas não deixou dúvidas de que eles discordavam, séria e profundamente, mais sobre as estratégias de como viabilizar o projeto socialista, do que propriamente sobre a doutrina socialista. Depois, durante a II Internacional, novamente a tônica da discussão, que levou à outra defecção séria das forças trabalhistas, foi as estratégias e táticas para viabilizar o projeto socialista. Ali, marxistas, marxistas moderados [social-democracia] e revisionistas [socialismo democrático] se digladiaram por promoverem análises de conjuntura bastante diferenciadas. Uns avaliaram que só a luta revolucionária levaria ao socialismo, enquanto outros entendiam que era

possível chegar ao mesmo resultado seguindo a via eleitoral, sem a necessidade de revolução [guerra civil]. Devido à radicalização da discussão no interior do próprio movimento revolucionário, os marxistas ortodoxos, fortalecidos pela tomada do poder na Rússia, transformaram o Partido Bolchevista em Partido Comunista e formaram uma “Internacional” exclusiva para seus seguidores, como querendo decretar o monopólio sobre o movimento operário mundial.

Apesar das idéias comunistas, do grupo capitaneado por Karl Marx e Friedrich Engels, virem se consolidando a partir de 1847 na Liga dos Justos [depois Liga Comunista] e na Revista Comunista [também editada em 1847], o marco de nascimento histórico do socialismo científico [comunismo] é a publicação do Manifesto Comunista [1848]. De forma mais prática, contudo, é na transformação do Partido Bolchevista em Partido Comunista que podemos olhar para o modelo comunista como algo diferenciado do socialismo até aqui considerado. Quer dizer, a partir de agora temos um projeto com características próprias, utilizando como coluna vertebral o marxismo, mas indo além dele com as contribuições de Lênin e muitos outros militantes e pensadores posteriores. Este modelo vai servir de referência para diversas outras revoluções mundo afora, tais como: Cuba e China.

### Luta de classes

Talvez o conceito que mais impregna a doutrina comunista seja o conceito de Luta de Classes. Este conceito perpassa todos os demais conceitos marxistas e está presente, mesmo que indiretamente, em todas as ações desenvolvidas pelos comunistas. De forma maniqueísta os comunistas consideram que na sociedade capitalista existem duas classes sociais fundamentais: proletariado [trabalhador] e burguesia [patrão]. Após essa classificação, elaboram a teoria de que os interesses dessas classes são antagônicos e, portanto, irreconciliáveis. Isso significa dizer que não dá de agradar aos dois ao mesmo tempo – o que não deixa de ser uma versão política da doutrina cristã de não se poder agradar a Deus e ao Diabo ao mesmo tempo. A escolha então, passa a ser necessária. Não é possível a **neutralidade**, ou a pessoa apóia e fortalece o lado do patrão, ou apóia e fortalece o lado do trabalhador. Apoiar o trabalhador é enfraquecer o patrão e vice-versa.

O “materialismo histórico” contribui ainda com dois novos conceitos para o fechamento do conceito maior – o de luta de classes. Primeiramente os marxistas aceitam a idéia consensual desde Adam Smith de que “**só o trabalho produz valor**”. Contudo, tira como conclusão que o

patrão explora indevidamente o trabalhador e que sua existência não é necessária porque, na prática, o patrão não produz valor. Outro conceito que vai ser incorporado a esta lógica totalmente desfavorável ao capitalista é o conceito de **mais-valia**, onde Marx prova que o trabalhador sempre produz um valor a mais do que aquele que recebe em forma de salário, e que este valor acumulado pelo patrão vai compor o **capital**. O capital nada mais é do que “trabalho acumulado” que o patrão retém para si. Conclusão: o patrão é um usurpador por investir e “arriscar” no jogo do mercado o que na essência não foi produzido por ele.

Diante de interesses antagônicos, e da comprovada ilegitimidade na composição do capital, os marxistas propõem tomar partido nesta luta, sempre tão desfavorável ao trabalhador. Toda análise que fazem considera que existe uma luta sendo travada diuturnamente e que as forças populares têm de ter consciência de classe, reforçando as trincheiras do movimento operário. A visão geral dos marxistas é que no capitalismo patrão e trabalhador estão em guerra permanente, sem trégua, e ela se estende por todos os cantos, das artes à escola, da família à religião, do partido político ao Estado...

A idéia é colocar tudo sobre o comando e a serviço do trabalhador, criando a Ditadura do Proletariado, extinguindo a sociedade de classes e, gradativamente, todos os seus aparelhos [exército, polícia, Estado...]. Em uma sociedade sem classes, estão postas as condições objetivas para a igualdade. Tendo a igualdade, se conquista de fato e direito à liberdade. A liberdade é a condição para a felicidade. O fim último do homem é a busca da felicidade. O comunismo, portanto, é a utopia que se realiza “aqui e agora”.

### **Estado**

Os marxistas qualificam o Estado como uma instituição política, aparelho defensor dos interesses da classe dominante. No caso específico do capitalismo o Estado está a serviço dos interesses da burguesia. Diante da constatação de que o Estado faz parte da estrutura de dominação de classe, os marxistas consideram inaceitável a tese defendida pelos revisionistas de que é possível chegar-se ao socialismo via processo eleitoral, isto é, entrando e dominando a própria estrutura de Estado capitalista. Os sucessivos governos social-democratas e socialistas democráticos na Inglaterra, França e Brasil, parecem confirmar esta assertiva comunista. Qual seja, as forças de esquerda ao chegarem no poder ficaram engessadas, até comprometidas, por engrenagens do sistema econômico e pela própria burocracia de Estado, de tal sorte a não darem um passo na direção do socialismo. Muito pelo contrário, governos como o do socialista François

Mitterrand, na França, privatizou no lugar de estatizar. O mesmo acontecendo em larga escala com os governos FHC e Lula no Brasil.

Diante da impossibilidade de mudar o sistema por dentro, utilizando suas próprias engrenagens, ganha legitimidade a alternativa oposta, a da derrubada do Estado burguês via luta armada [revolução – guerra civil]. Por esse mecanismo de análise é que podemos entender as ações de grupos comunistas radicais como o MST - Movimento dos Sem Terra.

Com a derrubada do Estado burguês através da revolução, os marxistas propõem a formação de um **Estado totalitário**, que intitulam de **Ditadura do proletariado** – ou Estado proletário. Conforme estabelece Lênin, a primeira grande missão do Estado Proletário é manter uma ditadura implacável contra as forças burguesas derrotadas na revolução, até seu aniquilamento total. Justifica-se aí todo esforço para a criação e manutenção de um exército bem armado e preparado para o combate.

O segundo ponto a ser atacado pela ditadura é a formatação de uma **nova economia**, com base nos valores socialistas. A economia socialista elabora uma nova organização do trabalho, com os trabalhadores se organizando em conselhos para auto-gerir a produção, eliminando por completo a figura do patrão. O terceiro aspecto do Estado Proletário é a **tarefa educativa**. A massa precisa ser educada, ou reeducada, para adaptar-se adequadamente aos moldes da nova realidade social. A educação estatal e obrigatória é fundamental para obter o sucesso revolucionário. A educação é especialmente importante porque leva ao espírito das massas a convicção no projeto revolucionário.

Por último, os marxistas consideram que a Ditadura do Proletariado é uma “forma superior de **democracia**” na medida que garante, segundo Kruschiov, “o direito ao trabalho, ao estudo e ao repouso”, sem esquecer que “todos os meios de produção encontram-se sob o poder dos trabalhadores, o que lhes permite orientar a vida econômica do país e tornar efetivo o seu direito ao trabalho”.

Não obstante instituírem um Estado Totalitário, onde a vida de todas as pessoas, os meios de produção, escolas, meios de comunicação, sindicatos, enfim, tudo, está na mão do Estado, e o Estado está concretamente sendo dirigido por um partido único - o Partido Comunista, os marxistas consideram sua doutrina libertária. Essa convicção da liberdade vem do fato de que a ditadura do proletariado resgata o trabalhador da exploração selvagem imposta pelo capitalista. O marxismo liberta o trabalhador da exploração do capital e ao mesmo tempo entrega em suas próprias mãos o seu futuro e o futuro da nação. Nunca esquecendo que o Estado Totalitário é

apenas um estágio intermediário, necessário no início do processo, para manter o controle sobre as forças capitalistas reacionárias, e permitir que a revolução avance no sentido de construir a sociedade socialista.

Na prática o Capitalismo tradicional é extinto e surge o Capitalismo de Estado. No lugar do patrão surge a figura do líder comunista, que comanda a estrutura burocrática e centralizada do Estado e do Partido Comunista, tornando-se um “camarada especial”. [ler *A revolução dos bichos* - de George Orwell].

### **EUROCOMUNISMO**

Com o fim da Guerra-Fria [iniciada na década de cinquenta entre as duas potências vencedoras da Segunda Grande Guerra: Estados Unidos - modelo capitalista, e Rússia - modelo comunista] no final da década de 80 - cujo símbolo maior é a queda do Muro de Berlim [1989], o modelo comunista russo entra em total decadência, exigindo de todos os partidos marxistas espalhados pelo mundo, mas principalmente os históricos e resistentes partidos europeus, a promoverem uma revisão geral de suas estratégias políticas. Diante da abertura do Leste Europeu, os países membros da antiga *cortina de ferro* aderindo ao modelo liberal de democracia representativa e sociedade de mercado, assim como a própria unificação da Alemanha, os partidos comunistas europeus resolveram promover uma verdadeira revolução na sua imagem, mudando o nome das siglas - muitos tiraram o nome comunista de suas legendas - e renunciando ao modelo revolucionário russo como ideal a ser adotado nos seus respectivos países.

Aqui no Brasil o exemplo mais evidente desta política de revisão total dos partidos comunistas é o PCB - Partido Comunista Brasileiro, que teve sua estrutura totalmente abalada com o fim do modelo russo - a qual sempre esteve atrelado internacionalmente - fazendo com que suas principais lideranças pregassem o fim do partido e a construção de um novo, mais moderno e arejado. Assim surgiu o PPS - Partido Popular Socialista - cujo líder maior era Roberto Freire. Contudo, marxistas históricos, vinculados ao modelo russo, não aceitaram esse “modismo” [eurocomunismo] e, contra a vontade da maioria, mantiveram a sigla PCB - entre estes encontramos o famoso arquiteto Oscar Niemeyer. O eurocomunismo do PPS, portanto, passou a significar mais uma defecção dentro do PCB [anteriormente ocorreu a divisão interna que deu origem ao PCdoB - Partido Comunista do Brasil - que não aceitando a orientação marxista-leninista do modelo russo, preferiu adotar como modelo de sociedade comunista a Albânia, que

implantara um modelo muito mais radical contra a sociedade de consumo].

O eurocomunismo tem como ponto de partida a superação do modelo russo e uma profunda crítica ao modelo do regime stalinista [ditadura do proletariado levada ao extremo pelo ditador Joseph Stalin - com o uso sistemático do terror por parte do Estado]. Considerando importante a independência ideológica de cada partido para buscar o modelo adequado a cada país, dentro da filosofia de “auto-determinação dos povos”, os novos comunistas praticamente aceitam todas as revisões promovidas pelos socialistas democráticos ao longo do processo histórico.

Segundo Santiago Carrillo [1978, p.100]: *“Os partidos incluídos na corrente eurocomunista coincidem na necessidade de ir ao socialismo com democracia, pluralidade partidária, parlamento e instituições representativas, soberania popular exercida regularmente através do sufrágio universal, sindicatos independentes do Estado e dos partidos, liberdade para a oposição, direitos humanos, liberdades religiosas, liberdade de criação cultural, científica, artística e o desenvolvimento social”*.

Em síntese: praticamente aceitaram todo o ideário do socialismo democrático. A aceitação da hipótese da passagem pacífica e parlamentar do sistema capitalista para um sistema comunista já surgiu no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e se acentuou em 1968 com a invasão arbitrária da Tcheco-Eslováquia, assim como as divergências históricas com os comunistas chineses e o reformismo de Tito na Iugoslávia. Os comunistas ingleses [já na década de 50] e os italianos [a partir da década de 60] lideraram o movimento de reflexão sobre o modelo comunista a ser adotado internacionalmente e a crítica sistemática ao modelo stalinista. A queda do Muro de Berlim acentuou o processo de oxigenação dos partidos comunistas dentro e fora da União Soviética.

## [SÍNTESE BASEADA EM SANTIAGO CARRILLO]

- 1 - convivência por longo prazo entre propriedade pública e privada
- 2 - manter as conquistas históricas do Estado em termos sociais e econômicos, reconhecendo a função da iniciativa privada e a sociedade de mercado
- 3 - período longo de transição, passagem gradativa do particular ao público e o controle da propriedade - coexistência.
- 4 - planificação democrática e racional visando as injustiças mais agudas: como é o caso da fome, falta de emprego e moradia.
- 5 - descapitalização do campo - interesses do produtor agrícola, combinação da iniciativa privada com cooperativas.
- 6 - “A terra para quem nela trabalha” - forma coletiva de distribuição ou mistas [individuais e cooperativadas] - objetivo: justiça social e rendimento econômico.
- 7 - fim da especulação do solo
- 8 - através dos impostos evitar a mais-valia exorbitante, mas suficiente para estimular a livre iniciativa
- 9 - pluralismo político - mais de um partido, inclusive socialista
- 10 - busca do consenso social
- 11 - busca da superação das diferenças sociais sem medidas coercitivas
- 12 - mantida a diferença social, as classes sociais
- 13 - hegemonia no poder público e economia das forças comprometidas com o trabalho, marcha progressiva para a sociedade sem classes, igualitária
- 14 - educação pública de qualidade
- 15 - democracia de base - auto-gerencial e de controle popular
- 16 - abandonar a violência física: terrorismo, revolução armada
- 17 - greves políticas e não reivindicatórias apenas
- 18 - aceita: investimento das multinacionais, preservado o interesse nacional.

## SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

A origem do socialismo democrático é praticamente a mesma da social-democracia, qual seja, as históricas divergências internas ocorridas na cúpula diretiva da II Internacional entre Edmund Bernstein [1850-1932], Karl Kautsky e Vladimir Ilich Lênin. Os marxistas ortodoxos vão formar mais à frente o comunismo [tendo a Revolução Russa como ideal], enquanto que os “revisionistas” vão formar partidos socialistas e social-democratas. A diferença básica entre estas duas tendências é que a social-democracia vai abandonando gradualmente a idéia de sair do capitalismo, preferindo “humanizar o sistema capitalista”, enquanto que os socialistas mantêm a idéia de, mesmo que a longo prazo e por via eleitoral, superar a sociedade capitalista e construir uma sociedade igualitária, socialista. Portanto, o socialismo democrático tem um grau de radicalidade a mais que a social-democracia porque mantêm a idéia esquerdista de sair, superar, o capitalismo.

Um dos primeiros partidos formatados dentro deste conceito democrático foi o Partido dos Trabalhadores Socialistas Franceses, com nítida influência de Eduard Bernstein. Para eles o sistema liberal-democrático possibilitaria as reformas que os partidos operários pleiteavam, assegurando pela via pacífica um alto grau de bem-estar aos trabalhadores. A *Ditadura do Proletariado*, portanto, seria desnecessária, e por via de consequência, a própria revolução armada.

A exemplo do que ocorreu com os partidos social-democráticos, ao longo do caminho, na medida em que suas lideranças iam exercendo o poder, o seu ideário ia ficando mais pragmático do que ideológico. Na prática isto significa dizer que os socialistas foram se desradicalizando gradualmente e aceitando cada vez mais o processo de simbiose estabelecido com o sistema capitalista. Quando François Mitterrand assumiu o poder na França e ali ficou por uma década, a diferença entre socialismo democrático e social-democracia, na prática, não era mais visível. O mesmo fenômeno que ocorreu aqui no Brasil entre o governo do social-democrata Fernando Henrique Cardoso e o governo do socialista democrático Luis Inácio Lula da Silva. Quem acompanhou os governos Lula não conseguiu encontrar diferenças acentuadas com as práticas exercidas nos dois governos do presidente Fernando Henrique Cardoso.

## Principais propostas

1 - o socialismo democrático é uma ideologia de esquerda moderada. Como principal característica podemos apontar o fato de que pretende alcançar seus objetivos políticos de forma gradual, ou seja, participando do sistema liberal-democrático, renunciando à idéia radical de revolução armada. É uma ideologia reformista e pacifista;

2 - busca a construção de uma sociedade igualitária, onde gradativamente os Meios de Produção [terra, máquinas, empresas] vão saindo do controle da Iniciativa Privada [capitalista] passando para o controle da comunidade [Estado]. Para tornar os Meios de Produção Coletivos sugere o sistema de cooperativas e a co-gestão das empresas pelos próprios trabalhadores;

3 - considera que a propriedade privada dos Meios de Produção está na origem de todas injustiças sociais. Contudo, não propõe a estatização de tudo. Considera que o sistema deve perseguir a igualdade de forma gradual, passo-a-passo. Para tanto o Estado vai estabelecer uma forte política de tributação do lucro e herança, obtendo recursos para financiar sua política social que prevê serviços públicos que atendam a todos os cidadãos com qualidade;

4 - mantém a sociedade de mercado, onde as diversas empresas e cooperativas vão competir entre si, tendo maior ganho de eficácia e eficiência na produção. Contudo, o sistema fará pressão no sentido do mercado ter uma forte orientação social. Isto significa dizer que a produção receberá estímulo para atender efetivamente as necessidades básicas da maioria, deixando em um segundo plano o atendimento aos caprichos de consumo das elites;

Como podemos observar facilmente a ideologia socialista democrática é híbrida. Isto é, faz uma síntese de várias outras ideologias, inclusive o comunismo, o liberalismo e a social-democracia. Deixou de ser puramente ideológica e passou a ser uma ideologia pragmática, a mais pragmática da esquerda. Seu sucesso mundial deve-se justamente ao fato de que o pragmatismo possibilita a tomada do poder e sua manutenção sem grandes confrontos com as elites proprietárias, evitando, portanto, conflitos sociais que perturbam a ordem social vigente.

Os pragmáticos são aqueles que perguntam: *o que é possível realizar neste momento?* Portanto, possuem um alto senso de realidade, adaptando seu modelo ideal ao que é possível a cada momento histórico, a conjuntura.

Pragmático – o que é ideal se amolda à realidade, tornando viável a execução dessa ideia.

Ideológico – a realidade tem de ser moldada de acordo com um plano, uma idéia. Há um conformismo radical com a realidade, que vai ser moldada por um plano, planejamento, ideário.

### **[SÍNTESE: ROBERT HENRY SROUR]**

- 1- princípio da conjugação da liberdade com igualdade ;
- 2- supressão das distinções de classe, abolição da exploração do trabalho excedente, construção de uma sociedade igualitária em que os meios de produção sejam propriedade da comunidade;
- 3- estratégia reformista, gradualista, pacífica, que alcance a maioria parlamentar por via eleitoral e que obtenha a supremacia numa sociedade civil ampla e forte; enfraquecimento progressivo do poder repressivo do Estado;
- 4- luta imediata por uma sociedade pluralista, de bem-estar social, cooperativista, com democracia econômica e co-gestão nas empresas, propriedade pública dos serviços e equipamentos coletivos com controle em mãos dos usuários e da sociedade civil;
- 5- luta imediata por uma sociedade democrática, com regime de democracia participativa ou semi-direta;
- 6- mobilização popular, militância cidadã e conselhos em todas as organizações; aceitação do princípio da alternância no poder;
- 7- concepção do Estado como palco de lutas entre interesses contraditórios suportados por uma pluralidade de agentes coletivos, Estado a ser controlado pelas classes subalternas; extensão ao extremo dos direitos de cidadania e investimento dos excedentes em equipamentos coletivos e serviços públicos gratuitos;
- 8- igualdade não se resume a iguais oportunidades a todos, mas à máxima igualdade possível nos pontos de partida de cada qual, significa condições de vida decente para todos;
- 9- igualdade não se diz respeito apenas aos direitos políticos, mas supõe sistema igualitário de distribuição de bens e serviços; a propriedade privada dos meios de produção é causa fundamental de injustiça e sofrimento sociais, os pobres não são responsáveis por sua própria miséria;
- 10- manutenção do sistema de mercado para aferir eficiência, realidade dos custos, lógica da rentabilidade e para permitir o planejamento indicativo da economia: orientação social do mercado;
- 11- temas de destaque: igualdade real, cooperação mútua, solidariedade, liberdade responsável, otimismo quanto ao futuro, crença na força da razão, pedagogia política indispensável, pluralismo

partidário, respeito às garantias institucionais, negociação das divergências, participação de todos nas decisões políticas, descentralização do poder;

12- partidos ideológico-programáticos, multiclassistas, com democracia interna e formação de tendências organizadas;

13- forte tributação dos lucros para financiamento dos seguros sociais, dos serviços públicos gratuitos e da captação de recursos para a montagem de cooperativas de trabalhadores;

14- redistribuição dos rendimentos por meio do imposto direto e da taxaço das heranças.

## **SOCIAL DEMOCRACIA**

Podemos dizer que a social-democracia é mais pragmática do que ideológica, fazendo uma leitura da conjuntura e se adaptando gradualmente aos novos desafios interpostos pela sociedade industrial-capitalista. Sucessivas adaptações em seu ideário, especialmente por ter tido a oportunidade de governar vários países europeus e americanos, acabaram modificando de tal forma a social-democracia que muitos teóricos sequer a consideram uma doutrina de esquerda, apesar de sua origem estar vinculada aos movimentos operários radicais do século XIX. Em 1875 foi criado o Partido Social Democrata Alemão que, não obstante sua relativa moderação, foi reprimido pelo Governo Bismarck. Mesmo assim o partido conheceu rapidamente o sucesso eleitoral.

A social-democracia vai experimentando ao longo de todo esse processo sucessivos estágios de desradicalização até abandonar por completo o ideário revolucionário do marxismo e se tornar um partido popular, propondo reformas parciais dentro do sistema capitalista. Este processo de moderação vai ocorrendo gradualmente, na medida em que os militantes vão assumindo o poder. Assim, já em 1920 os social-democratas assumem o governo da Suécia, ficando no seu comando por nada menos do que setenta anos. No início propuseram um programa radical que incluía a nacionalização, estatização e socialização de boa parte dos bens produtivos do país, promessa que não conseguiram cumprir. Pragmáticos, largaram de mão as idéias radicais e começaram a trabalhar com a linha de que “política é a arte do possível”.

Assim, acabaram estabelecendo um “reformismo criador”, avançando significativamente no campo social com uma excelente política distributiva [diminuição dos excessos do capitalismo e a diferença social]. Montaram o Estado Previdenciário, garantindo uma política de salário mínimo, auxílio desemprego, pensão aos idosos, moradias públicas, imposto gradativo sobre a

renda e herança, e assim por diante.

Em 1929 o capitalismo mundial experimenta uma crise sem precedentes que leva à *Grande Depressão*. Em 1933 o governo Roosevelt rompe com o liberalismo ortodoxo e adere à uma solução econômica de coloração social-democrata [bastante moderada e com feições completamente capitalista]. Propõe o New Deal [novo acordo], um pacto entre Estado-capitalistas-trabalhadores, tendo como assessores diretos economistas com fortes influências social-democratas sob a inspiração intelectual de John Maynards Keynes. O projeto redundou em um estrondoso sucesso, com o Estado intervindo na economia para promover um pacto social e viabilizar grandes investimentos, recolocando a economia capitalista no rumo do crescimento.

Durante todo o século a social-democracia experimentou um crescimento extraordinário, chegando ao poder em praticamente todos os grandes países europeus. Contudo, acabou passando por uma séria crise de identidade entre os anos de 1980 e 1990, golpeada que foi pelo ideário Neoliberal. Na verdade a social-democracia pagou o preço do seu acerto. É que o Estado Previdenciário propiciou um aumento significativo na qualidade de vida da maioria da população, mas obrigou o Estado a crescentes despesas que acabaram por elevar a carga tributária. As conquistas registradas no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - acabaram fazendo com que a mão de obra ficasse mais cara e os países europeus começassem a perder competitividade internacional. A pressão da concorrência internacional levou o modelo social-democrático a uma crise sem precedentes em sua história.

Aumentou os indicadores sócio-econômicos, corrigiu distorções graves da estrutura capitalista, tornou o sistema mais humano, mas, em contrapartida, perdeu força junto ao mercado. E sociedade capitalista é fundamentalmente uma sociedade de mercado. Como sentencia ARGEMIRO BRUM: “*A crise da social-democracia decorre mais das virtudes e do sucesso do sistema do que de seus defeitos e fraqueza*”. Incrível, não é mesmo?

### **Estado**

Apesar de aceitar o sistema capitalista a social-democracia não aceita a idéia liberal de Estado-Mínimo e estabelece um novo conceito de Estado: o **Estado de Bem-Estar Social** ou **Estado Previdenciário**. Para os social-democratas o Estado deve intervir no mercado e na vida das pessoas, no sentido de utilizar todos os recursos à sua disposição para estimular o crescimento econômico e promover o bem-estar de todos. Ou seja, diante de um quadro caótico deixado pela crise do liberalismo (por exemplo: crise da Bolsa de Nova York de 1929) a única

saída era fortalecer economicamente o Estado para que ele tivesse recursos suficientes para fazer novamente o sistema econômico andar, quer através do incentivo direto a atividade econômica vinculada à exportação, quer através da frente de trabalho aberta com a construção de grandes obras públicas (usinas, hidrelétricas, estradas, portos, ferrovias...) para oferecer emprego ao maior número possível de pessoas [Política do **Pleno Emprego**]. Assim o Estado promove grandes investimentos públicos e aumenta a capacidade de absorção do mercado interno, distribuindo um pouco melhor a riqueza do país entre todos os seus cidadãos.

Ao mesmo tempo que estimula a produção e abre frentes de trabalho o Estado garante algumas vantagens mínimas ao trabalhador como: seguro-desemprego, cobertura previdenciária, liberdade sindical e promulgação de leis que regulamentam as negociações trabalhistas. Desta forma o Estado ganha a condição de propor ao patrão e trabalhador que promovam um grande **Pacto Social** visando a aceleração econômica com ganhos para todos. Para capitalizar o Estado, de forma que ele tenha dinheiro suficiente para pagar todas as contas, a social-democracia pensa em um modelo com *alta carga tributária*. Desta forma, a idéia é cobrar imposto em escala progressiva, de maneira que quem tem mais paga mais imposto, quem tem menos recebe mais benefícios do Estado. Através do imposto mais alto para os ricos, portanto, a social-democracia pensa em realizar um modelo de sociedade mais justa, onde a *distribuição da renda seja eqüitativa*.

O conceito de distribuição de renda de forma eqüitativa não deve se confundir com modelos igualitários. A social-democracia pensa em termos de **Justiça Social**, qual seja, mantendo a diferença social em termos mais aceitáveis, com o sistema mostrando uma face mais humana porque a diferença de ganhos entre o mais rico e o mais pobre não é muito grande. Luta, portanto, para aproximar os ganhos entre o rico e o pobre, mas manter a diferença, porque a diferença econômica serve como um estímulo para a pessoa continuar trabalhando e lutando por aquilo que entende lhe ser útil ou necessário. Não se pretende um sistema igualitário, mas também não se pretende um sistema cuja diferença entre os cidadãos seja tão grande que possibilite a uma pequena parcela da sociedade ficar com todos os bens, deixando a maioria esmagadora da população na miséria. Justiça social, portanto, para a social-democracia tem relação direta com distribuição da riqueza, sem incorrer na tentação do igualitarismo.

### **Propriedade**

Apesar da social-democracia aceitar o instituto da propriedade privada, o sistema deve

estimular de todas as formas a pequena propriedade familiar e, em especial, a propriedade cooperativada. Unindo os pequenos em torno da estrutura sólida de uma **cooperativa**, para que em grupo os pequenos produtores ganhem competitividade e conquistem espaço no mercado.

Mesmo respeitando o direito à propriedade privada, individual, a social-democracia tenta estabelecer uma diferenciação em relação ao liberalismo, de forma a não levar o sistema a ficar refém do egoísmo exacerbado de poucos proprietários. Assim, a social-democracia tenta aprovar leis que vinculem a **propriedade privada a obrigações sociais**. Qual seja, a propriedade privada só será respeitada se o seu proprietário utilizá-la em seu benefício e em benefício de toda a sociedade, fazendo com que seja produtiva. Neste caso a propriedade improdutiva é combatida severamente (através de impostos altíssimos) de forma a desencorajar seus donos a mantê-la ociosa visando apenas à especulação.

Outro ponto importante da social-democracia quanto à propriedade diz respeito ao direito de herança. A idéia é promover **forte taxaço sobre herança**, de forma a utilizar desta oportunidade para capitalizar o Estado e promover a redistribuição de riquezas concentradas nas mãos de poucos.

Em síntese podemos dizer que a idéia social-democrata de propriedade é: pequena propriedade particular (familiar), cooperativada, produtiva.

### **Democracia**

A social-democracia reforça as tendências democráticas no sentido de ampliar o processo eleitoral (voto universal) de forma a permitir a inclusão do maior número possível de cidadãos.

É um projeto que visa à implantação do **Parlamentarismo**, com participação na estrutura diretiva do Estado proporcional aos resultados que os partidos obtém nas urnas. Defendem: eleições livres e periódicas, pluripartidarismo, liberdade de expressão e disputa política tendo como palco central o parlamento (Congresso Nacional).

### **Economia**

Enquanto os liberais pensam a Sociedade de Mercado Livre com o sistema *laissez faire* (Laissez faire, laissez passer, lê monde va de lui-même – deixe fazer, deixe passar, o mundo caminha por si mesmo) tirando o Estado do centro das decisões econômicas e substituindo-o pela “mão invisível do mercado” e sua lei natural – a lei da oferta e da procura – os social-democratas pensam uma **Sociedade de Mercado Regulado**, dando ao Estado a função de controle sobre

setores de interesse público (como é o caso da infraestrutura) e a função de **planejamento indicativo da economia**.

No caso dos Estados Unidos, para sair da crise de 29 o governo Roosevelt abriu mão de várias medidas intervencionistas no setor econômico visando diminuir os conflitos sociais decorrentes da alta taxa de desemprego e baixo nível de consumo, tais como: investimentos maciços em obras de infraestrutura (pontes, rodovias, hidrelétricas, usinas...) que utilizavam grande contingente de trabalhadores, controle da produção agrícola e industrial para evitar a superprodução (causa de desequilíbrio econômico), fechamento temporário dos bancos, desvalorização da moeda, etc.

Assim, o Estado passou a ter novamente papel preponderante no estabelecimento de políticas públicas de forma a auxiliar a iniciativa privada a manter as metas de desenvolvimento. A lei de mercado dos liberais ainda é utilizada, mas sempre que necessário o Estado atua como parceiro da livre iniciativa visando ganho social. No lugar da liberdade total e irrestrita estabelecida com a ausência total do Estado na atividade econômica, os social-democratas estabelecem o conceito de liberdade vigiada. Qual seja: se tudo está correndo de forma a preservar os interesses de todos (particular e público) não há motivo para interferência, contudo, caso algo esteja saindo dos trilhos o Estado deve intervir para preservar o interesse de todos, ou seja, o interesse público. É uma liberdade vigiada.

### **PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS**

- 1 - socialismo utópico/socialismo revolucionário [marxismo]
- 2 - liberalismo – sistema liberal-democrático
- 3 - doutrina social da Igreja [católica e protestante]. Encíclicas: *Rerum Novarum* – 1891, *Quadragesimo Anno* – 1931, *Mater et Magistra* –1962, *Populorum Progressio* – 1968, *Centésimo Anno* – 1991.
- 4 - pragmatismo dos governos europeus de esquerda.
- 5 - pragmatismo do governo Roosevelt [keynesianismo]

### [SÍNTESE: ROBERT HENRY SROUR]

- 1- projeto de universalização dos direitos e benefícios sociais; busca de atendimento às necessidades básicas da população pela generalização do acesso aos serviços públicos e aos equipamentos coletivos: Estado-previdenciário;
- 2- princípio da promoção da *justiça social*, através da distribuição equitativa da renda ;
- 3- democratização do capitalismo: taxaço progressiva das altas rendas e das heranças; participação dos empregados na gestão das empresas; parceria social entre patrões e empregados; controle público sobre setores de infra-estrutura; planejamento indicativo da economia; criação de iguais oportunidades para todos os cidadãos;
- 4- obtenção das mudanças sociais mediante reformas graduais; moderação, tolerância e pragmatismo políticos ;
- 5- projeto de uma economia mista, com mercado regulado, propriedade privada individual e propriedade pública beneficiando todos os cidadãos, incentivo à pequena propriedade familiar e, em especial, à propriedade cooperativa;
- 6- ênfase na luta sindical e no associativismo, fortalecimento da sociedade civil e formação de partidos pragmáticos que prolongam politicamente os grêmios profissionais;
- 7- ética do compromisso e institucionalização da negociação; aceitação da legitimidade do conflito de interesses
- 8- rejeição dos métodos radicais e do emprego da violência como forma de ação válida ;
- 9- instalação de regimes liberais-democráticos ou democrático-representativos;
- 10- concepção do Estado como instrumento para a conquista de liberdades e direitos para o povo, centro de poder essencial para redistribuir aos trabalhadores o excedente social.

## ANARQUISMO

O ideário anarquista é bastante polêmico e muitas vezes leva as pessoas menos atentas a cometerem erros grosseiros de análise. É o caso, por exemplo, de considerar o termo *anarquismo* como sinônimo de *baderna*, *bagunça*, *comunidade não organizada*. Apesar das pessoas mais pragmáticas atestarem com convicção de que o anarquismo não pode ser exercido, é impraticável como sistema social, temos visto ao longo do processo histórico que muitas comunidades conseguiram se estruturar a partir do ideário anarquista. Isto nos incita a atestar que o anarquismo é um modelo exequível para pequenos grupos, como foi o caso das comunidades Híppies [e todo o movimento contracultural] montadas a partir do final da década de 1960, bem como inúmeras instituições pacifistas e ecológicas que sobrevivem nos grandes centros urbanos, a partir da montagem de espaços alternativos.

### **[SÍNTESE: ROBERT HENRY SROUR]**

1 - revolução se faz com o poder da sociedade não com o poder do estado: com poder social enraizado na associação livre dos trabalhadores, não com poder político dos partidos ou dos exércitos;

2- os homens são bons, inteligentes e livres; todo estado, toda teologia, toda propriedade privada parte do princípio errôneo de que os homens são essencialmente perversos e maus;

3- defesa do princípio da livre associação, do regime de democracia direta e da propriedade cooperativa ou comunitária;

4- a sociedade anarquista é uma sociedade sem Estado e sem leis, regulada pelo acordo mútuo entre seus membros: sociedade descentralizada, autogestionária, federação de comunidades livres e autônomas, fundadas no trabalho e na igualdade de todos;

5- virtudes apregoadas: cooperação voluntária, ajuda mútua, espontaneidade, solidariedade, reciprocidade, iniciativa, criatividade, frugalidade, simplicidade, auto-realização, autonomia, volta à natureza;

6- críticas à sociedade industrial, ao produtivismo, ao desperdício, ao consumo de massa ; críticas ao militarismo (contra exércitos permanentes), ao clericalismo (contra a autoridade religiosa), ao imperialismo econômico das grandes potências e às várias formas de colonialismo;

7- críticas à destruição do meio ambiente, à urbanização descontrolada, à depredação da natureza, ao despotismo dos poderes burocráticos, à delegação ou à representação dos interesses, ao gigantismo das organizações, à exploração do trabalho humano e à disciplina inculcada do trabalho;

8- estratégia revolucionária, radical, fundada em movimentos moleculares de transformação das relações de produção, de poder e de saber, mediante métodos violentos(tendência revolucionária) ou pacíficos (tendência pacifista);

9- supressão de toda autoridade: substituição do princípio da autoridade pelo princípio da espontaneidade; a liberdade supõe a abolição imediata do Estado e de todo tipo de dominação;

10- igualdade significa propriedade cooperativa ou comunitária dos meios de produção e eliminação de todas as hierarquias;

11- só uma revolução social de caráter federalista, ao mobilizar o fervor espontâneo das massas e ao organizá-las em conselhos populares autônomos nas comunas e nos locais de trabalho, pondo fim ao Estado, capital e igreja.

## [ANEXO 1]

### A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SUJEITO

[**Maria Lucia de Arruda Aranha E Maria Helena Pires Martins.** Introdução à Filosofia. SP: Moderna, 1986, p.2]

92

Na Índia, onde os casos de meninos-lobos foram relativamente numerosos, descobriram-se, em 1920, duas crianças, AMALA e KAMALA, vivendo no meio de uma família de lobos. A primeira tinha um ano e meio e veio a morrer um ano mais tarde. Kamala, de oito anos de idade, viveu até 1929. Não tinham nada de humano, e o seu comportamento era exatamente semelhante àquele dos seus irmãos lobos.

Elas caminhavam de quatro, apoiando-se sobre os joelhos e cotovelos para os pequenos trajetos e sobre as mãos e os pés para os trajetos longos e rápidos.

Eram incapazes de permanecer em pé. Só se alimentavam de carne crua ou podre, comiam e bebiam como os animais, lançando a cabeça para a frente e lambendo os líquidos. Na instituição onde foram recolhidas, passavam o dia acobardadas e prostradas numa sombra; eram ativas e ruidosas durante a noite, procurando fugir e uivando como lobos. Nunca choravam ou riam. Kamala viveu oito anos na instituição que a acolheu, humanizando-se lentamente. Ela necessitou de seis anos para aprender a andar e pouco antes de morrer só tinha um vocabulário de 50 palavras. Atitudes afetivas foram aparecendo aos poucos.

Ela chorou pela primeira vez por ocasião da morte de Amala e se apegou lentamente às pessoas que cuidaram dela e às outras com as quais conviveu.

A sua inteligência permitiu-lhe comunicar-se com outros por gestos, inicialmente, e depois por palavras de um vocabulário rudimentar, aprendendo a executar ordens simples.

[análise de **Cláudia Davis, Zilma de Moraes R. de Oliveira.** Psicologia na Educação.SP: Cortez, 1990. p.16-7]

O relato acima descreve um fato verídico e permite entender em que medida as características humanas dependem do convívio social. Amala e Kamala, as meninas-lobas da

Índia, por terem sido privadas do contato com outras pessoas, não conseguiram se humanizar: não aprenderam a se comunicar através da fala, não foram ensinadas a usar determinados utensílios e instrumentos sociais, não desenvolveram processos de pensamento lógico.

O caso de Amala e Kamala representa, no entanto, uma exceção. Em geral, o bebê nasce, cresce, vive e atua em um mundo social. É na interação com outras pessoas que as necessidades do ser humano tendem a ser satisfeitas. Estas necessidades implicam sua própria sobrevivência física – alimentação, abrigo, proteção ao frio etc. – e sua sobrevivência psicológica – carícias, incentivos, amparo, proteção, segurança e conhecimento. É por intermédio do contato humano que a criança adquire a linguagem e passa, por meio dela, a se comunicar com outros seres humanos e a organizar seu pensamento.

Vivendo em sociedade, a criança aprende a planejar, direcionar e avaliar a sua ação. Ao longo desse processo, ela comete alguns erros, reflete sobre eles e enfrenta a possibilidade de corrigi-los. Experimenta alegrias, tristezas, períodos de ansiedade e de calma. Trata de buscar consolo em seus semelhantes. Não concebe a vida em isolamento.

É também no convívio social, através das atividades práticas realizadas, que se criam as condições para o aparecimento da consciência, que é a capacidade de distinguir entre as propriedades objetivas e estáveis da realidade e aquilo que é vivido subjetivamente. Através do trabalho, os homens se organizam para alcançar determinados fins, respondendo aos impasses que a natureza coloca à sobrevivência. Para tanto, usam do conhecimento acumulado por gerações e criam, a partir do trabalho, outros conhecimentos.

Ao transformar a natureza, os homens criam cultura, refinam, cada vez mais, técnicas, instrumentos – saber, enfim – e transformam a si mesmos: desenvolvem as suas funções mentais (percepção, atenção, memória, raciocínio) e a sua personalidade (sua maneira de sentir e atuar no mundo).

**[ANEXO 2]**  
**DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO**  
**França - 26 de agosto de 1789**

Artigo 1 - Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. As distinções sociais não podem ser fundadas senão sobre a utilidade comum.

Artigo 2 - O fim de toda a associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e a resistência à opressão.

Artigo 3 - O princípio de toda soberania reside essencialmente na Nação. Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Artigo 4 - A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique outros homens. A liberdade do homem não tem limites senão aqueles que assegurem aos outros membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos. Esses limites não podem ser determinados senão pela lei.

Artigo 5 - A lei não pode vedar senão as ações prejudiciais à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode ser impedido, e ninguém pode ser obrigado a fazer o que ela não determina.

Artigo 6 - a lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer pessoalmente, ou por seus representantes, para sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja ao proteger, seja ao punir. Todos os cidadãos sendo iguais a seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, funções ou empregos públicos, segundo sua capacidade, e sem outra distinção senão aquela de suas virtudes e de seus talentos.

Artigo 7 - Nenhum homem pode ser acusado, preso ou detido, senão nos casos determinados pela lei e segundo as formas por ela prescritas. Aqueles que solicitam, expedem, executam e fazem executar ordens arbitrárias, devem ser punidos; mas todo cidadão citado ou convocado em virtude da lei deve obedecer instantaneamente; ele se torna culpado pela resistência.

Artigo 8 - A lei não deve estabelecer senão penas estritas e evidentemente necessárias, e ninguém pode ser punido senão em virtude duma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao

delito, e legalmente aplicada.

Artigo 9 - Todo homem sendo presumido inocente até que tenha sido declarado culpado, se se julga indispensável prendê-lo, todo rigor que não seja necessário para se assegurar de sua pessoa, deve ser severamente reprimido pela lei.

Artigo 10 - Ninguém deve ser incomodado por suas opiniões, mesmo religiosas, contanto que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Artigo 11 - A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; todo cidadão pode, então, falar, escrever, imprimir livremente, com a ressalva de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei.

Artigo 12 - A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; esta força é, então, instituída para o benefício de todos, e não para a utilidade particular daqueles a que ela é confiada.

Artigo 13 - Para a manutenção da força pública, e para as despesas de administração, uma contribuição comum é indispensável: ela deve ser igualmente repartida entre todos os cidadãos, em razão de suas faculdades.

Artigo 14 - Todos os cidadãos têm o direito de constatar, por eles mesmos ou por seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de a consentir livremente, de seguir seu emprego, e de determinar a quantidade, a distribuição, sua cobrança e a duração.

Artigo 15 - A sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público de sua administração.

Artigo 16 - Toda sociedade na qual a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação de poderes determinada, não tem constituição.

Artigo 17 - A propriedade sendo um direito individual e sagrado, ninguém pode ser dela privado, senão quando a necessidade pública, legalmente constatada, o exija evidentemente, e sob a condição de uma justa e prévia indenização.

## [ANEXO 3]

### DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM - ONU 1948

Artigo I - Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir, em relação uns aos outros, com espírito de fraternidade.

Artigo II -

1 - Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo III - Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo IV - Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo V - Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VI - todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Artigo VIII - Todo homem tem direito a receber, dos tribunais nacionais competentes, remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Artigo IX - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo X - todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

## Artigo XI

1 - todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

2 - Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo XII - Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

## Artigo XIII

1 - todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

2 - todo homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

## Artigo XIV -

1 - Todo homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

2 - Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direitos comuns ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

## Artigo XV -

1 - Todo homem tem direito a uma nacionalidade.

2 - Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

## Artigo XVI

1 - Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

2 - O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

3 - A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

## Artigo XVII

1 - todo homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

2 - Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Artigo XVIII - Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Artigo XIX - Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

## Artigo XX

1 - Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

2 - Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

## Artigo XXI

1 - Todo homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2 - Todo homem tem igual direito de acesso ao serviço público de seu país.

3 - A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade do voto.

Artigo XXII - Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, por esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

## Artigo XXIII -

1 - Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, à condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2 - Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por seu trabalho.

3 - Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

4 - Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo XXIV - todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo XXV -

1 - Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doenças, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

2 - A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo XXVI -

1 - Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, sendo esta baseada no mérito.

2 - A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3 - Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo XXVII

1 - Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

2 - Todo homem tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja o autor.

Artigo XXVIII - Todo homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidas na presente declaração possam ser plenamente realizados.

XXIX

1 - Todo homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno

desenvolvimento de sua personalidade é possível.

2 - No exercício de seus direitos e liberdades, todo homem será sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem, e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

3 - Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo XXX - Nenhuma disposição da presente declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

**[ANEXO 4]**  
**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**Promulgada em 5 de outubro de 1988.**

101

**TÍTULO II - dos direitos e garantias fundamentais**

**CAPÍTULO I - dos direitos e deveres individuais e coletivos**

Artigo 5 - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição;
- II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei;
- III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;
- VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;
- VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI - as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXV - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade

produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV - são todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII - não haverá júízo ou tribunal de exceção;

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

XLVI - a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVII - não haverá penas:

- a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art.84, XIX;
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis;

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII - o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX - será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII - a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

LXV - a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII - conceder-se-á *habeas data*;

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;

LXXVII - são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data* e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania;

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

Parágrafo primeiro - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Parágrafo segundo - Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Parágrafo terceiro - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Parágrafo quarto - O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

[ANEXO 5]

**A PRESENÇA DO POSITIVISMO NO BRASIL SIGNIFICA UMA REAÇÃO  
FILOSÓFICA CONTRA A DOCTRINA CONFSSIONAL CATÓLICA**

[Ordem e Progresso. Rafael Augustus Sêga. Revista História Viva. Março 2004. pag.  
75.]

108

A presença da doutrina positivista, em sua face científica, no Brasil, tornou-se visível a partir de 1850, quando apareceu na Escola Militar, depois no Colégio Pedro II, na Escola da Marinha, na Escola de Medicina e na Escola Politécnica, no Rio de Janeiro. Já o positivismo de vertente religiosa pôde ser atestado no Apostolado Positivista, a partir de 1881, fruto da iniciativa de Miguel Lemos e Raimundo Teixeira.

a atuação do positivismo no Brasil foi uma reação filosófica contra a doutrina confessional católica, até então única reflexão intelectual existente no país. Nessa luta no campo das idéias figuraram também o naturalismo e o evolucionismo. No Brasil, a marca inicial do positivismo mais aceita é a publicação do livro de Luís Pereira Barreto *As três filosofias*, em 1874, e também, dois anos mais tarde, a fundação da Sociedade Positivista Brasileira (origem da Igreja da Humanidade) no Rio de Janeiro. contudo, o núcleo irradiador do positivismo seria transferido para Recife, por iniciativa de Tobias Barreto e, depois, Sílvio Romero e Clóvis Bevilacqua.

O positivismo que se assenhoreava no Brasil moldava-se ao país e adquiria o perfil de doutrina com influência geral, e aceita por um grupo reduzido de estudiosos, composto pro duas facções: **os ortodoxos e os dissidentes**. Miguel Lemos e Teixeira Mendes lideravam o primeiro, e um número de políticos com visão monárquica positivista, junto com Luís Pereira Barreto, Tobias Barreto e Sílvio Romero lideravam o último, e buscavam em Comte a fundamentação teórica para a República.

O republicanismo brasileiro, nascido da Convenção de Itu, de 1879, gerou duas alas: **liberal-democrática**, de inspiração americana, e a **autoritária**, de inspiração positivista. Todavia, em um primeiro momento, o programa do Partido Republicano estava muito mais preocupado com o combate objetivo ao Império do que com querelas doutrinárias. Nessa fase destacam-se os nomes dos chamados republicanos históricos, como Silva Jardim, Aníbal Falcão e Demétrio Ribeiro.

A atuação doutrinária levada a cabo por Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833-1891), professor da Escola Militar e defensor do princípio positivista da valorização do ensino para alcançar o estado sociocrático, ganha destaque nesse contexto. Contudo, se para Comte o ensino, no continente europeu, deveria ser destinado às camadas pobres, no Brasil essa meta foi impossível, devido ao baixíssimo nível de instrução do proletariado nacional. Assim, a transmissão dos ensinamentos positivistas acabou se restringindo aos poucos que estudavam nas escolas militares.

A atividade doutrinária bem no interior da massa pensante das forças armadas brasileiras foi fundamental para criar um espírito de corpo na caserna, pois boa parte da oficialidade se achou imbuída do destino histórico de implantar um regime republicano que fosse fundamentado na razão e na ciência positiva.

Os republicanos jacobinos, radicais, combatiam os monarquistas e os republicanos liberais, e apregoavam a implantação de uma república temporária e ditatorial, com o fim de se alcançar a sociocracia preconizada por Comte. Ocorreu, assim, uma cisão no movimento republicano, e até mesmo entre os positivistas, pois no episódio de 15 de novembro de 1889 sentimos a presença dos positivistas dissidentes (militares seguidores de Benjamin Constant), em detrimento dos ortodoxos (civis seguidores da Igreja Positivista).

O positivismo tornou-se uma filosofia fundamental no debate político no Brasil do século XIX, uma vez que o regime republicano foi instalado sob sua égide teórica. O 15 de novembro pode ser considerado o ápice do positivismo no Brasil, em razão da grande quantidade de adeptos de Auguste Comte que assumiram cargos de relevo no novo regime (Benjamin Constant chegou a ministro da guerra). Foram numerosas as influências do positivismo na organização formal da República brasileira, entre elas o dístico Ordem e Progresso da bandeira, a separação da Igreja e do Estado; o decreto dos feriados; o estabelecimento do casamento civil e o exercício da liberdade religiosa e profissional; o fim do anonimato na imprensa; a revogação das medidas anticlericais e a reforma educacional proposta por Benjamin Constant.

O farol do positivismo no Brasil seria transferido para o Rio Grande do Sul, onde a instalação do regime republicano foi *sui generis*, pois desde o início o novo governo foi dominado pelos positivistas, liderados por Júlio Prates de Castilhos (1860-1903). Quando da Proclamação da República, em 1889, Castilhos recusou o cargo de presidente do Estado, e preferiu assumir como secretário do governo estadual. ele estava convicto no intento de inaugurar uma nova fase positiva na política gaúcha, transformando as velhas práticas político-

administrativas clientelistas do período imperial. Em 1890, Júlio de Castilhos elegeu-se deputado no Congresso que iria elaborar a primeira Constituição da República, e logo identificou-se com a ala ultrafederalista, passando a defender o projeto político de inspiração positivista.

Em 1891, eleito presidente do Estado pela Assembléia Legislativa, Júlio de Castilhos redigiu - e fez aprovar quase que integralmente - a nova Constituição Estadual. Era uma Carta extremamente autoritária, atribuindo ao presidente do Estado poderes extraordinários, tais como: nomear o vice-presidente, reeleger-se, atribuir papel meramente deliberativo ao Legislativo estadual e o voto descoberto. Castilhos pretendia criar no Rio Grande do Sul uma ditadura republicana comteana, e seus adeptos foram chamados de republicanos.

Do ponto de vista doutrinário, o positivismo não compartilha os princípios da representação eleitoral preconizados pela democracia liberal burguesa, e seu princípio de delegação política por meio da eleição à representação de cargos. Para os positivistas, o direito ao voto é um dogma metafísico e, dessa forma, Júlio de Castilhos acreditava na legitimidade do regime republicano em razão de razões [sic!] históricas e científicas, e não por motivos metafísicos ou populares. Com base nesse princípio, os castilhistas ficaram no poder no Rio Grande do Sul por quase 40 anos, primeiro com Castilhos, depois com Antônio Borges de Medeiros (1883-1961), que se elegeu sucessivamente quatro vezes para a presidência daquele Estado, e, finalmente, em 1928, com Getúlio Vargas (1883-1954).

No plano nacional, Vargas procurou implantar o positivismo castilhista. Em seus mandatos, notadamente no Estado Novo (1937-1945), procurou substituir a noção da representação eleitoral pela da hegemonia científica, na qual a ordem e o fortalecimento de um dirigente moralmente responsável concebe um regime promotor do bem-estar social rumo ao progresso.

Tendo influenciado poderosamente o movimento que levou à Proclamação da República, o positivismo foi a principal corrente de pensamento na formação intelectual dos militares que cursaram as escolas militares, influência que se estendeu às rebeliões tenentistas da década de 20. Em sua vertente gaúcha, o positivismo esteve presente na organização estatal formulada por Vargas e em seu projeto de desenvolvimento nacionalista burguês. Quando, em 1964, os militares tomaram o poder alegando o desvirtuamento moral do período janguista, também podemos sentir um aroma comteano no ar. Auguste Comte, no entanto, não pode ser responsabilizado pelo que aconteceu em seguida.

## [ANEXO 6]

### O DARWINISMO SOCIAL

[**Maria Cristina Castilho Costa - Sociologia. Introdução à ciência da sociedade. p.44**].

“É importante situar o desenvolvimento do pensamento positivista no contexto histórico de avanço do imperialismo europeu, no século XIX.

a conquista e dominação da África e Ásia pela Europa tinha como justificativa a “missão civilizatória” de países como a Inglaterra, França, Alemanha, Itália, que se apoderavam de regiões do mundo onde o modo de vida era totalmente diferente do capitalismo europeu. Deparou-se a Europa com civilizações organizadas sob princípios como o politeísmo, a poligamia, formas de poder tradicionais, economia agrária e artesanato doméstico. Transformar esse mundo conquistado em colônias que se submetessem aos valores capitalistas, capazes de responder positivamente à oferta de produtos industrializados e à necessidade de mão-de-obra assalariada, requeria uma empresa de grande envergadura. Dessa transformação dependiam a expansão e a sobrevivência do capitalismo industrial.

Foi intensa a atuação dos europeus sobre os demais continentes, no sentido de destruir suas formas tradicionais de vida e neles implantar os valores europeus. Como foi dito, essa nova forma de colonialismo se assentava na justificativa de que a Europa tinha, frente a essas sociedades, a obrigação moral de civilizá-las, subtraí-las ao atraso em que viviam. Nesse sentido, entendia-se que o ápice da humanidade, o mais alto grau de civilização a que o homem poderia chegar seria a sociedade industrial européia do século XIX.

Para essa forma de pensar muito contribuíram as idéias do cientista inglês Charles Darwin a respeito da evolução biológica das espécies animais. Para Darwin, os seres vivos se transformam continuamente tendo por finalidade seu aperfeiçoamento e a necessidade de garantir sua sobrevivência. Em consequência, os organismos tendem a se adaptar cada vez melhor ao ambiente, criando formas mais complexas e avançadas de existência que possibilitam, através da competição natural, a sobrevivência dos seres mais aptos e evoluídos.

Tais idéias, transpostas para as análises da sociedade, fizeram surgir o *darwinismo social*, isto é, a crença de que as sociedades mudariam e evoluiriam num mesmo sentido e que tais transformações representariam sempre a passagem de um estágio inferior para outro superior, em que o organismo social se mostraria mais evoluído, mais adaptado e mais complexo. Esse tipo de mudança garantiria a sobrevivência dos organismos - sociedades e indivíduos - mais fortes e mais evoluídos.”

## INDICAÇÃO DE LEITURA

**ARISTÓTELES. POLÍTICA. São Paulo: Martin Claret, 2004.**

[Livro indicado para o início de um estudo sobre política e poder.]

**ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. COMPETÊNCIA E SENSIBILIDADE SOLIDÁRIA: educar para a esperança. Petrópolis: Vozes, 2000.**

[O livro é indicado para aqueles profissionais que querem atuar no terceiro setor, junto a comunidade e em empresas com políticas de ação social – preocupação social.]

**ASSMANN, Hugo; DOS SANTOS, Theotônio; Chomsky, Noam. (org.) A TRILATERAL: a nova fase do capitalismo mundial. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.**

[O livro é indicado para quem deseja ter uma leitura mais crítica do capitalismo contemporâneo].

**BALZAC, Honoré de. OS JORNALISTAS. Prefácio de Carlos Heitor Cony. Trad. João Domenech. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.**

[Leitura clássica sobre a profissão jornalística e a imprensa de um modo geral].

**BARRETO, Lima. CRÔNICAS ESCOLHIDAS. São Paulo: Ática, 1995. (Folha de São Paulo).**

[Livro indicado para quem quer aprender a fazer crônica sobre a realidade brasileira].

**BINS, Milton. CURSO DE SOCIOLOGIA. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1996.**

[Um livro para quem pretende estudar com mais rigor as idéias sociológicas dos grupos de esquerda.]

**BOBBIO, Norberto. A ERA DOS DIREITOS. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.**

[livro indicado para refletir sobre democracia, paz e direitos humanos].

**BONAVIDES, Paulo. CIÊNCIA POLÍTICA. São Paulo: Malheiros, 1998.**

[Uma referência para o aluno interessado na sociologia política. Sociedade, Estado, sistemas eleitorais, formas de governo, opinião pública, etc.]

**BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.**

[referência obrigatória para todo cidadão que se diz minimamente ilustrado]

**BRUM, Argemiro J. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO. 20 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.**

[Livro indicado para o estudo dos desdobramentos do Capitalismo na sociedade brasileira].

CAFIERO, Carlo. O CAPITAL: uma leitura popular. 2.ed. São Paulo: Polis, 1981.

[Uma leitura simplificada das teorias marxistas. Uma obra didática.]

DURKHEIM, Émile. AS REGRAS DO MÉTODO SOCIOLOGICO. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Nacional, 1974.

[Obra indicada como referência para entendimento do Positivismo/Estruturalismo, etc]

FLORIANO, Magru. VER CINEMA. LER CINEMA. Itajaí: Brisa Utópica, 2001.  
Disponível em: [www.florianos.net](http://www.florianos.net) acessado em 01.ago.2005.

[Livro indicado para quem quer aprender a fazer análise de filmes]

FURTADO, Celso. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL. São Paulo: Ed. Nacional, 1989.

[Livro indicado como fundamento para o entendimento da sociedade brasileira]

GALBRAITH, J. Kenneth. ANATOMIA DO PODER. São Paulo: Pioneira, 1984.

[Livro indicado para um estudo inicial sobre Poder].

GALEANO, Eduardo. AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

[Um relato histórico sobre os 500 anos de dominação e exploração da América Latina.]

HARNECKER, Marta. OS CONCEITOS ELEMENTARES DO MATERIALISMO HISTÓRICO. 2. ed. São Paulo: Global, 1983.

[Livro indicado para quem deseja estudar o Marxismo com profundidade].

HUBERMAN, Léo. HISTÓRIA DA RIQUEZA DO HOMEM. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

[É o livro mais completo sobre a história do surgimento do capitalismo. Um clássico]

LOCKE, John. SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO. Ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. Trad. E. Jacy Monteiro. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (coleção Os Pensadores).

[Obra indicada para o estudo do liberalismo político].

MACHIAVELLI, Niccoló. O PRÍNCIPE. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

[É um clássico da literatura mundial, que mostra as possibilidades do exercício do poder político.

Tem de ser lido uma vez, mas estudado diversas vezes.]

MARX, Karl; ENGELS, F. MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA. Petrópolis: Vozes, 1996.

[Livro indicado para compreender a lógica marxista de sociedade a partir do conceito de Luta de Classes]

MELO, José Marques de. SOCIOLOGIA DA IMPRENSA BRASILEIRA. Petrópolis: Vozes, 1973.

[livro indicado para estudar as teorias sociológicas acerca do surgimento da imprensa no Brasil.

**PAZZINATO, Alceu Luiz & SENISE, Maria Helena Valente. HISTÓRIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA. São Paulo: Ática, 1992.**

[Um livro de História Geral bastante completo, incluindo mapas e indicações de vídeos sobre os temas estudados.]

**SANTAELLA, Lúcia. O QUE É SEMIÓTICA. São Paulo: Brasiliense, 1983. (coleção primeiros passos; 103).**

[Livro didático para explicar os rudimentos da teoria semiótica. Para iniciantes].

**SELL, Carlos Eduardo. SOCIOLOGIA CLÁSSICA. Itajaí: Univali; Blumenau: Edifurb, 2001.**

[Livro indicado para o estudo comparativo entre as obras de É. Durkheim, Max Weber e Karl Marx].

**SMITH, Adam. A RIQUEZA DAS NAÇÕES - INVESTIGAÇÃO SOBRE SUA NATUREZA E SUAS CAUSAS. São Paulo: Nova Cultural/Círculo do Livro, 1996. 2 volumes.**

[Obra indicada para o estudo do liberalismo econômico].

**SODRÉ, Nelson Werneck. HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.**

[Livro indicado para se estruturar uma análise sobre a imprensa brasileira].

**SOUZA, Herbert José de (Betinho). COMO SE FAZ ANÁLISE DE CONJUNTURA. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.**

[Livro indicado como referência para o estudo do método Análise de Conjuntura].

**SROUR, Robert Henry. CLASSES, REGIMES, IDEOLOGIAS. São Paulo: Ática, 1990.**

[Faz uma análise bastante aprofundada da sociedade brasileira. Analisa as ideologias políticas, modos de produção, regimes, classes sociais, sociedade civil e realidade social.]

**VITA, Álvaro de. SOCIOLOGIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA. São Paulo: Ática, 1991.**

[O livro mais indicado para quem deseja estudar uma Sociologia mais próxima da realidade brasileira. Analisa a sociedade agrária e urbana brasileira, os conflitos no campo (messianismo e cangaço), ditaduras, lutas operárias, o Estado brasileiro, nacionalismo e movimentos sociais.]

**WEBER, Max. A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO. 11.ed. São Paulo; Pioneira, 1996.**

[Obra indicada para compreender o pensamento weberiano e as implicações da religião na formação do capitalismo].

## INDICAÇÃO DE VÍDEO

**A História Oficial:** Conta a história de uma professora de história do segundo-grau que durante a ditadura militar, na década de 70, na Argentina, era bastante alienada do processo político. Contudo, ela vai se conscientizando aos poucos, passando a ter problemas sérios com as pessoas que a cercam, até chegar ao rompimento total com o seu antigo estilo de vida. Mostra o quando pode ser doloroso o processo de conscientização política e como é muito mais cômodo ser uma pessoa alienada. Mostra a vida do cidadão na Argentina durante o regime autoritário.

**A Queda da Bastilha:** Um romance vivido no tempo da Revolução Francesa. Interessante para mostrar os valores e idéias da burguesia em ascensão e a luta do liberalismo contra o sistema feudal, e depois a luta pelo poder entre os liberais e demais ideologias revolucionárias.

**Cromwell, o chanceler de ferro:** Um relato sobre a revolução puritana que levou Cromwell ao poder na Inglaterra. Mostra também o confronto entre as idéias da burguesia liberal e a nobreza feudal. O surgimento e fortalecimento do parlamento e da república liberal.

**Danton, o processo da revolução:** Revela os embates entre o líder popular Danton e Robespierre, durante o período do terror. Mostra com muita clareza todo o processo que leva os liberais ao poder e a consolidação da república burguesa.

**Em Nome do Pai:** Um filme sobre direitos humanos no Reino Unido. Uma família inteira é vítima da prepotência do sistema judicial/policial da Inglaterra, que se impõe como nação colonizadora em todo o território em sua volta. Uma aula de direitos humanos e sobre a intervenção do Estado na vida do cidadão.

**Ilha das Flores:** Curta metragem que mostra uma pequena comunidade na periferia de Porto Alegre onde há miséria extrema. O filme dissecas as relações capitalistas de produção, que acabam levando à miséria a maioria das pessoas. Na mesma fita é aconselhado o curta: ***O dia que Dorival encarou a guarda.***

**O Grande Ditador** : Filme de Charles Chaplin criticando a guerra e o nazismo.

**Os Miseráveis:** O filme mostra a saga de Jean Valjean, preso por ter roubado pão na França do século XIX. Tem uma versão da obra de Victor Hugo, com Jean-Paul Belmondo, adaptado para os tempos da Segunda Guerra Mundial. O filme é incrível.

**Outubro:** relata os acontecimentos na Rússia czarista que culminaram na revolução de

1917.

**Reds:** relato biográfico de um repórter americano sobre a guerra civil russa.

**Sarafina** - uma professora de história, politizada e conscientizada, luta contra o *apartheid*, regime de segregação racial na África do Sul. Dá uma mostra de como a escola pode ser um instrumento de defesa da cidadania contra a opressão. Interessante comparar com o filme *A História Oficial*, já que as duas histórias têm como figuras centrais professoras de História do segundo-grau.

**Tempos Modernos:** O clássico de Charles Chaplin mostra como o homem moderno sofre com a mecanização da produção. Mostra ainda a repressão das forças públicas sobre os movimentos operários e o papel ideológico de instituições como: hospital, penitenciária, hospício.

**Top Gun - ases indomáveis:** O filme mostra como a máquina de Hollywood faz mentalidades pelo mundo, colocando nas telas “heróis” de olhos azuis e propósitos vis. O pública torce, sem perceber, pelo imperialismo norte-americano. É interessante comparar com **Nascido a 4 de Julho.**

**Uma Cidade Sem Passado:** Na Alemanha da década de 70 uma jovem estudante desenterra o passado nazista que toda uma cidade queria esconder e esquecer. Defende a tese de que o regime não sobreviria sem o apoio incondicional das pessoas comuns.

**Z:** Um juiz consegue provar o assassinato de um deputado pacifista por extremistas de direita.

**UNABOMBER:** A história do professor que envia cartas-bomba para contestar toda a estrutura da sociedade industrial-capitalista. Ele radicaliza sua ação contra a ciência e os cientistas.

## GLOSSÁRIO

**Centro:** Podemos definir centro como força política **extremamente moderada**. Que não aceita sob hipótese alguma sair do campo do diálogo político. Força política moderadíssima. Os moderados entre moderados. Preferem conceder ao adversário para avançar nas suas propostas. Força menos conservadora e purista que consegue dialogar no eixo direita-esquerda. As forças de centro são blindadas contra qualquer tentação totalitária/autoritária, golpes ou revoluções.

**Curva de Lafer** – Cálculos comprovam que o imposto tem um limite para crescer. A cobrança de imposto por parte do governo a partir de um determinado nível tem um efeito contrário ao desejado [aumento de arrecadação], resultando em diminuição progressiva e proporcional do imposto coletado. A alíquota muito alta torna todo o processo produtivo menos lucrativo, incentivando os empresários à prática de evasão fiscal [sonegação] e até entrar na economia informal.

**Custo Brasil** – o sistema econômico brasileiro teria perda de competitividade em relação aos demais países porque impõe ao produtor nacional determinados custos sobressalentes, não encontrados em outros países com economia mais competitiva. Para produzir no Brasil se paga mais juros [a taxa selic é a maior do mundo – em 2005 chegou a 19,75%], impostos diretos e indiretos [sistema tributário complexo e burocrático], infra-estrutura precária [sistema viário deteriorado, portos mal aparelhados e controlados por sindicatos de trabalhadores...], etc.

**Darwinismo social:** Concepção sociológica que aplica à sociedade alguns dos princípios das teorias de Charles Darwin sobre a origem e evolução das espécies. Por esta teoria ocorreria na sociedade o que ocorre entre os demais seres vivos, uma seleção natural, onde é natural que o mais forte domine o mais fraco, e quem não se adapta tende a desaparecer... ou passar sérias dificuldades.

**Democracia:** Organização social em que o controle político é exercido pelo povo, o qual delega poderes a representantes periodicamente eleitos.

**Desemprego estrutural** – Também conhecido como *desemprego tecnológico*. É considerado aquele desemprego ocorrido quando a vaga ocupada pelo trabalhador é eliminada devido à incorporação, na linha de produção, de novos equipamentos, eliminando postos de trabalhos – atividades antes necessárias. Exemplo: Copydesk – hoje os computadores promovem correção ortográfica automática. O especialista em língua portuguesa foi demitido do jornal e

ninguém ocupou a sua vaga, porque ela foi eliminada devido o avanço tecnológico.

**Direita:** Podemos definir direita como força política que defende/aceita o Modo de Produção Capitalista, tendo como princípio doutrinário sua manutenção.

Podemos considerar partidos de direita:

PP/PFL/PL/PRONA/PTB/PMDB/PSDC/PSC.

**Esquerda:** Podemos definir esquerda como força política que faz oposição sistemática ao Sistema Capitalista, tendo como princípio doutrinário a sua total extinção.

Podemos considerar como partidos de esquerda:

PT/PSOL/PSTU/PV/PCdoB/PCB/PSB.

**Ethos:** o conjunto de características culturais que conferem a dado grupo uma feição distinta e individual.

**Etnocentrismo:** atitude emocionalmente condicionada que leva a considerar e julgar sociedades culturalmente diversas com critérios fornecidos pela própria cultura, tendendo a menosprezar ou odiar culturas cujos padrões se afastam ou divergem dos padrões da cultura do observador.

**Etnologia:** antropologia social. O estudo comparativo de culturas.

**Extrema/Ultra:** Podemos definir extrema como força política **muito radical** que baseia sua ação política no uso da força e da violência por considerá-las instrumentos legítimos na luta pela conquista e preservação do poder. São os radicais dos radicais. Geralmente utiliza-se a expressão *extrema* mais para designar as forças historicamente qualificadas como radicais de esquerda, e *ultra* para designar as forças historicamente qualificadas como de direita: extrema-esquerda e ultradireita.

Podemos dizer que a extrema-esquerda é composta pelos revolucionários em armas - Fidel Castro, Che Guevara, Mao Tsé-Tung, Lênin, Trotsky, Stálin e Luis Carlos Prestes. Enquanto que a ultra-direita geralmente é composta por grupos paramilitares agregados ao sistema oficial e dele tirando proveito estratégico, principalmente de camuflagem. Um grupo de ultra-direita pode se organizar em um quartel da Polícia Militar para promover extermínio de mendigos e moradores de rua e, ao ser descoberto, a culpa vai recair na PM, como se aquilo fosse um ato da instituição e não de uma minoria radical, que se organizou em paralelo ao Estado formando um Esquadrão da Morte ou um Grupo de Extermínio. É difícil perceber a existência desses grupos porque eles estão camuflados, infiltrados, abrigados na estrutura oficial do Estado. [Leia mais sobre o caso RIO CENTRO].

**Forma de governo:** No mundo moderno podemos escolher entre duas FORMAS DE GOVERNO: República ou Monarquia Constitucional. A **monarquia** tem como princípio o exercício do poder vitalício e hereditário. Na **República** o exercício do poder é por tempo previamente determinado - período que denominamos de mandato, e se dá por escolha da maioria dos eleitores, através de eleições diretas ou indiretas.

**Fundamentalismo** – doutrina que prega a idéia de que os textos sagrados devem ser interpretados literalmente e seguidos na sua totalidade, sem concessões. Termo utilizado para designar grupos radicais que pregam a luta contra qualquer outro valor que não esteja de acordo com os princípios tradicionais de sua cultura, religião, comunidade. Esforço supremo contra qualquer tipo de mudança [fundamentalistas].

**Governo:** É a equipe encarregada de dar direção às ações do Estado. Equipe que administra o Estado nos seus três níveis: federal, estadual e municipal. Geralmente utiliza-se o termo governo apenas para designar a estrutura administrativa do Poder Executivo. Assim temos: Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal. Popularmente ainda temos: o Governo FHC, o Governo Bellini, o Governo Lula, o Governo Morastoni, o Governo Vargas.

**Hegemonia** - Supremacia, superioridade. Utiliza-se em política no sentido de **força hegemônica** - aquele grupo político que tem a supremacia sobre os demais e tem o poder de dirigir determinado processo social. Força que tem condições objetivas, concretas, de dar direção ao processo. Mantém o controle em determinada conjuntura. Em 2006 o PT é a força hegemônica no governo Lula, composto por outros grupos políticos, como: PMDB, PP, PL, PC do B, PTB.....

**IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO** – Criado pela ONU para dimensionar o resultado das políticas sociais de um país. Utiliza três indicadores: esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização de adultos x taxas de matrículas no ensino fundamental; renda *per capita*.

**Idiosincrasia:** é a maneira de ver, sentir e agir própria de cada pessoa, ou disposição temperamental do indivíduo que faz com que ele sinta de modo especial e muito seu a influência dos diversos agentes.

**Imperialismo:** tendência para a expansão territorial de uma nação, como consequência direta do crescimento acentuado do seu poder político-militar e econômico em relação aos demais países.

**Índice de Gini [coeficiente de Gini]** – indicador que apresenta o grau de concentração de renda de um país. Seu gráfico promove uma curva [curva de Lorenz] que varia entre zero

[igualdade perfeita] e um [desigualdade total]. O Brasil está entre os três países do mundo com maior índice Gini.

**Iniciativa privada:** Como o sistema capitalista dá liberdade para qualquer cidadão ser um agente econômico, ao usar esse direito o cidadão está usando recursos próprios, particulares, privados. Nesse sentido que se diz que esta ação é uma ação da iniciativa privada, como ação particular, própria de um cidadão, ou grupo deles. (MF)

**lei da oferta e da procura:** É a famosa lei de mercado, onde o preço de mercado de uma determinada mercadoria vai ser estabelecido naturalmente a partir da relação estabelecida entre a procura do produto e a quantidade em que este produto está sendo oferecido. Assim, se a procura aumenta, o preço tenderá a aumentar; caso a procura diminua, os preços tendem a baixar. Há uma relação direta entre a quantidade de mercadoria existente no mercado disponível para ser comercializada e o número de pessoas interessadas nessa mercadoria. Nesse sentido a escassez tende a aumentar o preço, enquanto a supersafra tende a diminuir o preço de um produto.

**Lei de Say** – Segundo o economista francês Jean Baptiste Say “*a oferta cria sua própria demanda* [procura]”.

**livre concorrência :** Prega a liberdade profissional e de comércio. Cada um pode produzir o que quer, quando quer, onde e quanto quer, e vender os seus produtos ou serviços pelo melhor preço que conseguir, dentro da lei reguladora da **oferta e da procura**, dentro da lógica de mercado.

**Livre Iniciativa:** É a liberdade que o sistema capitalista dá ao cidadão no sentido de ele atuar como **agente econômico**. Nesse sentido, o cidadão tem a liberdade para agir economicamente por sua própria conta e riscos. (MF)

### **Mais-valia**

1 - Para Karl Marx, o capital é formado a partir da mais-valia, que constitui-se no lucro que o patrão tem ao explorar (ilegitimamente) o trabalho de seus empregados. Mais-valia é portanto o excedente de valor produzido pelo trabalhador que não é repassado em forma de salário pelo patrão ao trabalhador.

2 - É o excedente de valor produzido que não é devolvido ao trabalhador, sendo apropriado pelo capitalista (Paulo Meksenas)

**Mercado:** Ambiente onde se processam as trocas. Não se constitui obrigatoriamente em um lugar físico. No capitalismo moderno esse mercado é um ambiente, uma lógica comercial, um sistema de trocas de mercadorias. (MF)

**Mercadoria:** Qualquer coisa que seja produzida visando o mecanismo de troca dentro da lógica do mercado. Mercadoria é tudo que é produzido visando a troca. (MF)

**Mobilidade social:** Deslocamento de indivíduos e grupos no espaço social. Movimento ascendente ou descendente de uma camada social para outra.

**Moderado:** Podemos definir como moderada a força política que utiliza o diálogo [a persuasão, o convencimento] como principal meio para conquistar/manter o poder. Propõe a estabilidade do sistema vigente, mas no caso de considerar que uma mudança social é inevitável, escolhe um processo de mudança lento e gradual, a médio e longo prazo, sempre dentro do caminho da legalidade institucional. É mais purista, permanecendo mais no diálogo entre forças de sua própria orientação ideológica: esquerda ou direita. Algumas correntes aceitam, em casos extremos, excepcionalmente utilizar a força quando vêm o sistema ameaçado - ato que denominamos de golpe.

**Moeda:** Quando um dos termos da relação entre dois bens é sempre constante, assume a designação de moeda .

**Monopólio:** É o oposto de livre concorrência. Consiste no privilégio que tem uma pessoa, uma sociedade ou o poder público, de explorar, com exclusividade, sem competição, qualquer ramo de atividade econômica.

**Oligopólio:** Forma de competição que se caracteriza pela existência de um número muito reduzido de concorrentes que, por isso, podem prever com bastante exatidão, cada qual por si, os efeitos das alterações feitas por um deles no preço ou na quantidade da oferta.

**Oposição:** Podemos definir oposição como força política que não está no exercício do poder, e/ou não apóia a força política que está no exercício do poder. O PFL é oposição em nível federal (governo Lula - 2006).

**Ortodoxo** - Fiel no cumprimento de uma doutrina que considera verdadeira [religião, filosofia, ideologia política...]. Marxismo ortodoxo, Igreja Católica Apostólica Ortodoxa - Igreja Ortodoxa. Antônimo: **heterodoxo**.

**Overshoot** – “O atraso ou incapacidade para solução de um conflito antes do ponto a partir do qual não há retorno”. Paulo Márcio Cruz.

**Paradigma:** quadro de referência, modelo, esquema.

**Preço:** É o resultado da comparação entre um bem e a moeda.

**Radical:** Podemos radical como força política que prega a mudança da estrutura sócio-econômica-política vigente. Não aceita pequenas reformas, quer mudança na estrutura, no

fundamento da sociedade - geralmente começando pela economia.

**Riqueza:** É o conjunto de bens de que o homem efetiva e realmente pode dispor para fins econômicos (Adam Smith)

**Simulacro** - Aquilo que está posto em substituição a outro. Algo que está substituindo outra coisa diferente. A política substitui a guerra. O futebol é o simulacro da batalha tribal ...

**Sprit d'corps:** Aspecto de consenso social, geralmente encontrado em grupos menores em que os sentimentos de solidariedade atingiram um grau muito alto, levando o grupo todo a agir como se fosse um único indivíduo. Batendo em um é como se estivesse batendo em todos. Exemplo disso é a família, quando um estranho bate no irmão mais novo, o irmão mais velho compra a briga por ele.

**Sistema:** *“Conjunto de elementos materiais ou ideais, entre os quais se possa encontrar ou definir alguma relação”*. Temos em nosso corpo o sistema nervoso, e nas cidades o sistema de transporte, o sistema de coleta de lixo, o sistema de coleta e distribuição de água. O sistema é composto por elementos interligados, formando uma estrutura complexa, sendo que cada destes elementos pode cumprir função específica auxiliando o sistema como um todo. Assim, determinamos popularmente que o **Modo de Produção** do Brasil é o **Sistema Capitalista**.

Sistema de governo seria a estruturação organizativa do Estado a partir de dois modelos: Parlamentarismo ou Presidencialismo. No **parlamentarismo** o governo é dividido em duas estruturas, onde ficam separadas as funções de CHEFE DE ESTADO - quem representa o Estado - chamado de presidente, das funções de CHEFE DE GOVERNO - quem administra o Estado - tradicionalmente chamado de chanceler ou primeiro ministro. Já no sistema de governo **presidencialista** temos apenas uma estrutura para o Poder Executivo, onde o presidente responde, ao mesmo tempo, como chefe de Estado e chefe de governo.

**Situação:** Podemos definir situação como força política que está no exercício do poder e/ou apóia a força política que está no exercício do poder. O PT é situação em nível federal (governo Lula- 2006).

**Tecnologia:** conjunto ou sistema de conhecimentos técnicos aplicados na ciência e na arte.

**Tecnocracia:** governo dos técnicos, importância que se atribui aos técnicos na orientação da sociedade. Teoria que sublinha a importância do técnico na sociedade moderna.

**Turn-over:** rotação. Dispensa e contratação de nova leva de trabalhadores.

**Valor:** É a medida das utilidades econômicas. É uma noção relativa resultante da

comparação entre dois bens. divide-se em: **valor de uso** - é a utilidade que algo tem de atender necessidades particulares, pessoais; **valor de troca** - é a aptidão que tem uma coisa de ser permutada por outras. É um valor corrente, isto é, aceito de forma geral pelo homem.

## CRONOLOGIA DA OBRA DE MAGRU FLORIANO

- 1999 – Cotidianas – poesias de um cidadão oprimido [Literatura]
- 1999 – De Itajahy a Itajaí – 100 anos de poesia (organizador) [literatura]
- 20?? – Ver cinema. Ler cinema. [ensaio]
- 2001 – A pesquisa dialética [filosofia]
- 2001 – Como faço poesia [ensaio - literatura]
- 2001 – De Itajahy a Itajaí – 100 anos de prosa (organizador) [literatura]
- 2001- Fogo-fátuo – o diário de um poeta triste [literatura]
- 2002 – Aprendendo a fazer poesia com autores catarinenses [ensaio - literatura]
- 2002 – Itajaí em Chamas [história]
- 2002 – Quem escreve em Itajaí – indicador da literatura e jornalismo da Região da Grande Itajaí até 2000 [história]
- 2004 – Ensaio 1- LITERATURA [literatura]
- 2004 – Ensaio 2 - IMPRENSA [história // sociologia da comunicação]
- 2004 – Ensaio 3 - SOCIOLOGIA [sociologia]
- 2006 – Itajaí em Chamas – a história de um herói – em coautoria c/ Ivan Rupp [história // literatura]
- 2008 – Pia-Mater & Insight [literatura]
- 2009 – A lógica do eleitor – reflexão sobre o processo eleitoral de 2008 no Município de Itajaí. [sociologia política // história]
- 2009 – O grito universal [literatura // fotografia]
- 2010 – O Príncipe em Itajahy [filosofia política // história // literatura]

2011 – Política – texto referência para um diálogo aberto sobre a prática política

201? - A história do CIITA – Clube da Imprensa de Itajaí [história // comunicação social]

201? – Calendário histórico de Itajahy – datas para compreender nossa história [história]

201? - Inventário biobibliográfico dos autores da Região da Foz do Rio Itajahy até o ano 2010 [história]

201? – Inventário dos meios de comunicação da Região da Foz do Rio Itajahy [história // comunicação social]

201? – A LENDA DO MONTE TAYO – Contribuição para a secular discussão sobre o verdadeiro significado do seu nome [história]

201? – Mapas de Itajahy - em coautoria com Thiago Floriano [fotografia], Jorge Bittencourt [artes gráficas], Ronaldo Silva Júnior [fotografia]

201? – Análise – esforço para compreender a realidade em que vivemos [filosofia]

### COMPROMISSO DO LEITOR COM O AUTOR

Reconheço que recebi gratuitamente do autor HÉLIO FLORIANO DOS SANTOS (Magru Floriano) uma cópia do livro POLÍTICA sob o compromisso de lhe remeter quaisquer dúvidas, crítica, indicação de erro ou contradição que possa encontrar no texto.

Endereço para envio do material:

magrufloriano2008@gmail.com

